

# **O Pacto Social nos Estaleiros Navais da Lisnave (1979-94): do direito ao trabalho à precarização**

Ana Maria dos Santos Rajado

**Dissertação de Mestrado em História  
Contemporânea**

**31 de Março de 2016**

**Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a  
orientação científica da Doutora Raquel Varela e do Doutor Paulo Matos**

# Agradecimentos

Aos meus pais e à Sofia.

Ao Luís Filipe Pires, fundamental na construção da base de dados.

Ao meu colega Jorge Fontes e à minha orientadora, Doutora Raquel Varela, pelo acesso aos Balanços Sociais e a várias entrevistas.

Ao projecto de História das Relações laborais em Portugal e no mundo lusófono 1800-2000: continuidades e rupturas, que apoiou o projecto de tese com o pagamento das propinas. Ao Projecto Global Collaboratory on the History of Labour Relations 1500-2000, ao projecto internacional shipbuilding and ship repair worker around the world (1950-2010) e ao Grupo de História do Trabalho.

Aos meus orientadores, Doutora Raquel Varela e Doutor Paulo Teodoro Matos.

Finalmente, ao Doutor Renato Guedes pelo enorme contributo para a discussão quantitativa e teórica de todo o quarto capítulo e conclusão.

# Resumo

Este trabalho tem como objectivo principal analisar o último período da história da construção e reparação naval em Portugal e, em particular, da Lisnave. No início da década de 90, do século XX, inicia-se a implementação de um plano de reestruturação da indústria naval<sup>1</sup>. Este irá reflectir-se, inevitavelmente, na Lisnave, num processo que irá prolongar-se até ao presente – com avultados custos financeiros para o Estado e sociais para os trabalhadores. Iremos centrar-nos no período de reestruturação iniciado em 1992 e que se prolonga até à demissão dos últimos trabalhadores da Gestnave, em Fevereiro de 2008.

O objecto de estudo é o movimento operário da Lisnave e os conflitos sociais daí decorrentes, nomeadamente com a Administração e o Estado, que culminaram no Pacto Social, marcado pela criação do Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) em Março de 1984. Tentaremos compreender o enquadramento da indústria naval a nível mundial, durante este período, e as condições para o desenvolvimento deste sector no país. Ainda as condicionantes económicas, nomeadamente as crises petrolíferas, o impacto da deslocalização da indústria naval para a Ásia e as políticas resultantes da adesão à CEE.

Partindo deste enquadramento, analisaremos o projecto de reestruturação da indústria naval a partir da década de 90 do século XX. Discutiremos o significado deste processo, que culminou com a remuneração pública do capital privado do Grupo Mello e da banca credora deste grupo. Por outro lado, a adequação dos quadros de trabalhadores da Lisnave, através de dinheiros públicos, com reflexos

---

<sup>1</sup> Plano de Reestruturação da Lisnave.

---

visíveis tanto no número de trabalhadores, como no que diz respeito às relações laborais - cujo principal objectivo será a garantia a esta empresa de melhores condições de rentabilidade – através da precarização da mão-de-obra.

# Índice

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Agradecimentos</b>   | <b>i</b>  |
| <b>Resumo</b>   | <b>ii</b> |
| <b>Índice</b>   | <b>iv</b> |
| <b>Lista de figuras</b>   | <b>vi</b> |
| <b>Introdução: objecto de estudo, fontes e aspectos metodológicos</b>   | <b>1</b>  |
| <b>I Estado da questão: contexto histórico económico. A indústria naval e a Lisnave</b>                             | <b>5</b>  |
| I.1 Breve referência ao contexto económico português . . . . .  | 5         |
| I.2 Breve história da indústria naval . . . . .   | 6         |
| I.3 Condições naturais e conjuntura económica favoráveis ao desenvolvimento da indústria naval em Portugal. . . . . | 10        |
| I.4 A indústria naval: breve contextualização mundial . . . . .   | 11        |
| I.5 O choque petrolífero e a queda da indústria naval: contexto internacional e a Lisnave . . . . .                 | 13        |
| I.6 O baixo preço do petróleo e o contexto económico da Lisnave . . .   | 15        |
| <b>II O 25 de Abril de 1974 e a Lisnave</b>   | <b>17</b> |
| II.1 A importância da revolução de 25 de Abril de 1974 para a Lisnave   | 17        |
| II.2 A política do PCP . . . . .  | 23        |
| II.3 A manifestação de 12 de Setembro de 1974 . . . . .   | 29        |

## *Índice*

---

|            |  |           |
|------------|--|-----------|
| II.4       | O dia seguinte . . . . .   | 34        |
| II.5       | Comissões de trabalhadores . . . . .   | 38        |
| II.6       | O controlo operário . . . . .  | 40        |
| II.7       | A defesa da nacionalização da Lisnave . . . . .  | 41        |
| <b>III</b> | <b>A década de 80</b>  | <b>44</b> |
| III.1      | A crise petrolífera de 1979 e a nova recessão da indústria naval . .                       | 45        |
| III.2      | Salários em atraso e conflitos sociais . . . . .   | 48        |
| III.3      | Sindicalismo e organizações políticas . . . . .  | 49        |
| <b>IV</b>  | <b>O pacto social</b>  | <b>51</b> |
| IV.1       | O fim de um ciclo . . . . .  | 51        |
| IV.2       | O processo de reestruturação laboral: do direito ao trabalho à pre-<br>carização . . . . . | 65        |
|            | <b>Conclusão</b>   | <b>76</b> |
|            | <b>Bibliografia</b>  | <b>81</b> |
|            | Fontes consultadas: legislação e outros documentos . . . . .                               | 81        |
|            | Fontes consultadas: jornais . . . . .  | 83        |
|            | Obras citadas . . . . .  | 84        |

# Lista de Figuras

|       |   |    |
|-------|---|----|
| IV.1  | Número de trabalhadores na Lisnave entre 1969 e 2008. . . . .   | 67 |
| IV.2  | Saídas de trabalhadores da Lisnave entre 1993 e 2008. . . . .   | 68 |
| IV.3  | Nível etário na Lisnave entre 1986 e 2009. . . . .  | 69 |
| IV.4  | Horas não trabalhadas por formação profissional na Lisnave entre 1991 e 2008. . . . .                           | 70 |
| IV.5  | Horas não trabalhadas por desemprego interno na Lisnave entre 1986 e 2008. . . . .                              | 71 |
| IV.6  | Custo do trabalho, salário directo e lucro na Lisnave entre 1997 e 2008. . . . .                                | 71 |
| IV.7  | Custo e salário directo médio por trabalhador na Lisnave entre 1997 e 2008. . . . .                             | 72 |
| IV.8  | Horas trabalhada em média por trabalhador na Lisnave entre 1987 e 2009. . . . .                                 | 73 |
| IV.9  | Produtividade horária na Lisnave entre 1997 e 2009. . . . .   | 73 |
| IV.10 | Horas não trabalhada por greves na Lisnave entre 1987 e 2008. . .   | 74 |
| IV.11 | Trabalhadores efectivos e sindicalizados na Lisnave entre 1980 e 1997. . . . .                                  | 75 |
| IV.12 | Base de dados em Access com as informações dos Balanços Sociais da Lisnave para os anos de 1986 a 2009. . . . . | 80 |

# **Introdução: objecto de estudo, fontes e aspectos metodológicos**

Este trabalho tem como objectivo principal analisar o último período da história da construção e reparação naval em Portugal e, em particular, da Lisnave. No início da década de 90, do século XX, inicia-se a implementação de um plano de reestruturação da indústria naval<sup>2</sup>. Este irá reflectir-se, inevitavelmente, na Lisnave, num processo que irá prolongar-se até ao presente – com avultados custos financeiros para o Estado e sociais para os trabalhadores. Iremos centrar-nos no período de reestruturação iniciado em 1992 e que se prolonga até à demissão dos últimos trabalhadores da Gestnave, em Fevereiro de 2008.

Para um melhor enquadramento deste trabalho e uma melhor compreensão de todo o processo descreveremos, ainda que de forma genérica, um período mais longo, com início no 25 de Abril de 1974. Trata-se de uma época histórica de mudanças radicais e estruturais na sociedade portuguesa, com um forte impacto em toda a sociedade e com reflexos futuros. É um momento complexo sob vários pontos de vista: económico, político e das próprias organizações sindicais e partidárias e que se irá reflectir de forma determinante em todo processo de reestruturação da indústria naval.

Portugal é um país com condições excepcionais para o desenvolvimento da indústria naval e a Lisnave vai beneficiar disso – além de uma conjuntura económica também favorável, decorrente do fecho do Canal do Suez e do reconhe-

---

<sup>2</sup>Plano de Reestruturação da Lisnave.



cimento internacional da empresa. Procuramos descrever o contexto mundial em que a empresa se desenvolve – alcançando o seu auge no final da década de 60, início da década de 70, até à crise económica de 1973, com o choque petrolífero<sup>3</sup>.

O primeiro capítulo aborda a história da indústria naval em geral. Iniciamos com uma breve história da Lisnave, desde a adjudicação da exploração do Estaleiro Naval da Administração Geral do Porto de Lisboa, na Rocha do Conde de Óbidos, ao grupo CUF, até a construção da Setenave, na Mitrena (Setúbal) e ao desenvolvimento posterior do sector. Para tal, a obra editada por Miguel Figueira de Faria<sup>4</sup> foi fundamental para o enquadramento histórico deste trabalho.

No segundo capítulo, debruçamo-nos nas consequências da Revolução de 25 de Abril de 1974 na Lisnave, e como esta se reflectiu na organização do movimento operário.

Tentaremos compreender a disputa política e sindical ainda durante o PREC (Processo Revolucionário Em Curso), nomeadamente as posições do PCP e a sua influência no movimento operário – de forma a melhor compreendermos estas disputas políticas – e o quão importantes foram no presente e futuro da Lisnave, nas suas vitórias e derrotas. Faremos referência pormenorizadamente à manifestação de 12 de Setembro de 1974, por exemplificar as diferentes posições das inúmeras sensibilidades políticas, do governo, da administração e da forma como condicionaram o movimento operário. A preparação e concretização da manifestação de 12 de Setembro de 1974 é um acontecimento simbólico em si, mas também ilustrativo das forças antagónicas que agiram sobre o movimento dos trabalhadores ao longo desses anos. Para a concretização deste trabalho, além das referências bibliográficas, acompanhámos os jornais diários da época, a imprensa militante e panfletos explicativos.

Todo este enquadramento é fundamental para a contextualização e com-

---

<sup>3</sup>Paulo Oliveira e Paulo Fernandes (2001c). «Do 25 de Abril de 1974 a crise do segundo choque petrolífero». Em: *Lisnave. Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*. Ed. por Miguel Figueira de FARIA. Inapa. Cap. VI.

<sup>4</sup>Miguel Figueira de Faria, ed. (2001). *Lisnave. Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*. Inapa.

preensão da importância da Lisnave enquanto referência para o movimento operário, em geral. E, em consequência, a ameaça que representaria para o pacto social.

No terceiro capítulo, contextualizaremos a curta recuperação económica, ainda no final da década de 70 (1978), os acontecimentos da década de 80: o segundo choque petrolífero, a violenta recessão com impacto na conjuntura interna da empresa, até aos salários em atraso e os conflitos sociais daí decorrentes. Os sindicatos e as organizações políticas neste período, incluindo UGT e a CGTP.

No quarto capítulo, analisaremos de forma pormenorizada todo o processo de reestruturação da indústria naval, através da legislação associada. Esta análise será suportada por estatísticas relevantes, nomeadamente, os Censos e os Balanços Sociais da Lisnave relativos a este período. Além de outras fontes dispersas necessárias pontualmente.

O Balanço Social, inquérito exaustivo às empresas, compila, no caso da Lisnave<sup>5</sup>, informação de extrema relevância para o nosso trabalho. Procurámos reunir o máximo de inquéritos possíveis para o período cronológico em estudo. Trabalhámos com os resultados da informação para os anos disponíveis. Parece-nos uma amostra suficiente para a correcta percepção da dinâmica das questões abordadas através de representação gráfica.

Como o inquérito é demasiado extenso, com centenas de itens, pensamos um método de compilação de dados, para posterior análise e cruzamento. Assim, construímos uma base de dados através do programa informático Access, onde inserimos todos os dados do inquérito.

Houve algumas alterações metodológicas pontuais no Balanço Social em alguns anos. De acordo com essa alteração, tentámos uniformizar a base de dados de modo a não interferir nos resultados finais. Assim – depois de introduzidos

---

<sup>5</sup>Paulo Fernandes (1999a). «As Relações Sociais de Trabalho na Lisnave: crise ou redefinição do papel dos sindicatos». Vol. II (Anexo I - Balanços sociais da Lisnave de 1986 à 1996). Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE; *Balanços Sociais da Lisnave* (1986, 1988, 1990, 1994, 1997, 1998 e 1999). Relatório anual. Lisnave; *Balanços Sociais da Lisnave* (2000 - 2011). Relatório anual. Lisnave.

## *Introdução*

---

os dados, exportámos toda a informação para o Excel e sistematizámos os dados para a sua posterior interpretação. Esta base de dados é uma mais-valia para este trabalho e um contributo para trabalhos futuros que incluam o estudo quantitativo dos Balanços Sociais de qualquer empresa.

Para além desta base de dados, recorreremos a fontes bibliográficas e à imprensa diária da época.

# Capítulo I

## **Estado da questão: contexto histórico económico. A indústria naval e a Lisnave**

### **I.1 Breve referência ao contexto económico português**

No início do séc. XX a economia portuguesa caracterizava-se por fortes traços de subdesenvolvimento<sup>6</sup>. Só na década de 60 é que se assiste a um crescimento com impacto significativo na estrutura económica nacional devido a alguma abertura ao exterior, um maior investimento nas exportações e a entrada no mercado internacional. São anos que se caracterizam por alterações profundas na estrutura produtiva, com reflexos em toda a economia. A Lisnave foi uma das empresas portuguesas que, na época, mais se empenhou neste modelo de desenvolvimento e melhores resultados obteve. Em 1973, com o primeiro choque petrolífero as perspectivas alteram-se e o período de crescimento a que se assistia desde o fi-

---

<sup>6</sup>Ver, por exemplo, José da Silva Lopes, ed. (1999). *A economia portuguesa desde 1960*. Gradiva.

nal da Segunda Guerra Mundial, e que se consolidou na década de 60, parecia estar a chegar ao fim. Esta situação agravou-se com o segundo choque petrolífero em 1979. Assim “*nas três décadas que decorreram desde 1960 até ao início da década de 90 o produto per capita foi multiplicado por 3,7 vezes. Mas essas décadas compreendem dois períodos com características marcadamente diferentes: o de 1960 a 1973, em que o crescimento económico foi rápido e em que, ao mesmo tempo, a estabilidade económica foi elevada; e o que decorreu a partir de 1974, em que o crescimento foi mais lento e em que se enfrentaram problemas sérios de equilíbrio externo, de inflação, de desemprego e de flutuações cíclicas na actividade produtiva*<sup>7</sup>.” Em 1986, a adesão de Portugal à União Europeia vai proporcionar uma nova fase de estabilidade política. É durante estas décadas, marcadas por profundas mudanças na economia, que a Lisnave se vai construir como empresa de dimensão internacional.

## I.2 Breve história da indústria naval

Em 1937 o grupo CUF (Companhia União Fabril), o mais influente grupo económico do Estado Novo, presidido por Alfredo da Silva, de acordo com a lei do condicionamento industrial<sup>8</sup>, ganhou a concessão do Estaleiro Naval da Administração do Porto de Lisboa, e funda os Estaleiros Rocha, na margem norte do rio Tejo. O estaleiro seria destinado a navios de pequena e média dimensão. A Lei do Condicionamento Industrial (1931)<sup>9</sup> limitava a concorrência interna, determinando a autorização prévia, por parte do governo e dos industriais de um determinado sector, para um empresário abrir um negócio nos sectores condicionados. De acordo com Jorge Fontes “*durante a II Guerra Mundial, o estaleiro torna-se*

---

<sup>7</sup>*Ibid.*, p. 14.

<sup>8</sup>Para o desenvolvimento deste tema ver por exemplo José Maria Brandão de Brito (1989). *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra. O Condicionamento Industrial*. Lisboa: D. Quixote.

<sup>9</sup>Decreto 19354, de 14 de Fevereiro de 1931. Torna dependente de autorização ministerial a instalação de novos estabelecimentos industriais ou a reabertura dos que tivessem paralisado a sua exploração por mais de dois anos. Assim como a montagem ou substituição de mecanismos de que resulte o aumento de produção, e a passagem, por alienação ou arrendamento, de estabelecimentos industriais para a posse de estrangeiros. Suspende a concessão de patentes de introdução de novas indústrias e novos processos industriais.

*o principal reparador da frota comercial portuguesa, possibilitando novos planos de expansão*<sup>10</sup>.”

*“O estaleiro Rocha, como unidade industrial concentrando um número considerável de trabalhadores, não poderia passar ao lado dos movimentos grevistas desencadeados no contexto das dificuldades de guerra, chegando mesmo a ocupar um lugar de relevo nalguns momentos deste período. Lançavam-se, assim, as sementes de uma tradição reivindicativa, que ciclicamente emergia nas empresas de construção e reparação navais ligadas ao Grupo CUF, tornando-se essa vertente conflitual num aspecto incontornável da história desta actividade na região da Grande Lisboa.”*<sup>11</sup>

Em 1962, constroem-se os estaleiros da Margueira, junto a Cacilhas, e nasce oficialmente a Lisnave, Estaleiros Navais de Lisboa<sup>12</sup>, com José Manuel de Mello eleito Presidente do Conselho de Administração. A Lisnave surge assim em associação com duas companhias de navegação, um banco português, três estaleiros holandeses e dois suecos. A iniciativa desta associação foi da Navalis, criada pela CUF em 1960, e que, até aí, tinha explorado o estaleiro Rocha.

Eram tempos de outras exigências e os estaleiros da Rocha de Conde de Óbidos pareciam insuficientes para a concretização do desenvolvimento dos novos projectos. Precisavam-se de mais e melhores infra-estruturas de construção, adaptadas aos novos desafios. Entre 1963 e 1967 os trabalhos realizados são sobretudo na área militar, nomeadamente para dar resposta às necessidades criadas no âmbito da guerra colonial e das relações de Portugal com a NATO.

---

<sup>10</sup>Jorge Fontes (2012). «Greves e conflitos sociais na Lisnave». Em: *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*. ed. por Raquel Varela, Ricardo Noronha e Joana Dias Pereira. Edições Colibri, pp. 189 –197, p. 191.

<sup>11</sup>Ana Paula Tudela (2001). «O Estaleiro da Rocha no período da Segunda Grande Guerra Mundial». Em: *Lisnave. Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*. Ed. por Miguel Figueira de FARIA. Inapa. Cap. II, p. 61.

<sup>12</sup>Decreto-lei no 44708, de 20 de Novembro de 1962. Autoriza o Governo, pelo Ministério da Economia, a conceder à sociedade Lisnave – Estaleiros Navais de Lisboa, S. A. R. L., licença para construir e explorar um estaleiro naval de construção e reparação de embarcações nacionais e estrangeiras na área do porto de Lisboa, e estabelece uma zona de construção e de expansão do referido estaleiro.

A Lisnave vai tornar-se uma empresa determinante não só para a economia nacional mas também para o movimento operário português, e para o desenvolvimento de estratégias sindicais, sobretudo a partir de 1974, como veremos mais adiante.

No dia 23 de Junho 1967 entra em funcionamento o estaleiro da Margueira, na margem sul do rio Tejo, e destina-se a navios de grande porte e com capacidade superior. Precisamente nesse ano, “*é criada uma Comissão Interna de Empresa (CIE) na Lisnave em 1967, reunindo representantes dos operários, dos encarregados, dos funcionários e técnicos e do pessoal dirigente. Estrutura sem funções políticas e reivindicativas (...)*”<sup>13</sup>.

Em Junho de 1970 abre o Centro de Formação Manuel de Mello, na Margueira, com o objectivo de instruir os trabalhadores dos conhecimentos técnicos adequados. Inicialmente este investimento relacionou-se com uma grande falta de mão-de-obra qualificada, e com a necessidade de a formar.

A Lisnave continuará a fazer uma forte aposta na formação profissional e haverá ao longo dos anos uma real preocupação com a qualificação dos seus operários. Trata-se de uma empresa inovadora, com uma forte componente tecnológica e que acompanha a modernização no sector. Os trabalhadores precisavam acompanhar essa modernização. Admitem-se centenas de trabalhadores que constroem novos valores e uma cultura própria de uma grande concentração operária.

A Lisnave vai crescendo como uma empresa moderna, organizada por diferentes e vastos sectores coordenados entre si.

“*A 23 de Junho de 1971, comemora-se o 4o aniversário do estaleiro da Margueira, com a inauguração da maior doca seca do mundo*”<sup>14</sup>.

A Setenave, estaleiros navais de Setúbal, é criada em 1971, na Mitrena (estuário do rio Sado), para a construção de navios de grande porte. Inicia a sua

---

<sup>13</sup>Jorge Fontes, *op. cit.*, p. 192.

<sup>14</sup>Paulo Oliveira e Paulo Fernandes (2001b). «A Lisnave no início da década de 70. Dos grandes investimentos às vésperas do 25 de Abril de 1974». Em: *Lisnave. Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*. Ed. por Miguel Figueira de FARIA. Inapa. Cap. V, p. 192.

actividade a 6 de Abril de 1974. Os principais accionistas são a Lisnave, o grupo CUF, o Banco de Fomento e a Caixa Geral de Depósitos. Inicialmente projectada para a construção naval, acaba por alargar a sua actividade à reparação.

Em 1973, a Lisnave vivia um óptimo período, dos melhores da sua história. Tinha construído a Setenave, tinha clientes internacionais, estava integrada no mercado mundial, e com a possibilidade de gerir a construção de um estaleiro no Bahrein. No entanto, ainda no ano de 1973 os tempos auspiciosos para o sector dos transportes marítimos sofrem um revés. A situação económica e política no Médio Oriente começa a complicar-se e o sector naval era claramente dependente da indústria petrolífera. Com a crise petrolífera de 1973 a insegurança económica portuguesa generaliza-se e começa a ter impacto na empresa.

Apesar desta conjuntura internacional e nacional, o projecto da Setenave avança. Restava, por outro lado, à Lisnave criar outras estratégias de resistência. Uma delas será alargar a área de actividade da Setenave à reparação naval.

A 16 de Junho de 1975 o alargamento do ramo de actividade da Setenave concretiza-se, e a reparação naval é definitivamente integrada.

A Setenave surge também como consequência do deslumbramento pelo crescimento internacional, nas décadas de 1960 e 1970, da indústria naval. O fecho do Canal de Suez, em 1967, havia sido determinante, na estratégia de construção de navios de grande porte. A Mitrena, na bacia hidrográfica do rio Sado, em Setúbal, foi o local que pareceu mais adequado para a expansão da empresa: *“esta zona havia sido eleita por uma série de vantagens naturais e económicas: estuário com 10 kms de comprimento e 1,5 km no seu ponto mais estreito; profundidade média das águas variável entre 8 e 12 metros; protecções naturais da Serra da Arrábida e da península de Troia contra ventos e marés; orientação predominante dos ventos pró-popa, ideal para a manobrabilidade dos navios; clima ameno propício para a indústria naval, juntamente com a temperatura média das águas (10°C no Inverno e 25°C no Verão); implantação próxima de unidades industriais, como a Socel, Inapa, Mague, Eurominas ou Sapec, por exemplo<sup>15</sup>.”*

---

<sup>15</sup>*Ibid.*, p. 202.



### **I.3 Condições naturais e conjuntura económica favoráveis ao desenvolvimento da indústria naval em Portugal.**

Portugal beneficia de condições excepcionalmente favoráveis ao desenvolvimento da indústria naval. As condições climatéricas permitem que se trabalhe todo o ano, e não apenas sazonalmente, ao contrário de outras zonas geográficas. Localizado precisamente no eixo de cruzamento de várias rotas do tráfego marítimo: Europa, África e América, e de circulação do petróleo. O país beneficia ainda de mão-de-obra abundante, e também mais barata (outro factor atractivo): permitindo preços mais competitivos, investimento de capital estrangeiro e modernização tecnológica, apesar da forte dependência externa, “*no que respeita a capital, matérias-primas, tecnologia e mercado*”<sup>16</sup>. Além disso, os estaleiros navais estavam protegidos pelo grande estuário do rio, que funciona como um grande porto natural, excelente para o desenvolvimento de actividades aquáticas.

*“Os estaleiros da Lisnave, e da Setenave, foram também o espaço ideal de experimentação, não só de novas formas de gestão da mão-de-obra – por parte do maior grupo económico português anterior ao 25 de Abril (o grupo CUF), como de acções de organização dos trabalhadores muito significativas, no plano social, político e económico (sindicatos, comissões de trabalhadores, acordos de empresas, etc)”*.<sup>17</sup>

É neste contexto que a maior empresa de construção e reparação naval portuguesa tem tudo para se impor no mercado externo. Usufruindo de condições favoráveis, os estaleiros permitem aos navios proveniente do Norte da Europa fazerem a desgasificação no Tejo.

---

<sup>16</sup>Marínus Pires de Lima, Maria Leonor Pires e Paulo Silva (1996). «Sistemas e relações sociais de trabalho: Transformações Recentes em Três Sectores (Indústrias Automovel, Siderurgica e Naval)». Em: Actas do III Congresso Português de Sociologia - Práticas e processos da Mudança Social, pp. 1 –10, p. 6.

<sup>17</sup>Marínus Pires de Lima, Maria Leonor Pires e Paulo Silva (1995). «Transformações das relações laborais em três sectores: os casos das indústrias automóvel, siderúrgica e naval». Em: *Análise Social* XXX.134, pp. 857–879, p. 872.

Joaquim Aguiar, em entrevista<sup>18</sup>, salienta “a capacidade imaginativa dos operários, a capacidade de ir reparando coisas à medida que estas vão surgindo.” Refere ainda: “a especial capacidade de adaptação” e que “isto foi uma surpresa para os investidores do Norte da Europa”.

Referimo-nos a uma época em que se vivem momentos conjunturais favoráveis, mas a Lisnave também soube aproveitar os bons “ventos”: “É a primeira empresa portuguesa a única, até agora – que conquistou um verdadeiro estatuto de empresa mundial, com capacidade de inovação em termos técnicos e organizativos, que soube ganhar o respeito de todos os seus concorrentes e a fidelidade de muitos dos seus clientes. A Lisnave foi a oportunidade para muitos trabalhadores formarem a sua consciência política e sindical, dando mesmo origem a partidos políticos e a complexas lutas sindicais ficando, por isso mesmo, no primeiro plano das lutas políticas dos últimos anos em Portugal.”<sup>19</sup>

## I.4 A indústria naval: breve contextualização mundial

Os estaleiros da Lisnave acompanham, ao longo das décadas de 1960 a 1980, o desenvolvimento da indústria naval a nível mundial. Sendo, entre 1970 e 1980, um dos sectores de especialização que mais se destaca “em termos de capital, produção, exportação, inovação tecnológica e emprego.”<sup>20</sup>

A Lisnave criou em Portugal as bases para novos modelos de industrialização, através de uma crescente modernização e internacionalização. A política industrial da empresa passa também pela criação de ramos industriais voltados para atender o mercado interno, e aptos a substituir as importações no sector.

---

<sup>18</sup>Raquel Varela e Jorge Fontes (2012). *Entrevista com Joaquim Aguiar*. 11 de dez. de 2012.

<sup>19</sup>Oliveira e Fernandes, *op. cit.*, p. 5.

<sup>20</sup>Lima, Pires e Silva, «Sistemas e relações sociais de trabalho: Transformações Recentes em Três Sectores (Indústrias Automovel, Siderurgica e Naval)», p. 6.

Virada para o mercado externo, e com um forte cariz internacional, a empresa expande-se consideravelmente com o fecho do Canal do Suez, e entra em crise com a deslocalização da indústria naval para os países asiáticos.

Com o encerramento do Canal do Suez, devido à guerra dos Seis Dias, em 1967, a construção de navios de maior porte ganha terreno. Este acontecimento elimina a concorrência dos estaleiros do Mediterrâneo e as encomendas à Lisnave crescem, aumentando o volume de trabalho no estaleiro. A Rota do Cabo parece ser a alternativa e, como referimos, a Lisnave beneficia desta mudança. Será em Portugal “*a vanguarda da inovação técnica e organizacional*”<sup>21</sup>.

A indústria de construção e reparação naval, na segunda metade do século XX, nomeadamente entre 1963 a 1974, deu um salto qualitativo a nível internacional, o que beneficiou directamente este sector da indústria portuguesa. Por outro lado, com a crise petrolífera de 1973, inicia-se uma recessão mundial que arrastará toda a economia ao longo da década seguinte.

A indústria naval tem um “*carácter cíclico, acompanhando não apenas os ciclos da economia mundial, mas também os ciclos mais específicos de certas indústrias, como é o caso da indústria petrolífera*”<sup>22</sup>. É por isso fundamental que este sector desenvolva uma forte capacidade de adaptação a estes ciclos. Por outro lado, existem outras variáveis que afectam igualmente o sector naval, tais como: o custo do trabalho, a qualificação dos trabalhadores, os encargos sociais, o apoio do Estado, a estabilidade (ou instabilidade) política nacional, o que se reflecte directamente na produtividade.

---

<sup>21</sup>Jorge Fontes, *op. cit.*, p. 191.

<sup>22</sup>Prefácio de José Manuel de Mello in: Miguel Figueira de Faria. «Mudança Social em Portugal: 1960-2000. Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal». Em: *Portugal Contemporâneo*. Ed. por Costa Pinto, p. 10.

## **I.5 O choque petrolífero e a queda da indústria naval: contexto internacional e a Lisnave**

Em 1956, Abdel Nasser nacionaliza o Canal do Suez. Os países árabes não reconhecem o Estado de Israel e a OLP (Organização de Libertação da Palestina) é fundada, em 1964. Em 1967, em consequência da Guerra dos Seis Dias, o canal é fechado. Além disso, há barreiras físicas que devem ser melhoradas: o canal torna-se demasiado estreito para os novos super petroleiros. Assim, a rota do Mediterrâneo começa a ser insuficiente e, com os navios de grande porte a circularem no Atlântico, a Lisnave ganha um forte impulso, aumentando significativamente o volume de encomendas. *“Em 1966 as encomendas de navios eram na ordem de 31,1 milhões de toneladas; em 1967 o número sobe para 33,4; em 1968 para 43,5; e em 1969 para 50,3 milhões.”*<sup>23</sup>

A Lisnave foi a primeira empresa portuguesa a conquistar *“um estatuto de empresa mundial, com capacidade de inovação em termos técnicos e organizativos, que soube ganhar o respeito de todos os seus concorrentes e a fidelidade de muitos dos seus clientes.”*<sup>24</sup>

É neste contexto que, na década de 1960 e início de 1970, a Lisnave cresce de tal forma que se impõe no mercado externo e se expande a nível internacional, como já foi referido anteriormente. Assim, *“Em 1973 e 1974 os serviços prestados pela Lisnave ocupavam o segundo lugar na lista de exportações nacionais, só ultrapassados pela exportação de cortiça e aglomerados.”*<sup>25</sup>

Ao contrário da política industrial do Estado Novo, na década de 1960, que tinha como objectivo a satisfação do mercado interno, a Lisnave, pela sua própria natureza, irá mais além, procurando implantar-se no mercado internacional e um lugar de destaque no mercado mundial, *“extremamente competitivo e duro”*<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup>Raquel Varela (2010). «Os operários da Lisnave - do conflito à negociação». Em: *Cad. AEL* 17.29, pp. 339 –362, p. 348.

<sup>24</sup>Prefácio de José Manuel de Mello in: Miguel Figueira de Faria, *op. cit.*, p. 5.

<sup>25</sup>Oliveira e Fernandes, *op. cit.*, p. 206.

<sup>26</sup>«Prefácio» (1967). Em: *Jornal do Comércio* 30 (24 de jun. de 1967).

No entanto, fortemente dependente do mercado externo, a indústria naval portuguesa é também mais susceptível à conjuntura internacional – estando sujeita a uma forte concorrência, nomeadamente dos estaleiros do Extremo Oriente, em que as condições de trabalho são extremamente precárias, com salários baixos e sem direitos laborais, incluindo condições de segurança.

O recurso ao crédito a curto prazo na Lisnave passou a ser frequente, e um encargo que se revelou desastroso.

A crise petrolífera acentuou as dificuldades económicas e sociais (por carência de mão-de-obra e consequente aumento do seu custo – sobretudo devido à emigração e guerra colonial). O choque petrolífero de 1973 teve um forte impacto na indústria de construção e reparação naval, e sérias repercussões em toda a economia de modo geral. Afecta inevitavelmente, e desde logo, “*o ramo da construção. Com o preço do petróleo a disparar, os transportes vão sendo cancelados, assim como a necessidade de novos navios. A prazo a crise estender-se-ia, contudo também à reparação.*”<sup>27</sup> A quebra acentuada na procura de transportes afecta todo o sector, com uma redução visível das encomendas a partir de 1974 e a Lisnave não sai imune deste contexto. Confrontada com uma crise económica de cariz mundial, que afecta profundamente também a economia nacional, a situação da empresa é bastante delicada.

O dia 6 de Outubro de 1973 é uma data que representa, de certa forma, o início da “queda” da Lisnave. O Egipto e a Síria atacam Israel, com consequências incalculáveis para o mercado dos transportes marítimos. “*A 16 de Outubro de 1973, os ministros da OPEP reúnem-se no Koweit e aumentam a factura do barril em 70%.*”<sup>28</sup>

Para que Israel saia dos territórios ocupados desde 1967, os países árabes estão dispostos a agravar ainda mais o conflito: “*aumentam o preço do petróleo, reduções da produção e mesmo um embargo total a três países (...) os Estados Unidos e Holanda, por apoiarem a posição de Telavive, e Portugal, por ter cedido*

---

<sup>27</sup>Oliveira e Fernandes, *op. cit.*, p. 217.

<sup>28</sup>*Ibid.*, p. 216.

*a base das Lajes (nos Açores) para que se estabelecesse uma ponte aérea entre EUA e Israel, medida decisiva para contenção da investida egípcia e síria.”<sup>29</sup>*

Perante o aumento do preço do petróleo, e consequente diminuição da circulação de transportes, verifica-se uma redução na construção e reparação de navios – o que se reflecte inevitavelmente no volume de encomendas da Lisnave. O aumento do preço dos combustíveis generaliza-se e chega a ser racionado.

## **I.6 O baixo preço do petróleo e o contexto económico da Lisnave**

As crises económicas de 1973, e mais tarde a de 1979, irão, desta forma, mergulhar a indústria naval numa profunda crise.

A deslocalização da indústria naval para os países asiáticos, nomeadamente para a Coreia do Sul, já na década de 80, agudiza o problema. O escudo desvaloriza, os juros aumentam e o acesso ao crédito é dificultado. Os tempos áureos da Lisnave começam a distanciar-se e a nova fase é caracterizada por dívidas avultadas. A crise estende-se a toda a Europa e, em 1975, vivem-se momentos difíceis.

O choque petrolífero de 1973 agravou o aumento dos preços na generalidade, com consequências também nos valores da habitação, com uma forte especulação imobiliária a sentir-se no concelho de Setúbal. Sem o devido acompanhamento de aumentos salariais e direitos laborais, as greves e os conflitos intensificam-se em todo o país desde 1973 – nomeadamente na cintura industrial de Lisboa, onde o operariado industrial se havia concentrado e construído uma forte tradição de luta. Num contexto nacional de um intenso êxodo rural, esta era a região do país que parecia oferecer algumas alternativas profissionais.

Por outro lado, a empresa é muito prejudicada com a deslocalização da

---

<sup>29</sup>*Ibid.*, p. 216.

rota do Atlântico para o Pacífico, já na década de 80, onde a mão-de-obra é muito mais barata que a portuguesa.

Todo o sector do petróleo estava em franca mudança: o preço do barril aumenta a olhos vistos, os países ocidentais começam a investir na prospecção do seu próprio crude e ponderam a utilização de energias alternativas.

Para Portugal esta crise mundial será arrasadora a nível económico e social e com influência nas opções políticas. O desemprego aumenta consideravelmente, a emigração diminui e chegam a Portugal os “retornados” das ex-colónias.

## **Capítulo II**

### **O 25 de Abril de 1974 e a Lisnave**

#### **II.1 A importância da revolução de 25 de Abril de 1974 para a Lisnave**

A Revolução de 25 de Abril de 1974 marcou a História do país e, pelas suas circunstâncias, teve um forte impacto na Lisnave.

Esta data ficou marcada pelo golpe militar que acabou com o regime autoritário que se vivia em Portugal há 48 anos, e que na época era dirigido por Marcelo Caetano.

O início da década de 1960 havia sido marcado por revoltas militares e estudantis: 1961 – assalto ao Paquete Santa Maria; 1962 – crise académica em Lisboa; 1961 – rebelião militar de Beja. Também nas próprias colónias emergiam movimentos de libertação colonial, surgindo assim os primeiros focos de Guerra Colonial: 1961 – Angola; 1963 – Guiné e, no ano seguinte – Moçambique. Salazar deparava-se com a pressão internacional, fruto da Guerra Fria e da onda de descolonização europeia. O envio sistemático de jovens portugueses para as frentes de Guerra e a despesa militar vão provocando, lentamente, uma onda de



descontentamento na sociedade portuguesa<sup>30</sup>.

A década de 60 é o período em que houve maior crescimento económico em todo o século XX<sup>31</sup>. Apesar disso, esse crescimento não consegue impedir a onda de emigração<sup>32</sup>, em sua grande maioria formada pelos camponeses que, abandonando a agricultura, não encontravam saída na indústria<sup>33</sup>. Mesmo porque esse crescimento é conseguido com recurso a uma violenta exploração da força de trabalho<sup>34</sup>, resultando num nível salarial tão baixo que a emigração torna-se uma opção bem mais viável. Assim, “*A guerra colonial, a crise económica (guerra e crise como duas dimensões da crise nacional), o protagonismo do movimento operário e as especificidades deste em Portugal, caracterizado pela desorganização política e sindical e a concentração da classe trabalhadora portuguesa na cintura industrial de Lisboa*”<sup>35</sup> irão criar as condições para o culminar da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Nos finais de 1968 Salazar fica incapacitado para exercer a Presidência do Conselho. Marcelo Caetano assume o cargo e desperta esperanças que não se irão confirmar – por não se verificarem mudanças de regime significativas. No entanto, este período ficaria conhecido como Primavera Marcelista<sup>36</sup>.

---

<sup>30</sup> “O governo português responde com o envio de forças armadas: começa a guerra colonial, alastrada depois à Guiné e a Moçambique, que vai durar quase treze anos, representar perto de cinquenta por cento da despesa pública e mobilizar, em média, cerca de 200.000 soldados em armas por ano.” António Barreto (2002). «Mudança Social em Portugal, 1960/2000». Working paper. URL: [www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2002/WP6-2002.pdf](http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2002/WP6-2002.pdf), p. 4.

<sup>31</sup> Nuno Valério (2001). «Contas nacionais». Em: *Estatísticas históricas portuguesas*. Ed. por Nuno Valério. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Cap. 6, pp. 505–536, p. 528.

<sup>32</sup> Entre 1960 e 1973 emigraram quase 1,4 milhões de portugueses. Maria Joannis Baganha e José Carlos Marques (2001). «População». Em: *Estatísticas históricas portuguesas*. Ed. por Nuno Valério. Instituto Nacional de Estatística. Cap. 2, pp. 31–126, p. 83.

<sup>33</sup> Eduardo Anselmo Castro, José Manuel Martins e Carlos Jorge Silva (2015). *A Demografia e o País. Previsões Cristalinas sem Bola de Cristal*. Lisboa: Gradiva.

<sup>34</sup> Verificamos que o peso do rendimento no PIB oscilou à volta dos 50%, entre 1953 e 1973, com um mínimo 46% em 1958 e um máximo de 55,6% em 1970. Entre 1974 e 1977 este valor manteve-se sempre acima dos 60%, com um máximo de 68,4% em 1975. Valério, *op. cit.*, p. 524.

<sup>35</sup> Raquel Varela (2011). *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand Editora, p. 32.

<sup>36</sup> Ver Fernando Rosas (1994). «O Estado Novo (1926-1974)». Em: *História de Portugal*. Ed. por José Matoso. Vol. 7º. Lisboa: Círculo de Leitores. Cap. Mercelismo: A Liberalização Tardia (1968-1974), pp. 545–558; Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, eds. (2004). *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo 1968-1974*. Lisboa: Editorial Notícias.

Na década de 70 do século XX, o regime ainda se debateu com a já referida crise petrolífera mundial (1973), que irá abrandar a economia portuguesa; e com uma guerra colonial que irá ser determinante para o fim do regime.

A revolução de 25 de Abril de 1974 traz consigo inúmeras conquistas, nomeadamente a democratização. A relação de forças entre o capital e o trabalho altera-se profundamente e os trabalhadores conquistam liberdades associativas e sindicais absolutamente novas, tais como: o direito à greve, ao salário mínimo, às férias pagas, às oito horas de trabalho. Ou seja, trabalho com direitos. Por outro lado, termina finalmente a guerra colonial.

Serão as conquistas da Revolução de Abril que irão permitir o surgimento do Estado Social, a criação da Escola Pública Universal e o Serviço Nacional de Saúde.

O período revolucionário é marcado por inúmeros acontecimentos, desde o golpe na madrugada de 25 de Abril de 1974 até Setembro de 1974, data em que a antiga hierarquia militar tenta aguentar-se contra o MFA (Movimento das Forças Armadas). Acontecem, neste período, inúmeras greves, entre elas a importante greve da Lisnave de 12 de Setembro de 1974, que desenvolveremos mais adiante. Uma outra data importante será o 11 Março de 1975, quando se deu uma tentativa de contra-revolução dirigida por Spínola e que foi contrariada pelas forças populares e pelo MFA. Este demite-se no final de Setembro de 1974. Até 11 de Março de 1975 dá-se uma radicalização e começam a separar-se os vários campos. O PCP, que tem influência no Primeiro-ministro, nas Forças Armadas, no Serviço de Informações, nas Câmaras Municipais, no aparelho sindical, na imprensa estatizada; a extrema-esquerda (maoistas, trotskistas, guevaristas) que aspira à criação de órgãos de vontade popular, comissões de trabalhadores e moradores. É importante ressaltar que o PCP via com desconfiança estas organizações porque tinha criado a Intersindical, através da unicidade sindical, e as estruturas que não controlava eram encaradas como uma ameaça a essa unicidade. Há ainda o campo que defende a democracia parlamentar de tipo europeia. Este sector defendia ser possível o socialismo no quadro da democracia parlamentar. O PS materializava estas ideias e era contra a unicidade sindical.

Entre Março de 1975 e Agosto de 1975, assiste-se a um período de forte radicalização do movimento, com a nacionalização da banca, a reforma agrária, e o controlo operário. Este parece ser o ponto culminante do período revolucionário.

Em Abril de 1975, o MFA cumpre a convocação de eleições para a Assembleia Constituinte. Cerca de 90% dos portugueses compareceram às urnas. Foram eleições muito desejadas pelas populações. Abre-se um conflito entre a legitimidade das urnas e a legitimidade revolucionária<sup>37</sup>.

Este enquadramento é uma breve contextualização, de forma a melhor compreendermos este período tão determinante na história do movimento operário português, e que se reflectiu no movimento de trabalhadores da Lisnave.

A Revolução de 24 de Abril de 1974 alterou radicalmente as relações sociais em Portugal e claramente generalizou o ambiente reivindicativo que se viveu na Lisnave antes da Revolução, em 1969. Além disso, como refere Raquel Varela, *“o quadro político e sindical português, por herança da ditadura salazarista, determinou que a maioria da classe operária e sectores intermédios da sociedade não estivessem enquadrados, quando do golpe de 25 de Abril, por nenhuma organização política, e os sindicatos fascistas estavam totalmente desacreditados,”*<sup>38</sup> acrescentando que: *“é em 1970 que se forma o embrião da futura Intersindical, a partir de uma comissão que junta onze sindicatos, cuja direcção o PCP e seus aliados ganharam aos sindicatos nacionais. Esta estrutura manter-se-á minoritária no movimento sindical até ao golpe de 25 de Abril de 1974 e, mesmo depois de iniciada a revolução, terá de competir com as comissões de trabalhadores como*

---

<sup>37</sup>Resultados das eleições para a Assembleia Constituinte, a 25 de Abril de 1975: Partido Socialista (PS) 37,87%; Partido Popular Democrático (PPD) 26,39%; Partido Comunista Português (PCP) 12,46%; Centro Democrático Social (CDS) 7,61%; Movimento Democrático Português (MDP) 4,14%; Frente Socialista Popular (FSP) 1,16%; Movimento Esquerda Socialista (MÊS) 1,02%; União Democrática Popular (UDP) 0,79%; Frente Eleitoral de Comunistas (FEC) 0,58%; Partido Popular Monárquico (PPM) 0,57%; Partido de Unidade Popular (PUP) 0,23%; Liga Comunista Internacionalista (LCI) 0,19%; Associação Para a Defesa dos Interesses de Macau (ADIM) 0,03%; Centro Democrático de Macau (CDM) 0,02%. Comissão Nacional de Eleições (2016). *Eleições para a Assembleia Constituinte 1975*. URL: <http://www.cne.pt/content/eleicoes-para-assembleia-constituente-1975> (acedido em 31/03/2016).

<sup>38</sup>Varela, *op. cit.*, p. 37.

*organização principal dos trabalhadores portugueses.”*<sup>39</sup>

O 25 de Abril de 1974 vem transformar radicalmente as relações sociais existentes. Como refere Raquel Varela: “*Em 1974/75 a Lisnave tem perto de oito mil operários e a dinâmica do conflito que se cria na empresa é a vários níveis excepcional: o conflito industrial converte-se rapidamente num conflito político que tem como alvo a administração e o Governo; a Lisnave tem um efeito de arrastamento sobre os outros conflitos sociais da cintura industrial de Lisboa e, em alguns casos, partem desta empresa, formas de solidariedade com outras empresas.*”<sup>40</sup>

Jorge Fontes acrescenta que “*em 1974 existiam 8275 trabalhadores na Lisnave, mas encontravam-se atomizados por 27 sindicatos diferentes. Os metalúrgicos, que representavam 84,8% dos efectivos, distribuíam-se pelos sindicatos de Lisboa (Rocha com 811 trabalhadores) e Setúbal (Margueira, com 5212 trabalhadores). Já os operários e os técnicos dividiam-se por 14 sindicatos, e o pessoal não directamente ligado à produção, por 11.*”<sup>41</sup>

Este período, desde o 25 de Abril de 1974 até ao 25 de Novembro de 1975, corresponde à fase em que os operários se organizam e agem de forma mais autónoma de partidos e sindicatos – realizando acções mais radicais e procurando agir de acordo com uma democracia de base. É um período de conflitualidade intensa e em que se sucedem seis governos. Além das exigências básicas, como aumentos salariais e direitos sociais, os trabalhadores procuram libertar-se da opressão patronal e da repressão que vinha ainda do Estado Novo. Aspiravam a novos direitos sindicais, como por exemplo, o direito à greve, à contratação colectiva e a formas autónomas de organização. Avançam nesta fase com algumas exigências mais propositivas e menos defensivas, tais como: redução do horário de trabalho, 13<sup>o</sup> mês, férias com subsídio, segurança social, acesso à educação, saúde e transportes públicos. É ainda neste período que se inicia o controlo operário, temática que desenvolveremos. Apesar de a revolução trazer alguma modernização às relações

---

<sup>39</sup>*Ibid.*, p. 38.

<sup>40</sup>*Ibid.*, p. 106.

<sup>41</sup>Jorge Fontes, *op. cit.*, p. 193.

laborais, a verdade é que a crise internacional e todo o contexto externo – e também algumas circunstâncias internas – reflectem-se a nível nacional, sobretudo através do aumento do desemprego, da entrada da mulher no mercado de trabalho, da diminuição da emigração, do retorno de população vinda das ex-colónias, e do êxodo rural no país<sup>42</sup>.

Relativamente às acções e organização dos trabalhadores, esta fase prende-se com um fortalecimento da democracia de base, através da realização de assembleias e plenários nas empresas, iniciativas de acção directa, solidariedade inter-empresas e centralidade das comissões de trabalhadores. *“A força do movimento dos trabalhadores a seguir à revolução, e muito provavelmente o seu débil enquadramento e confiança nos sindicatos, em 1974, vai despertar, como um rastilho de pólvora, uma forma de organização de tipo conselhistas, as comissões de trabalhadores, que em quase todas as fábricas e serviços do país nascem de assembleias de trabalhadores, e onde, em princípio, deveria funcionar o princípio da livre revogabilidade. São estas, e não as direcções sindicais, que vão estar à cabeça da maioria dos conflitos envolvendo o operariado e o sector dos serviços no início da revolução portuguesa, protagonizando alguns dos mais importantes conflitos laborais e gerando por isso a oposição do PCP e da maioria das direcções sindicais, que consideravam as comissões de trabalhadores «formas selvagens de organização, instrumentos do patronato e do divisionismo».”*<sup>43</sup>

*“É muito provável que só quando a unicidade vence e a Intersindical começa a integrar progressivamente as comissões de trabalhadores, portanto a partir de Janeiro/Fevereiro de 1975, é que se pode realmente começar a falar de uma unidade sindical nacional.”*<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup>Nestas obras os autores discutem a organização sindical no período da revolução. No volume II, encontra-se um anexo sobre a Lisnave com a cronologia e documentação relevante. Maria de Lourdes Santos, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira (1976a). *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Vol. I. Porto: Afrontamento; Maria de Lourdes Santos, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira (1976b). *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Vol. II. Porto: Afrontamento; Maria de Lourdes Santos, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira (1977). *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Vol. III. Porto: Afrontamento.

<sup>43</sup>Varela, *op. cit.*, p. 138.

<sup>44</sup>*Ibid.*, p. 37.

Assim, de um período caracterizado por acções de alguma espontaneidade por parte dos trabalhadores, o movimento irá progredir lentamente para um enquadramento nas organizações sindicais, orientadas sobretudo para as políticas do PCP. Tentaremos no próximo subcapítulo contextualizar um pouco este processo.

## II.2 A política do PCP

*“Os trabalhadores da Lisnave unindo-se à corajosa luta da Tap, do jornal do Comércio, da Siderurgia, da Texmalhas, reforçando todas as lutas de Sul a Norte, vão saltar das paredes estreitas da fábrica para a rua.”*<sup>45</sup>

Como refere Raquel Varela, no seu livro *A História do PCP na Revolução dos Cravos*: *“há uma mudança qualitativa na política do PCP em relação ao movimento social depois de entrar no Governo Provisório. O partido passa a militar e a mobilizar contra as greves. Estas deixam de ser referidas, abstractamente, como manobras aventureiras e passam a ser denunciadas, cada uma delas em concreto, como manipulações dos patrões e da « reacção » e « provocações » da extrema-esquerda.”*<sup>46</sup> O partido salienta: *“não são as estruturas que devem ser grandiosas, mas sim as lutas.”*<sup>47</sup>

No final de Maio de 1974 as greves intensificam-se e, como também afirma António Ventura, *“a entrada do PCP no Governo Provisório e o seu esforço para pôr fim às greves contribuiu para que muitas comissões de trabalhadores fossem dirigidas por grupos de extrema-esquerda, que, apesar de muitos e ideologicamente distintos, também crescem, e em grande medida esse crescimento dá-se onde o PCP tenta controlar ou pôr fim aos conflitos de classe.”*<sup>48</sup>

---

<sup>45</sup> 1º Comunicado dos Trabalhadores da Lisnave à População - Comissões de Trabalhadores (19/09/1974). Lourdes Santos, Lima e Ferreira, *op. cit.*, p. 111; Fac-símile do comunicado em Gualberto Freitas (2014). *1969 Revolução Ressaca*. URL: <http://1969revolucaoressaca.blogspot.pt/2014/09/1974-09-19-comissoes-de-trabalhadores-1.html> (acedido em 31/03/2016).

<sup>46</sup> Varela, *op. cit.*, p. 59.

<sup>47</sup> «Os trabalhadores e a Intersindical» (1974). Em: *Avante!* (17 de mai. de 1974).

<sup>48</sup> António Ventura. «O Papel das Forças Sócio-políticas na Mudança Democrática. O Caso

A Revolução de 25 de Abril de 1974 apanhou os trabalhadores da Lisnave desejosos de uma mudança radical nas suas vidas. Assim, as reivindicações sociais, económicas e políticas começam a surgir em todos os sectores do estaleiro e são discutidas em plenários e assembleias.

A Lisnave foi das primeiras empresas a criar este tipo de organização de base, e torna-se a vanguarda das relações sociais, laborais e políticas em Portugal, devido à sua dimensão, concentração de operários e impacto económico dos seus estaleiros no país.

As novas dinâmicas geradas com a Revolução, e com reflexo nas comissões de trabalhadores, sindicatos e até partidos políticos, serão determinantes na vida da Lisnave.

A 9 de Maio de 1974, tinha-se realizado uma reunião geral de trabalhadores, presidida por nove elementos ligados ao sindicato dos metalúrgicos, onde se exigia: o fim da Comissão Interna da Empresa – acusada de servir a administração – e a eleição de uma comissão que, provisoriamente, representaria os trabalhadores, em substituição da CIE. Estava criada a primeira comissão de trabalhadores, com 42 elementos e com o objectivo de criar um único caderno de exigências a entregar entregar à administração. No entanto, as reivindicações dos trabalhadores são difíceis de uniformizar, devido às diferentes sensibilidades e pelas dificuldades na representatividade dos trabalhadores<sup>49</sup>.

Não chegando a acordo nas negociações, os trabalhadores iniciam uma greve com sequestro de alguns membros da administração e que se mantém de 15 de Maio a dia 23 de Maio.

A 14 de Maio de 1974 é apresentado à administração, sob ameaça de greve em caso de rejeição, o caderno reivindicativo dos trabalhadores da Lisnave, cujas principais exigências são, entre outras: aumento de salários, redução do horário

---

Português». Em: *Portugal y España en el Cambio Político (1958-1978)*. Ed. por Hipólito TORRE, p. 59.

<sup>49</sup>Cronologia utilizada para a discussão de todo o período. Lourdes Santos, Lima e Ferreira, *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*, p. 37.

laboral, folga semanal ao Sábado, atribuição de alguns subsídios e medidas que assegurem garantias de emprego. Ao mesmo tempo, é também criada a comissão de trabalhadores, com representantes de base. Perante a ausência de resposta, inicia-se uma paralisação, com sequestro de parte da administração nos estaleiros.

Várias contrapropostas da administração são recusadas mas, finalmente, a 21 de Maio de 1974, uma nova proposta da administração aceita o aumento do salário mínimo e várias actualizações salariais, um mês de férias com subsídio a todo o pessoal, é ainda atribuído o 13º mês e extingue-se o prémio de produção. A 23 de Maio de 1974 a empresa regressa ao seu normal funcionamento, mas os conflitos não se diluem.

O ambiente de crispação permanece na Margueira e a vontade de sanear todos os elementos envolvidos com o anterior regime já se pressente nas assembleias de Maio, embora ainda não de forma concreta.

A repressão à contestação e à greve de 1969 ainda estava muito presente e não fora esquecida. Os operários da Lisnave exigiam agora o afastamento de todos os elementos ligados à forte intervenção policial envolvida neste acontecimento. Um deles era o engenheiro delegado Manuel Perestrelo.

Tal como noutros sectores estratégicos, a revolução de 24 de Abril de 1974 encontrou a Lisnave num ambiente de conflito latente.

A situação económica era muito difícil e, com a greve, alguns navios abandonam a Margueira. Os operários regressam ao trabalho a 23 de Maio, mas a instabilidade social não desaparece. Exigem-se representantes dos trabalhadores na gestão da empresa. Nesta fase as comissões de trabalhadores têm mais peso que os sindicatos. Para além da Lisnave, toda a indústria naval portuguesa procura criar para os seus operários uma estrutura comum.

A realidade da empresa agora era também a existência de várias estruturas dos trabalhadores que, em vez da produtividade, priorizavam as questões sociais, laborais e políticas. Por outro lado, para a administração, a luta já não se relacionava apenas com questões laborais, mas políticas, considerando que os partidos



de extrema-esquerda tinham uma grande influência na organização dos trabalhadores. Um dos partidos que ganhou força na Lisnave (Margueira) foi a UDP, que disputa a liderança dos trabalhadores ao PCP.

Num período de intensa conflitualidade social, o governo decreta, a 27 de Agosto de 1974, a lei da greve (Decreto-lei nº 392/74). Com o surgimento da lei da greve, apelidada pelos operários e extrema-esquerda como lei “antigreve”, já que proíbe as greves políticas ou de solidariedade, a tensão vai agravar-se e a luta radicalizar-se. E, ao contrário do que pretende, piora a tensão entre o governo e os trabalhadores de um dos sectores estratégicos da economia portuguesa – a Lisnave.

Esta lei, aprovada pelo II Governo Provisório, prevê: *“que os contractos colectivos não podem ser renegociados antes do fim do prazo. Proíbe a greve às forças militares e militarizadas, aos bombeiros, às forças policiais e aos magistrados judiciais. Proíbe a cessação isolada de trabalho por parte do pessoal colocado em sectores estratégicos da empresa. No seu artigo 6º proíbe a greve política e de solidariedade. Prevê, numa altura em que a maioria dos conflitos laborais eram dirigidos pelas comissões de trabalhadores, que a greve é decidida pelas comissões sindicais e, quando não existem, pode ser decidida pelas assembleias de trabalhadores desde que as decisões das assembleias de trabalhadores sejam submetidas a um escrutínio, tenham mais de 50% dos votos e no escrutínio esteja presente um representante do Ministério do Trabalho; Assegura à entidade patronal o direito de lockout.”*<sup>50</sup> Miguel Pérez refere que a lei da greve tinha *“alvos claros: não são permitidas as greves de solidariedade nem as ocupações, e qualquer paralisação deve ser precedida por um período de negociações de 30 dias, estabelecendo-se que são os sindicatos os órgãos competentes para a desencadear.”*<sup>51</sup>

O PS (Partido Socialista) também critica publicamente a lei da greve afirmando que o recente decreto-lei sobre a greve e o lockout *“vem regulamentar*

---

<sup>50</sup>Varela, *op. cit.*, p. 97.

<sup>51</sup>Miguel Pérez (2008). «Contra a Exploração Capitalista. Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-75)» Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX». Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

*esse direito duramente conquistado pelos trabalhadores, em termos que o Partido Socialista considera merecedores de crítica.”*<sup>52</sup>

O PCP defende a lei de forma acérrima e, imediatamente a seguir à manifestação dos trabalhadores da Lisnave, no editorial do jornal *Avante!*, justifica: “*sem dúvida que nem a lei da greve e do lockout, nem a relativa ao direito de reunião satisfazem plenamente os trabalhadores e os democratas. Mas, no seu todo, dão larga e segura margem ao exercício de direitos e liberdades de que o povo esteve privado longos anos. Só quem queira criar confusão, e contrariar a democratização pode definir como linha de actuação, não o exercício das liberdades e direitos reconhecidos, mas o afrontamento directo e ilegal à nova legalidade democrática.*”<sup>53</sup> O mesmo jornal refere como o apoio ao Governo Provisório e ao Movimento das Forças Armadas é essencial para a defesa das liberdades e que “*combater o Governo e o Movimento significa cooperar com as forças reaccionárias e abrir caminho à contra revolução.*”<sup>54</sup> Acrescenta, ainda: “*há elementos irresponsáveis que, afirmando-se revolucionários tomam como alvos dos seus ataques e das suas acções, não a reacção e o fascismo, mas precisamente as principais forças que lutam contra a reacção e por vezes essas actividades manifestam-se entre os trabalhadores. Como foi o caso da recente manifestação a partir da Lisnave.*”<sup>55</sup> No discurso do PCP nota-se uma constante ameaça do regresso ao fascismo: “*seria porém erro imperdoável se se esquecessem ou menosprezassem as dificuldades de todo o processo em curso e os perigos que o cercam. Poderia ser fatal a divisão das forças democráticas, a quebra da aliança com as Forças Armadas, a diminuição do amplo e activo apoio popular ao Governo Provisório.*”<sup>56</sup>

A luta dos trabalhadores da Lisnave acaba por se transformar também num combate contra a lei da greve e vai ser um duro golpe para a consolidação da

---

<sup>52</sup>A *regulação da greve e aposição do PS*”, Comunicado da posição política do partido Socialista, 2 de Setembro de 1974. In *Comunicados do Partido Socialista entre o 25 de Abril e o 1º Governo Constitucional*, Fundação Mário Soares.

<sup>53</sup>«Perigo à Direita» (1974). Em: *Avante!* (13 de set. de 1974).

<sup>54</sup>*Ibid.*

<sup>55</sup>*Ibid.*

<sup>56</sup>*Ibid.*

política do PCP. Com cerca de oito mil trabalhadores, a Lisnave tornou-se um foco de resistência à lei implementada pelo II Governo Provisório. A luta dos operários ganha um carácter político que vai além dos saneamentos.

Com o 25 de Abril de 1974 os trabalhadores da Lisnave rapidamente exigem o saneamento da administração, que associavam à violenta repressão da greve de 1969. O jornal *a Voz do Povo* (UDP) afirma: “os operários continuam a luta, exigindo o saneamento do administrador delegado Perestrelo e de outros lacaios do fascismo, baseado nas ligações que tinham com a PIDE-DGS.”<sup>57</sup> Segundo os operários tinham-se esgotado todas as possibilidades de contactos com as entidades responsáveis sem que tivessem conseguido qualquer resultado. A resposta da administração referia que Perestrelo era fundamental para a empresa.

No Panfleto distribuído pelos operários da Lisnave à população estes afirmam: “a luta dos operários da Lisnave pelo saneamento dos fascistas da administração é um processo que já vem de trás. Os métodos de repressão que sempre utilizaram para dividir e espalhar o terror no seio da classe operária, foram os mesmos utilizados pelo regime deposto. Assim como a elaboração de uma lista negra com 24 nomes de operários que em 1969 mais se destacaram na luta.”<sup>58</sup>

No intuito de verem concretizadas as suas reivindicações e depois de esgotados todos os contactos com as entidades responsáveis, os trabalhadores partem para outras formas de luta. Assim, decidem em assembleia-geral realizar uma manifestação, para exigir definitivamente os saneamentos.

A primeira greve da Lisnave, depois da Revolução, acontece em Maio de 1974. A luta continua e radicaliza-se no Verão de 74. No dia 7 de Setembro do mesmo ano, um plenário com dois mil trabalhadores ratifica a decisão de convocar a histórica manifestação de 12 de Setembro.

---

<sup>57</sup> «Os operários da Lisnave dão o exemplo» (1974). Em: *Voz do Povo* (17 de set. de 1974).

<sup>58</sup> «Dos trabalhadores da Lisnave à população, comunicado dos trabalhadores da Lisnave (21/09/1974)» (1974). Em: *Revolução* (21 de set. de 1974).

## II.3 A manifestação de 12 de Setembro de 1974

Como descreve um operário da Lisnave ao jornal *Revolução*, “o primeiro passo para os saneamentos foi dado antes da greve de 12 de Maio na Lisnave, numa sexta-feira à três da tarde, na proa de um navio em construção onde os camaradas que aí trabalhavam, soldados e montadores do fundo dos tanques pararam de trabalhar. Deram uma volta ao sector de construção e nessa tarde ninguém mais trabalhou. Com este movimento, que foi espontâneo, os operários queriam sanear a administração.”<sup>59</sup>

Desse modo inicia-se aquela que seria um marco da luta fabril no período revolucionário e que pôs operários da Lisnave no centro da atenção de todo o movimento operário português de então até a década seguinte.

Dos grupos de discussão nasceu o caderno reivindicativo onde estava incluído os saneamentos, sendo apresentado na semana seguinte. Foi constituída uma comissão de delegados que nomeou uma comissão de saneamento que ficaria encarregue de conduzir os inquéritos e fazer um caderno de acusações. O resultado do inquérito foi entregue ao Ministério do Trabalho, juntamente com o caderno de acusações, depois de ter sido levado à discussão junto dos trabalhadores. Como os trabalhadores nunca obtiveram resposta, os problemas identificados pelos trabalhadores começaram a ser tratados e resolvidos em assembleias. Em resultado disso, começaram a aparecer novas formas de luta para pressionar as entidades oficiais, tendo em vista os saneamentos. Surge assim a proposta e aprovação da manifestação de 12 de Setembro. Esta foi votada numa reunião alargada de delegados em que participaram cerca de 2000 operários que, embora tendo conhecimento da sua ilegalidade, a votaram por maioria esmagadora. Houve apenas duas abstenções e nenhum voto contra. Depois desta reunião fizeram-se mais três assembleias de trabalhadores, onde se debateram vários problemas ligados à organização da manifestação, tendo esta sido mais uma vez votada.

Agindo em conformidade com a política do PCP para a organização e luta

---

<sup>59</sup>*Ibid.*

dos trabalhadores, a célula desse partido na Lisnave distribui um comunicado que afirmava que a manifestação estava a ser organizada por “*um grupo minoritário de aventureiros e irresponsáveis.*”<sup>60</sup>: Segundo um operário da Lisnave afirmou ao jornal *Revolução*: “*a reacção dos camaradas foi violenta em certos locais de trabalho, havendo mesmo quem recebesse o comunicado e o rasgasse imediatamente na presença das pessoas que o distribuíam.*”<sup>61</sup>

Imediatamente os trabalhadores fizeram uma assembleia-geral onde este comunicado foi analisado. O mesmo operário refere que na assembleia foi dito que o comunicado era de “*uma notável irresponsabilidade política*”<sup>62</sup>, uma vez que o PCP tinha militantes dentro da Lisnave que eram delegados dos trabalhadores, que tiveram sempre a oportunidade de defenderem as posições ali expressas e que nunca o fizeram diante de todos os trabalhadores.

Nesse mesmo dia (11 de Setembro) o Governo, através do Ministério da Administração Interna, ilegaliza a manifestação, temendo o alastramento da luta a outras empresas. O seu comunicado refere: “*o Governo tem levado a efeito a publicação das leis fundamentais reguladoras do exercício das liberdades cívicas conquistadas pelo Movimento de 25 de Abril. Situam-se entre elas, com relevo particular, as leis da greve e lockout e do direito de reunião, já suficientemente divulgadas. O seu exacto cumprimento – e é importante que este aspecto seja destacado – tem por objectivos básicos a salvaguarda dos direitos dos cidadãos e o interesse colectivo. Considera-se que a manifestação que uma fracção reduzida*

---

<sup>60</sup> “Camaradas! Será que esta manifestação vai contribuir para a defesa dos interesses dos trabalhadores? Certamente que não. Numa altura em que o país atravessa uma grave crise económica, em que os reaccionários moçambicanos se revoltam, em que a reacção em Portugal se organiza, tentando provocar o caos e a anarquia, em que mais do que nunca se impõe a união dos trabalhadores entre si e com o MFA e o Governo Provisório, como garantia da consolidação das liberdades democráticas e da descolonização, uma manifestação de hostilidade ao Governo e de desrespeito pela ordem democrática (feita numa hora deliberadamente escolhida em desacordo com a lei), só pode aproveitar à reacção, interessada em dividir os trabalhadores e as forças democráticas, para ter caminho aberto para reinstaurar o fascismo em Portugal. Nem as críticas que se podem fazer à Lei da Greve, nem o aumento do custo de vida são motivos que justifiquem a realização de uma tal manifestação.” «Aos trabalhadores da Lisnave, Comunicado da Célula do PCP da Lisnave, 11 de Setembro de 1974» (1974). Em: *A Capital* (12 de set. de 1974)

<sup>61</sup> «Lisnave, Entrevista com um camarada operário» (1974). Em: *Revolução* (21 de set. de 1974).

<sup>62</sup> *Ibid.*

*do pessoal dos estaleiros da Margueira se propõe realizar está completamente afastada do correcto uso das liberdades cívicas e da disciplina social e é lesiva da economia nacional e do direito de reunião. Nestas condições, o Governo não pode permitir, por ilegal, a realização da citada manifestação.”*<sup>63</sup>

No entanto, nem o comunicado do PCP, nem a ilegalização da manifestação, demovem os trabalhadores.

A manifestação dos operários da Lisnave foi cuidadosa e pormenorizada-mente organizada. Os trabalhadores fizeram mesmo um plano de organização e condução da mesma que referia os horários, o percurso, as palavras de ordem, a propaganda, a disposição do pessoal e até os trajes dos operários. Por exemplo, quanto aos horários podia ler-se: *“pessoal que almoça pelas 12:00 horas: assim que terminem a sua refeição devem todos os trabalhadores dirigir-se às suas secções ou serviços.”*<sup>64</sup> O mesmo plano sublinhava que às 14:30 era hora de *“organizar os trabalhadores em filas cerradas de 7 homens, tendo a preocupação de colocar dois mais robustos fisicamente nos extremos. Esses homens, quando houver ordem para tal, terão por missão formar um cordão envolvente exterior, de protecção à manifestação. Esta formação nas secções englobará já o pessoal do turno.”* Acrescentava-se ainda: *“os trabalhadores, já organizados, deslocar-se-ão das suas secções, invocando já as palavras de ordem aprovadas, até à frente do edifício principal, onde formarão o corpo da manifestação à medida que vão chegando.”*<sup>65</sup> Às 15 horas, logo que tudo estivesse em ordem, iniciava-se o percurso estabelecido.

Os trabalhadores saíam da Avenida Alfredo da Silva até ao Largo de Cailhas e entrariam para os barcos designados. O Cais do Sodré era o local de encontro entre os trabalhadores da Margueira e os da Rocha. Os operários da Rocha integrar-se-iam colocando-se na cauda da manifestação em direcção ao Ministério do Trabalho. O percurso, conforme estabelecido, seria o seguinte: Cais do Sodré, Praça do Comércio, Rua da Preta, Praça da Figueira, Martim Moniz, Rua

---

<sup>63</sup> «Comunicado da Administração Interna» (1974). Em: *A Capital* (12 de set. de 1974).

<sup>64</sup> «Plano de organização e condução da manifestação» (1974a). Em: *Revolução* (21 de set. de 1974).

<sup>65</sup> *Ibid.*

da Palma, Avenida Almirante Reis (até à Alameda Afonso Henriques), Avenida Guerra Junqueiro, Praça de Londres. O percurso de regresso seria o mesmo.

É interessante perceber que até as questões relacionadas com a imagem da manifestação haviam sido pensadas: *“todo o pessoal oficial envergará fato-macaco e capacete. O pessoal administrativo, caso não tenha fato-macaco, irá com o seu traje habitual (civil) e capacete. Sendo possível, as camaradas com a bata verde do serviço, caso estejam de acordo. As camaradas do refeitório envergarão as suas batas habituais, caso estejam de acordo.”*<sup>66</sup>

As palavras de ordem também não seriam ditas ao acaso. Era expressamente proibido gritar palavras de ordem que não fossem as aprovadas. *“A ordem para a invocação das diversas palavras de ordem partirá sempre da cabeça da manifestação para trás, de modo a não haver divergências e todos as gritarmos em uníssono, como uma só voz.”*<sup>67</sup>

A condução da manifestação ficaria a cargo dos delegados e dos seus piquetes que identificar-se-iam com braçadeiras amarelas. Haveria um grupo encarregue de superintender a manifestação. Todos os trabalhadores deveriam obedecer confiantemente às directrizes desse grupo eleito. Na cauda seguiriam os carros de apoio, que prestariam o auxílio necessário. Definiu-se previamente que seria guardado silêncio à passagem pelos hospitais e que também seria guardado um minuto de silêncio no Cais do Sodré, em apoio à luta do povo chileno.

Quanto à propaganda, definiu-se que a comissão de saneamento redigiria um comunicado, que distribuiria à população e aos órgãos da informação. No intuito de envolver o máximo de trabalhadores, o plano da manifestação referia: *“devem participar os camaradas que o desejarem e deve ser aprovado ou não, à hora do refeitório, pelos trabalhadores. O comunicado terá de seguir as linhas gerais sobre: historial do processo em curso, análise política, lei anti-greve, despedimentos, solidariedades para com todos os trabalhadores em greve, e palavras de ordem da manifestação.”*

---

<sup>66</sup>*Ibid.*

<sup>67</sup>*Ibid.*

O plano previa ainda que pudessem participar outras fábricas. Nesse caso deviam estabelecer-se os devidos contactos, para que não houvesse perturbações de última hora. *“Neste caso a Lisnave deve ir na frente, seguida das outras, devidamente identificadas e com absoluto respeito pelas nossas directrizes.”*<sup>68</sup>

No dia 12 de Setembro às nove horas da manhã uma delegação do MFA, composta por um major e três capitães, procura a Comissão de Delegados dos Trabalhadores da Lisnave. Iam à procura dos responsáveis pela organização da manifestação. No entanto, os trabalhadores assumiram colectivamente as decisões tomadas, identificando-se todos como responsáveis. Iniciou-se uma discussão política pela manhã. A manifestação era ilegal e os trabalhadores sabiam-no bem. No entanto, aquela parecia-lhes a única forma eficaz de protestarem contra o governo que havia feito uma lei anti-greve que, na sua opinião, visava o controlo e repressão da classe trabalhadora. Os operários da Lisnave viam assim a manifestação como essencial para se defenderem do governo que os atacava. A Comissão que se dirigiu à Lisnave procurou demover os operários de entrarem em conflito com o Governo e pressioná-los a adiarem a manifestação para Sábado. Os trabalhadores responderam que a decisão seria tomada no plenário convocado para as 15 horas. Um pouco antes dessa hora, a Lisnave já estava cercada de três companhias de comandos, paraquedistas, fuzileiros, seis “chaimites”, polícia militar e vários carros patrulha da PSP.

Como previsto, o plenário realizou-se às 15 horas com a presença do Major, que mais uma vez tentou dissuadir os trabalhadores a avançarem com a manifestação. A sua intervenção foi apupada e passou-se à votação. A manifestação foi aprovada por maioria, com 25 votos contra. Estavam presentes cerca de seis mil trabalhadores.

Às dezassete horas e vinte minutos, iniciou-se e a meio do estaleiro a companhia de fuzileiros e três chaimites barravam o caminho aos operários. Estes pararam e começaram a gritar: *“os soldados são filhos do povo, são ou serão operários.”*<sup>69</sup> Nesse momento houve fuzileiros que começaram a chorar e o Co-

---

<sup>68</sup> *Ibid.*

<sup>69</sup> «Lisnave, Entrevista com um camarada operário».



mandante mandou abrir a passagem. Daí até ao Ministério do Trabalho e no regresso, a manifestação decorreu sem incidentes.

O editorial do jornal *A Luta Popular* descreveu-a afirmando que depois de chegada ao Cais do Sodré, a manifestação operária prosseguiu pelas ruas da cidade gritando sempre as palavras de ordem. “*Em filas de sete operários, de fato-macaco de trabalho e de capacete, sendo as filas laterais compostas pelos operários mais fortes, davam uma demonstração fabulosa de disciplina e organização proletárias, próprias de um exército de vanguarda. Era com um misto de admiração e alegria que as massas populares viam passar o imponente desfile, incorporando-se na manifestação de apoio que seguia atrás.*”<sup>70</sup> O jornal refere que ao chegar à Praça de Londres já era composta por vários milhares de trabalhadores e populares. “*A disciplina e força e a coesão foi a marca própria do desfile.*” Após alguns comícios feitos diante do Ministério do Trabalho, perante a impotência das forças militares do COPCON, regressou de novo ao Cais do Sodré. Antes de terminar realizou-se um novo comício participado pelos trabalhadores da EFACEC, dos CTT e da TAP, que reafirmaram que a sua luta era uma única luta. A manifestação foi sem dúvida um acto de força, uma grande vitória, sobretudo pela confiança que adquiriram na sua capacidade de organização. Os operários tiveram o cuidado de não permitir a participação de organizações políticas para que estas não tomassem o controlo da manifestação, nem se servissem dela.

## II.4 O dia seguinte ...

Com a sua concretização, o PCP, nas palavras de Miguel Pérez, “*sofre um verdadeiro revés político: os trabalhadores de uma das maiores empresas do país, de forte composição operária e com tradições de luta, recusam a sua estratégia política e aplicam uma linha mais radical.*”<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> «Viva a Grande e Histórica Manifestação Política dos Operários da Lisnave!» (1974). Em: *Luta Popular* 30 (12 de set. de 1974).

<sup>71</sup> Miguel Pérez, *op. cit.*

Contra o PCP, contra o Governo, contra a lei “anti-greve”, contra os fuzileiros, esta avançou e cumpriu o trajecto.

O jornal *A Capital* descreve-a nos seguintes termos: “*de fatos-macaco e capacetes, operários da Lisnave partiram do estaleiro da Margueira para a manifestação através das ruas de Lisboa. (...) Assim, no seguimento de um plenário que ratificou a efectivação da manifestação, milhares de operários, envergando os seus fatos-macaco e capacetes de trabalho, atravessaram o Tejo ao fim da tarde, subiram as ruas da Baixa e as Avenidas Almirante Reis e Guerra Junqueiro e concentraram-se durante alguns minutos em frente do Ministério do Trabalho, na Praça de Londres.*”<sup>72</sup> Também o semanário *A Voz do Povo* afirma que apesar da proibição e de todas as intimidações feitas pelo Governo “*que em tudo lembram os tempos fascistas (tropa, polícia de choque), quer na Lisnave para impedir a saída dos operários, quer no Ministério do Trabalho, a manifestação realizou-se. O aparato policial e as tropas não conseguiram amedrontar os operários. A sua organização, a sua unidade, e a certeza da justiça da sua luta mantiveram-se inabaláveis.*”<sup>73</sup> O mesmo jornal sublinha que desde a Lisnave até ao Ministério do Trabalho os operários desfilaram organizadamente gritando: “*operários da Lisnave saneiam os fascistas, morte à PIDE, morte ao fascismo, direito à greve sim, lockout não.*”<sup>74</sup> Mais adiante, o jornal acrescenta ainda que o dia 12 de Setembro de 1974 ficará como uma data histórica no movimento operário português. “*Em filas cerradas, obedecendo às palavras de ordem dos piquetes, os operários deram um exemplo de alto nível de organização e de unidade de que só a classe operária é capaz. Foram a vanguarda que conquistou ao longo do percurso a simpatia de outros trabalhadores.*”<sup>75</sup> Também o jornal do MRPP *Luta Popular* refere que “*oito mil operários ousaram descer à rua numa manifestação política contra os órgãos do poder imperialista da nossa pátria e ousaram vencer um inimigo armado até aos dentes e preste a puxar o gatilho. Os proletários da Lisnave traduzem a disposição revolucionária da classe operária.*”<sup>76</sup> Já o jornal *Revolu-*

---

<sup>72</sup> «Trabalhadores da Lisnave manifestam-se por saneamento» (1974). Em: *A Capital* (13 de set. de 1974).

<sup>73</sup> «Os operários da Lisnave dão o exemplo».

<sup>74</sup> *Ibid.*

<sup>75</sup> *Ibid.*

<sup>76</sup> «Lisnave: A necessidade do Partido» (1974). Em: *Luta Popular* 30 (12 de set. de 1974).

ção salienta: “durante a última semana defrontaram-se dois exércitos na região de Lisboa. O exército propriamente dito, regular, e o exército da Lisnave. Sete mil dos oito mil trabalhadores avançam sobre a cidade de Lisboa, fardados de fato de ganga e capacete. O outro exército recuou. E os trabalhadores fardados para a guerra, eles também camponeses e operários, antes e depois da tropa, não tiveram assim que defrontar os seus companheiros. Vitória política para os homens da Lisnave.”<sup>77</sup>

O comunicado dos trabalhadores distribuído à população é um exemplo de como a luta dos trabalhadores aumentou o seu grau de consciência. Nas palavras de Fátima Patriarca, “a luta pelo saneamento ultrapassa o seu carácter antifascista, para agora ser definida igualmente em termos anticapitalistas.”<sup>78</sup> Assim, o comunicado dos operários à população afirmava que os trabalhadores estavam com todas as leis e medidas do Governo Provisório que fossem ao encontro do alargamento das liberdades dos trabalhadores e dos povos e que não estavam com o Governo quando “este promulga leis anti-operárias, restritivas à luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista.” Os trabalhadores esclareciam que lutariam activamente contra a lei da greve porque a consideravam ser *um golpe profundo* nas suas liberdades. Afirmavam repudiar os direitos dos patrões colocarem na miséria milhares de trabalhadores, através da lei do lockout, que viam como uma lei contra os operários e de protecção aos capitalistas. Salientavam ainda: “sabemos que, os 120 milhões de contos, não são, como dizem os Melos, Champalimaud, e Quinas e C<sup>a</sup> para criar 120 mil empregos, mas para criar melhores condições de exploração e conquistar as leis anti operárias que lhes permitam legalizar essa exploração.”<sup>79</sup>

No dia 7 de Outubro de 1974, o administrador delegado Engenheiro Perestrello apresenta a sua demissão. Assim, e como afirma o jornal *Voz do Povo*, quer o Governo, quer o PCP, não conseguiram os seus objectivos: “os operários da

---

<sup>77</sup> «Editorial» (1974). Em: *Revolução* (21 de set. de 1974).

<sup>78</sup> Maria de Fátima Patriarca (1978). «Os operários portugueses na revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974». Em: *Análise Social* 56, pp. 695–727, p. 709.

<sup>79</sup> «Dos trabalhadores da Lisnave à população, comunicado dos trabalhadores da Lisnave (21/09/1974)».

*Lisnave deram-nos um grande exemplo. Mostraram o que pode a classe operária quando se organiza. A sua grandiosa e combativa manifestação lançava este aviso a ser seguido por nós: a melhor garantia de que o fascismo não passará reside na mobilização e organização das massas populares com a classe operária à cabeça!”*<sup>80</sup>

Também o jornal *Luta Popular* afirmava que a manifestação histórica dos proletários da Lisnave foi “*uma pesada e humilhante derrota. Foi um golpe duro e profundo no poder do grande capital e do imperialismo.*” Salientavam que não podia escapar a ninguém a importância histórica da mesma, já que oito mil proletários “*proclamavam a sua disposição revolucionária para o confronto violento com o inimigo.*”<sup>81</sup>

“*Até ao fim do processo revolucionário, os trabalhadores da Lisnave manterão uma posição de força, alcançando praticamente todas as reivindicações, o que os colocava em termos de condições de trabalho e salariais acima da média nacional e o governo tudo fará para impedir o alastramento de conflitos nesta empresa.*”<sup>82</sup>

A manifestação dos trabalhadores da Lisnave mostrou ser um braço-de-ferro entre os operários representados pela extrema-esquerda, e o II Governo Provisório, integrado pelo PCP. O comunicado dirigido à população reflecte a força dos trabalhadores e questiona o Governo e as Forças Armadas. Apesar de tudo ter sido feito para impedir a manifestação, esta aconteceu e reiterou a confiança na sua luta. A sua concretização foi ainda determinante para o falhanço do golpe de 28 de Setembro de 1974, em que Spínola havia apelado à manifestação da maioria silenciosa contra a radicalização política que se vivia. A manifestação foi assim um exemplo de organização e disciplina e, sobretudo de união e solidariedade, contribuindo de forma decisiva para a demissão de Spínola a 30 de Setembro de 1974. Como refere Jorge Fontes, “*A conjuntura nacional, com a ocorrência do 28 de Setembro e deslocamento da correlação de forças para a esquerda, ajuda à sa-*

---

<sup>80</sup> «Os operários da Lisnave dão o exemplo».

<sup>81</sup> «Lisnave: A necessidade do Partido».

<sup>82</sup> Varela, «Os operários da Lisnave - do conflito à negociação», p. 357.

*tisfação parcial das exigências operárias. O contestado administrador-delegado, o Eng<sup>o</sup> Perestrello, pede a sua exoneração a 7 de Outubro, que será aceite pela administração no dia seguinte. Entretanto desenvolvem-se contactos com outras empresas em luta, como a Efacec-Inel, Applied Magnetics, Messa, Setenave, Timex, CTT e TAP. Desta articulação vai resultar a criação da Interempresas, uma estrutura coordenadora das comissões de trabalhadores. Em 7 de Fevereiro de 1975, a Interempresas vai promover uma grande manifestação, com cerca de 80 000 operários, contra o desemprego e a NATO.”<sup>83</sup>*

Numa conjuntura internacional extremamente difícil, a administração da empresa confronta-se, para além das dificuldades económicas, com conflitos sociais internos.

O saneamento político estava longe de resolver todos os problemas e a própria hierarquia da empresa era colocada em causa sempre que fosse de encontro aos interesses dos trabalhadores. Eram tempos de novas exigências democráticas. As decisões eram tomadas em assembleias de trabalhadores. Perante este braço-de-ferro entre os trabalhadores e a administração, todas as decisões exigem uma forte ponderação.

Ainda assim, perante o receio da empresa em se comprometer com contratos cujos prazos eventualmente não conseguiria cumprir, as comissões de trabalhadores acusam a administração de boicotar o funcionamento dos estaleiros, e a administração acusa os trabalhadores de falta de responsabilidade.

## **II.5 Comissões de trabalhadores**

O período posterior ao 25 de Abril de 1974 é de libertação da tensão que vinha sendo acumulada pelo anterior contexto económico, social e político. Os trabalhadores, motivados e moralizados pelas conquistas da revolução, têm agora um novo fôlego. Das exigências de reivindicações democráticas (órgãos representati-

---

<sup>83</sup>Jorge Fontes, *op. cit.*, p. 196.

vos de base) à satisfação das necessidades básicas é um sopro, e as greves ainda continuam a ser uma das formas de luta mais eficazes.

Os aumentos dos preços e a instabilidade salarial promovem instabilidade social. Isto numa altura em que o paradigma da produtividade se coloca em causa, dando lugar, pela luta dos trabalhadores e contexto da revolução de 25 de Abril de 1974, a uma nova aspiração: a do pleno emprego.

Assim, *“o período que decorre entre Dezembro de 1974 e Março de 1975 é caracterizado por um forte movimento de agudização dos conflitos sociais, que passa por reivindicações de nacionalização de empresas (bancos, seguros, Sociedade Central de Cervejas, Eurofil, Portugália, 1ª Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores, etc).”*<sup>84</sup>

As comissões de trabalhadores e moradores começam a surgir espontaneamente. *“As comissões de trabalhadores, forma de organização de tipo conselhistas, surgem em quase todas as fábricas e serviços do país, são eleitas em assembleias de trabalhadores e nelas deveria funcionar o princípio da livre revogabilidade.”*<sup>85</sup>

Nas empresas do Grupo CUF, após o 25 de Abril de 1974, também passam a existir comissões de trabalhadores e cria-se mesmo um organismo coordenador, a Inter-Comissões do Grupo CUF, a funcionar no Barreiro. A acção reivindicativa dos trabalhadores no pós-25 de Abril vai além das reivindicações democráticas, exigindo-se a nacionalização de algumas empresas. As comissões procuram concretizar essa exigência, aprovada em plenários.

Ainda em 1975, a Lisnave integra operários da Gaslimpo, *“com salários mais baixos, e que efectuavam nessa empresa operações arriscadas”*<sup>86</sup>, menos protegidos. A integração contraria a administração. Esta *“alegava que eram trabalhadores com ocupações ocasionais e que a real intenção da sua inclusão era*

---

<sup>84</sup>Marinús Pires de Lima (1977). «A acção operária na Lisnave: análise da evolução dos temas reivindicativos». Em: *Análise Social* XIII.52, pp. 829–899, p. 870.

<sup>85</sup>Raquel Varela (2014). *História do povo na revolução portuguesa: 1974-1975*. Lisboa: Bertrand Editora, p. 213.

<sup>86</sup>Oliveira e Fernandes, «Do 25 de Abril de 1974 a crise do segundo choque petrolífero», p. 254.

*política, de forma a fortalecer os movimentos de esquerda radical na Lisnave. (...) Para as comissões a entrada nos quadros da empresa de um largo número de trabalhadores visava garantir o emprego contra situações de precariedade, enquanto a administração considera que o objectivo era o de destabilizar um dos maiores símbolos da indústria portuguesa.”*<sup>87</sup>

## II.6 O controlo operário

O pós-25 de Abril de 1974 em Portugal foi, como defende a historiadora Raquel Varela, dos poucos momentos históricos do século XX em que se viveu um período de dualidade de poderes, e que pode entender-se, segundo a historiadora Raquel Varela, como “*a organização política dos trabalhadores ao nível da produção com vista a tomar o poder político do Estado.*”<sup>88</sup>

A partir de Fevereiro de 1975, mais do que a autogestão ou cogestão, entra-se numa situação de controlo operário, segundo Raquel Varela, entendido como: “*o controlo da produção pelos trabalhadores.*”<sup>89</sup> A historiadora salienta que esse “*facto corresponde às necessidades de qualquer processo revolucionário e é uma garantia essencial para a sua consolidação.*”<sup>90</sup> O controlo operário é fundamental para se definir um período como revolucionário, não sendo apenas uma estratégia defensiva. Raquel Varela argumenta que: “*frequentemente, na literatura, confunde-se controlo operário com autogestão, (os trabalhadores passam a ser patrões de si próprios) com cogestão (os trabalhadores através dos sindicatos gerem as empresas juntamente com os patrões e até com o Estado) e também se confunde o controlo operário com situações de duplo poder organizado (soviéticos).*”<sup>91</sup>

---

<sup>87</sup>*Ibid.*, p. 256.

<sup>88</sup>Raquel Varela, António Simões do Paço e Joana Alcântara (2013). «O controlo operário na Revolução Portuguesa 1974-1975». Em: *Marx e o Marxismo* 2.2, pp. 140 –168, p. 145.

<sup>89</sup>*Ibid.*, p. 145.

<sup>90</sup>*Ibid.*, p. 145.

<sup>91</sup>*Ibid.*, p. 144.

O controlo operário destaca-se sobretudo a partir de 11 de Março de 1975, momento em que o Estado fica mais fragilizado, permitindo que as nacionalizações ganhem força e avancem.

A Lisnave não escapa a esta pressão e, nesta nova fase, os trabalhadores avançam com o controlo operário retirando o poder de decisão à administração: *“não é a crise política que dá origem ao controlo operário. É a luta nas empresas e fábricas que determina a crise política, que por sua vez vai ter impacto no controlo operário.”*<sup>92</sup> Para a implementação deste surge uma nova estrutura: o Conselho de Defesa dos Trabalhadores. (CDT).

Como refere Miguel Pérez, *“A CDT, no qual estava integrada uma comissão sindical, subdividia-se num grupo técnico, Comissão de Informação, Comissão de Formação, grupo de saneamento e conselhos de controlo operário de sector, estes últimos que chegavam a praticamente todos os domínios em que estava organizada a empresa.”*<sup>93</sup>

## II.7 A defesa da nacionalização da Lisnave

Com o 11 de Março de 1975, como já foi referido, o Estado fica mais fragilizado e o controlo operário solidifica-se e avança nas principais empresas portuguesas – sendo uma das mais importantes causas de algumas nacionalizações. Como por exemplo, a banca nacional, que se realizou sem indemnizações, e por expropriação.

No seu livro *História do povo na revolução portuguesa: 1974-1975*, Varela sugere que: *“em parte a nacionalização de algumas empresas é levada a cabo não só por razões objectivas, para evitar a fuga de capitais e a falência do país – controlo sobre o investimento – como para evitar o desenvolvimento do controlo operário que introduzia uma situação de dualidade de poderes”*<sup>94</sup>,

---

<sup>92</sup>Varela, *op. cit.*, p. 272.

<sup>93</sup>Miguel Pérez, *op. cit.*

<sup>94</sup>Varela, *op. cit.*, p. 273.



adiantando ainda que: *“este processo, levou à ruptura da coligação PS-PCP e ao progressivo desmembramento do MFA, porque a situação social polarizava-se impedindo a estabilização de um governo de carácter frentista.”*<sup>95</sup>

Em meados de 1975, o país atravessava uma séria recessão, a situação económica não se havia estabilizado: o desemprego aumentava, assim como o preço dos alimentos e transportes, resultando em inflação. As condições estavam criadas para que os conflitos sociais continuassem e para que algumas posições políticas se polarizassem. Raquel Varela defende que algumas empresas tornam-se no centro de disputa política entre os que defendem que se aplique o controlo operário – com comissões de controlo sobre a produção e apostando fortemente na coordenação nacional das comissões de controlo – e os que, mais próximos do PCP e do governo, apostam na cogestão entre os trabalhadores, a administrações e o Estado – não defendendo a nacionalização de empresas com capital estrangeiro, como aconteceu com a Lisnave, defendendo a economia nacional.

Num contexto de várias incertezas a Setenave é nacionalizada a 1 de Setembro de 1975, no governo do Engenheiro Vasco Gonçalves. A Lisnave continuará uma empresa sobretudo de capital privado, apesar dos 25 por cento atribuídos ao Estado. A ideia era não prejudicar a Margueira com uma nacionalização, uma vez que se tratava de uma empresa com capitais estrangeiros, e esse foi sempre assumido como o limite das nacionalizações pelos sucessivos governos provisórios. No entanto, após a nacionalização de boa parte das empresas do grupo, e de parte do seu capital, a família Mello perde o controlo das empresas, com excepção da Lisnave, em que apenas uma parte do capital passou a pertencer ao Estado.

*“Nos anos seguintes, a partir do final de 1975 e início de 1976, em resultado de um complexo processo contra-revolucionário que resultou numa dupla estabilização económica e política do País, os conflitos na Lisnave recuam substancialmente. O período, apesar de ser aquele sobre o qual ainda restam muitas dúvidas, é, de acordo com o sociólogo Marinús Pires de Lima, marcado pela progressiva institucionalização e implantação dos sindicatos na empresa, por um lado, e por outro pela crescente influência da CGTP (Confederação Ge-*

---

<sup>95</sup>*Ibid.*, p. 273.

*ral dos Trabalhadores Portugueses), muito influenciada pelo Partido Comunista Português, por oposição às comissões de trabalhadores, que funcionavam como conselhos de fábrica, que dominaram o período revolucionário.”<sup>96</sup> Assim, na fase pós-1975, como defende Lima, passa-se progressivamente a um período em que a CGTP se torna mais hegemónica, predomina a negociação, “as reivindicações são enquadradas no estudo dos problemas económicos e financeiros das empresas, em ligação com a política global do Estado. Progressivamente, vão sendo criados organismos de concertação social, como o Centro de Coordenação da Indústria Naval, no âmbito do Ministério da Indústria e Tecnologia, em que participava a comissão coordenadora das comissões de trabalhadores das indústrias navais. (CCTIN). A acção da CCTIN, na procura de uma alternativa viável para a crise do sector, caracteriza-se por uma lógica de defesa do planeamento económico, do progresso técnico e do desenvolvimento industrial, condicionado por opções políticas globais, em que se salienta o papel dos aparelhos de Estado.”<sup>97</sup>*

Com o golpe militar de 25 de Novembro de 1975 e, sobretudo a partir da década de 80 do século XX, entramos num período que se diferencia do anterior pelas mais recentes estratégias de negociação e opção por uma atitude mais institucional: maiores influências partidárias, com impacto nas organizações sindicais; disputas políticas e maior dificuldade na unidade de acção; maior delegação de poderes nos sindicatos e menor democracia de base.

Além dos factores referidos anteriormente, há um contexto nacional pautado por uma crise internacional e pela negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) – 1977 e 1983 – que ajudam a fragilizar o movimento sindical<sup>98</sup>.

---

<sup>96</sup>*Idem*, «Os operários da Lisnave - do conflito à negociação», p. 357.

<sup>97</sup>Marinús Pires de Lima (1986). «Transformações das relações de trabalho e acção operária nas indústrias navais (1974-1984)». Em: *Revista Crítica de Ciências Sociais* 18/19/20, pp. 537–546, p. 541.

<sup>98</sup>*Ibid.*

## Capítulo III

### A década de 80

Depois da crise petrolífera de 1973, que resultou numa recessão mundial, há um certo alívio da situação com “*um novo período de expansão do capital, a partir de 1975-1976, em que aumentam as encomendas e o número de operários cresce 3/4 alcançando o maior número de sempre em 1979. Porém, a situação muda radicalmente com a crise do início da década de 1980.*”<sup>99</sup>

A década de 80 do século XX será o rescaldo da crise que o sector de construção e reparação naval vinha atravessando.

O ano de 1981 ainda foi um dos melhores de sempre da Lisnave, com lucros muito acima do esperado<sup>100</sup>. No entanto, os 15 anos (1967/1982) de benefícios fiscais do Estado pareciam estar a chegar ao fim<sup>101</sup>.

Segundo Figueira, em 1981, a Margueira passa a reparar 20% de todos os navios mistos e petroleiros que serviam a Europa Ocidental, EUA e Canadá. Na Balança Comercial Portuguesa, a Lisnave capta para o país 150 milhões de

---

<sup>99</sup>Varela, *op. cit.*, p. 358.

<sup>100</sup>Ver figura IV.6 na página 71 desta tese.

<sup>101</sup>“*É concedida à sociedade Lisnave – Estaleiros Navais de Lisboa, S. A. R. L., isenção de quaisquer taxas ou impostos do Estado e dos corpos administrativos, salvo o imposto do selo, pelo período de 15 anos, a contar do começo da exploração.*” Artigo 9º do Decreto-lei nº 44708, de 20 de Novembro de 1962.

dólares (113 milhões em 1979)<sup>102</sup>.

### **III.1 A crise petrolífera de 1979 e a nova recessão da indústria naval**

A nova crise económica mundial, no início da década de 80, marca uma viragem na economia mundial. Esta vai caracterizar-se por uma estratégia que procura retomar as taxas de acumulação de lucro – através de uma exploração mais intensiva da mão-de-obra, aliada a métodos que procurem externalizar o mais possível encargos com mão-de-obra. Sobretudo quando esta não esteja a produzir, ou sempre que se encontre no mercado trabalhadores mais baratos. Assume-se que a diminuição da produtividade pode ser compensada pelo menor preço dessa força de trabalho. Para tal, a flexibilização torna-se o caminho. Se a execução desta estratégia passou de modo geral pela deslocalização das empresas a nível internacional na procura das “vantagens competitivas” do mercado de trabalho asiático<sup>103</sup>, onde a mão-de-obra é mais barata, no plano nacional, como veremos, a direcção da Lisnave procurou externalizar esses custos da mão-de-obra, através do recurso a dinheiros públicos. De facto, o processo de integração europeia ia ao encontro dessa estratégia. Assim, a Comunidade Económica Europeia (CEE) impõe a redução do número de reparações e construções de navios, precisamente no mesmo período em que também exige a flexibilização das leis laborais<sup>104</sup> “im-

---

<sup>102</sup>Fernando Figueira (2014). *Nascimento e evolução da Lisnave*. URL: <http://www.acomuna.net/index.php/contracorrente/4554-nascimento-e-evolucao-da-lisnave> (acedido em 29/03/2016).

<sup>103</sup>(...) *a empresa cresce com o fechamento do canal de Suez e entra em declínio quando da deslocalização da década de 80 para a Coreia do Sul e outros países asiáticos (...)*” Raquel Varela (2010). «Os operários da Lisnave - do conflito à negociação». Em: *Cad. AEL* 17.29, pp. 339 –362, p. 342

<sup>104</sup>“A pressão para a deslocalização e a reestruturação da empresa vem do grupo Mello, e da própria Comunidade Económica Europeia (CEE), que através da Associação de Estaleiros Navais da Europa Ocidental impõe a redução drástica do volume de reparação e construção naval na Europa; a isto junta-se a flexibilização das leis laborais imposta pela própria adesão do País à CEE (leis 201/83), as quais estavam associadas ao empréstimo do FMI (Fundo Monetário Internacional), que intervém no país na altura.” *ibid.*, p. 358

posta pela própria adesão do País à CEE (leis 201/83<sup>105</sup>), as quais estavam associadas ao empréstimo do FMI (Fundo Monetário Internacional), que intervém no país na altura.”<sup>106</sup> Assistimos claramente, neste período, a um aumento do desemprego e uma diminuição geral dos salários. Ao mesmo tempo que as empresas de construção naval alegam dificuldade na continuação da actividade, procurando alternativas de reconversão industrial, o que interfere na própria organização de trabalhadores, criando instabilidade e divisões.

É neste período que se inicia na Lisnave um dos momentos mais difíceis e tensos vividos na empresa. Serão os anos de 1982 a 1986, em que os trabalhadores da Lisnave tentarão manter os seus postos de trabalho, mesmo com salários em atraso.

É opinião geral dos trabalhadores envolvidos neste processo que a administração criou esta situação para dissuadir os operários. Esta ideia é, por outro lado, corroborada com o desfecho negociado com o Estado em 1993, como veremos mais à frente. No entanto, a verdade é que num contexto em que a empresa esteve sempre a funcionar sem falta de serviço, os operários foram submetidos a um humilhante processo de atraso salarial que terá provocado o seu desânimo, entre 1982 e 1986<sup>107</sup>. Convém ainda salientar que este processo só foi possível

---

<sup>105</sup>O Decreto-lei 201/83, de 19 de Maio, prevê que: “o regime de declaração de empresas em situação económica difícil, instituído para ocorrer a eventualidades de carácter excepcional, tem por especial objectivo a salvaguarda das condições mínimas de laboração dessas empresas, por se considerar de interesse nacional a sua existência e a respectiva manutenção de postos de trabalho.

Entretanto, empresas há que, pelo seu enquadramento e interesse nos planos regional e ou sectorial ou ainda pelo seu significado em termos de volume de emprego e pelo seu impacte nas regiões onde estejam inseridas, justificam uma particular consideração do seu posicionamento e bem assim dos correspondentes postos de trabalho cuja absorção pelo mercado de emprego revele significativas dificuldades.

Nesta conformidade e à luz destas preocupações, julga-se oportuno e justificado prever para as unidades empresariais de relevante interesse económico sectorial ou regional, comprovadamente degradadas e geradoras dos problemas ora enunciados, um regime cuja aplicação excepcional se destina a contemplar apenas situações especiais de suspensão do contrato de trabalho.” Ministério do Trabalho (1983). «Decreto-lei nº 201/83, de 19 de Maio». Em: *Diário da República*. Série I Nº 115 (19 de mai. de 1983), pp. 1853–1854.

<sup>106</sup>Varela, *loc. cit.*

<sup>107</sup>*Idem*, «Os operários da Lisnave - do conflito à negociação», p. 358; Lima, *op. cit.*, p. 543.

com a aliança do Estado<sup>108</sup>. Inclusive, em momentos decisivos na luta entre os trabalhadores e a empresa, como em 1983, o Estado usará mesmo a polícia para quebrar a vontade dos trabalhadores.

É importante referir que o processo de negociação para a integração de Portugal na União Europeia impunha a condição de o Estado assumir a regulação da sua força de trabalho – de acordo com um plano estabelecido nas negociações de adesão, em que uma parte dos fundos disponibilizados para os países aderentes tinham precisamente esse papel<sup>109</sup>. Sendo a Lisnave ainda uma empresa privada, a operação de disciplinar a força de trabalho – de forma a gerir a que ficaria activa, a que ficaria em desemprego estrutural ou conjuntural<sup>110</sup>. Assim, a Lisnave na década de 80 torna-se um laboratório privilegiado do que seriam as diversas empresas “herdadas” pelo Estado no período revolucionário e que, cedo ou tarde, seriam privatizadas – pelo menos de acordo com o programa dos partidos maioritários e com possibilidade de dirigirem o Estado. Nesse sentido, o processo de adesão à UE foi ao encontro dessa estratégia.

São os anos das reformas antecipadas, das rescisões voluntárias, dos despedimentos, das suspensões dos contratos, das subempregadas, da redução de regalias sociais, da flexibilização e da intervenção do próprio Estado<sup>111</sup>.

Será nesta empresa, e neste período, que irá ser aplicado um modelo de reestruturação que servirá de exemplo a outras na década de 90, como já foi referido e sustenta a historiadora Raquel Varela, no livro *A Segurança Social é sustentável*, “com uma substituição massiva de trabalhadores com relações de trabalho-padrão por trabalhadores precários, num modelo que inclui, por um lado, a externalização de serviços para pequenas empresas (muitas vezes um trabalhador que aparece como pequeno empresário), dependentes da Lisnave, e, por outro, a criação de um colchão social que evite conflitos, com o recurso às pré-reformas e

---

<sup>108</sup> *Idem*, «Transformações das relações de trabalho e acção operária nas indústrias navais (1974-1984)», p. 543.

<sup>109</sup> Varela, *loc. cit.*

<sup>110</sup> Com ou sem reforma ou pré-reforma.

<sup>111</sup> Lima, *op. cit.*, p. 453; Lima, Pires e Silva, «Transformações das relações laborais em três sectores: os casos das indústrias automóvel, siderúrgica e naval», p. 873.

*ao assistencialismo focado (criação de formas de rendimento básico ou mínimo), usando, em ambos os casos, as poupanças dos trabalhadores, através do fundo da Segurança Social e o Fundo Social Europeu.”*<sup>112</sup>

### III.2 Salários em atraso e conflitos sociais

Em 1982, com o pretexto da crise económica, a administração da Lisnave provoca uma das situações mais difíceis de ultrapassar pelos seus trabalhadores: salários em atraso, que se irão arrastar-se por vários anos<sup>113</sup>. Foi o início de um período caracterizado pela: *“diminuição dos salários reais, agravamento da crise económica e dos riscos de desemprego, salários e pensões em atraso, planos de viabilização das empresas navais, processos de reconversão industrial, mutações produtivas decorrentes da tentativa de implementação de novas tecnologias, aumento dos comportamentos defensivos, diminuição da mobilização nos conflitos de trabalho, enfraquecimento da acção reivindicativa, divisões sindicais.”*<sup>114</sup>

No dia 7 de Junho de 1983, os trabalhadores da Lisnave, como forma de protesto contra os salários em atraso, cortam a auto-estrada Lisboa – Setúbal (A2). No dia 14 e 15 de Junho do mesmo ano, paralisam os estaleiros também como forma de protesto. Já a 14 de Julho de 1983, a polícia intervém, permitindo a saída do navio grego “Doris”, que os trabalhadores pretendiam reter até à liquidação dos salários em atraso<sup>115</sup>.

---

<sup>112</sup>Raquel Varela (2013). «A «eugenização da força de trabalho» e o fim do pacto social. Notas para a história do trabalho, da Segurança Social e do Estado em Portugal». Em: *A segurança social é sustentável*. Ed. por Raquel Varela. Bertrand Editora, jun. de 2013, pp. 23–85.

<sup>113</sup>Figueira, *op. cit.*

<sup>114</sup>Lima, *op. cit.*, p. 542.

<sup>115</sup>Centro de Documentação e Informação da Universidade Popular do Porto (2002). *Cronologia Ano de 183*. URL: <http://cdi.upp.pt/cgi-bin/cronologia.py?ano=1983> (acedido em 29/03/2016); Esses acontecimentos são relatados pelo então operário da Lisnave, Fernando Figueira: *“No dia 13 de Julho de 1983, pelas cinco horas da madrugada, a polícia de choque invade o Estaleiro da Margueira, prende os trabalhadores do piquete e isola e ocupa o perímetro do Estaleiro por terra e mar, de Cacilhas à Cova da Piedade, com um grande aparato militar, com o pretexto de tirar alguns navios docados. Foi grande o protesto quer dos trabalhadores impedidos de chegar ao Estaleiro, quer das suas organizações a nível local e nacional e mesmo da própria população. Os trabalhadores, saturados e sem verem soluções que restabeleçam o pagamento*

É assim, como observa Marinus, que “na Lisnave, as estratégias de gestão social da mão-de-obra procuram responder às condições específicas da crise económica. Cerca de 2700 reformas antecipadas, tentativa de suspensão dos contratos de trabalho, proposta de mais de 2000 rescisões voluntárias de contrato de trabalho, despedimento colectivo de perto de 600 trabalhadores, recurso a subempregadas, redução de prémios e regalias sociais, ‘polivalência’, flexibilidade, política de spin-off (subdivisão em novas empresas), intervenção do governo e declaração da empresa em situação económica difícil”<sup>116</sup>, acrescentando que: “entre 1981 e 1984, as reivindicações e as greves diminuem na globalidade, acentuando-se simultaneamente o peso relativo das reivindicações defensivas (pagamento dos salários em atraso, defesa contra as políticas de redução dos postos de trabalho)”<sup>117</sup>.

### III.3 Sindicalismo e organizações políticas

O braço de ferro está iniciado. “Os trabalhadores vão responder com diferentes acções e vai-se desenrolar neste período uma acirrada disputa sindical dentro da Lisnave, que opõe a tendência dirigida pela UDP (maoísta), que propunha a acção directa e a permanência do modelo basista de discussão e acção entre os trabalhadores, uma tendência liderada pela CGTP, próxima do PCP, que defendia o controlo da discussão e da informação, para realizar negociações com a administração, e finalmente uma tendência da UGT (social-democrata) que progressivamente vai ganhando espaço, de acordo com Lima, porque os trabalhadores viam nesta tendência uma maior proximidade com o poder e por outro lado porque a militância real dos trabalhadores tende a diminuir neste período, acompanhando uma diminuição geral da mobilização dos trabalhadores no período

---

dos seus salários, recuam organizados, mas não conseguem evitar alguns meses depois o despedimento colectivo de mais de duzentos trabalhadores (dos quais mais de trinta tinham pertencido aos ORT's) num claro saneamento político. Também as centenas de rescisões de contratos, conseguidas com a ‘chantagem da fome’ e de um futuro pouco claro, juntam-se a uma já acentuada diminuição do pessoal efectivo do Estaleiro.” Figueira, *op. cit.*

<sup>116</sup>Lima, *loc. cit.*

<sup>117</sup>*Ibid.*, p. 542.



*pós-revolucionário.*”<sup>118</sup>

Os operários lutavam não só pelo pagamento dos salários em atraso mas também contra a redução dos postos de trabalho.

Pela primeira vez na Lisnave, em 1986, a UGT é eleita por maioria para a Comissão de Trabalhadores – pelos argumentos expressos anteriormente. A verdade é que a capacidade de resistência dos operários reduz-se significativamente e abre-se cada vez mais espaço para que a administração avance com as suas propostas de reestruturação.

---

<sup>118</sup>Varela, «Os operários da Lisnave - do conflito à negociação», p. 359.

# Capítulo IV

## O pacto social

### IV.1 O fim de um ciclo

Apesar das mudanças significativas operadas na sociedade portuguesa com a Revolução de Abril, desde 1976 que as acções políticas concretizadas no sentido de diminuir as desigualdades sociais eram cada vez mais atenuadas. Ao mesmo tempo, as leis do mercado começam a ter maior impacto na economia e, em meados da década de 80, iniciam-se novas privatizações.

Devido, em parte, às opções políticas do governo AD (Aliança Democrática) – no poder entre 1980 e 1982, a inflação e o desemprego sobem nos dois anos seguintes<sup>119</sup>. O PIB, os investimentos e o consumo baixam - assim como os salários reais. Aumentam as dívidas à Segurança Social e às Finanças. Por outro lado, os salários em atraso já não surpreendem<sup>120</sup>.

Até 1985 Portugal recorreu duas vezes ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A primeira em 1977, a segunda em 1983.

No entanto, já em 1985 a situação económica portuguesa começa a melho-

---

<sup>119</sup>Ver capítulo 5, Silva Lopes, *op. cit.*, p. 185.

<sup>120</sup>*Ibid.*

rar. Aí, a economia passa a ser orientada para a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986, e ao acesso às transferências financeiras daí decorrentes. Em consequência, os rendimentos aumentam, em média, 4,7% entre os anos de 1986 e 1992<sup>121</sup>. O desemprego cai de 8,7% em 1985 para 4,1% em 1991<sup>122</sup>. É neste período, como já foi referido, que se iniciam a privatização de parte do sector empresarial do estado<sup>123</sup>. A partir de 1986 começa ainda um processo de grandes reformas na economia e nas instituições portuguesas, com o objectivo de promover a iniciativa privada e dinamizar a economia de mercado, através de uma maior flexibilidade, liberalização e desregulamentação laboral. Os grandes grupos privados, como os Mello, voltam a intervir na economia.

De 1986 a 1990 o ciclo económico torna-se assim mais favorável. No entanto, em 1990 inicia-se uma nova inversão económica que origina um novo aumento da taxa de desemprego, diminuição dos salários e da produção e um novo aumento do défice do sector público. Estamos perante um novo ciclo depressivo que se estende até 1994<sup>124</sup>.

É neste contexto que, de forma a diminuir as tensões sociais, ainda em 1984, é criado o Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), com representação do governo, das confederações patronais e sindicais. A UGT aderiu logo desde o início, a CGTP resiste mas acaba por se integrar em 1987. Este acordo valida um conjunto de opções políticas, com o objectivo de regular por um lado o lucro, por outro o custo da força de trabalho. Mais especificamente, o que se pretende é que o lucro seja regulado o menos possível, enquanto o custo da mão-de-obra o inverso: o mais possível. Inevitavelmente, na gestão do custo da força de trabalho, todo o processo de conflitualidade laboral na Lisnave torna-se central.

A importância da Lisnave, pelo seu peso na estrutura produtiva e pelo seu historial de organização e luta operária, será central no processo de construção e consolidação do pacto social em Portugal. O sociólogo Hermes Augusto Costa

---

<sup>121</sup> *Ibid.*, p. 209.

<sup>122</sup> *Ibid.*, p. 35.

<sup>123</sup> *Ibid.*, p. 35.

<sup>124</sup> *Ibid.*, p. 37.

refere ainda o papel da UGT, como estrutura sindical maioritária na Lisnave<sup>125</sup> – em particular com a vitória da Comissão de Trabalhadores, em 1986<sup>126</sup>. Este acontecimento está também relacionado com a derrota da luta dos trabalhadores, como salienta a historiadora Raquel Varela<sup>127</sup>, e que irá abrir a possibilidade de a UGT avançar com a política de pacto social na Lisnave.

Desenvolveu-se um conflito na empresa que durará anos, sendo o período mais crítico entre 1982 e 1986, e finalmente, a reestruturação entre 1992 e 1996. Trata-se de um conflito de características defensivas que visava, em primeiro lugar, a conservação dos postos de trabalho. Lima afirma: *“na Lisnave, as estratégias de gestão social da mão-de-obra procuram responder às condições específicas da crise económica: cerca de 2700 reformas antecipadas, tentativa de suspensão dos contratos de trabalho, propostas de mais de 2000 rescisões voluntárias de contrato de trabalho, despedimento coletivo de perto de 600 trabalhadores (...)”*.<sup>128</sup> O golpe mais duro sobre estes operários vai ser a política de salários em atraso que a administração inicia para desmoralizar os trabalhadores. Fernando Figueira, operário da Lisnave nesta altura, conta-nos em entrevista *“que havia casos de famílias que mandaram as crianças para casa dos avós por já não terem como sustentar a educação e mesmo a sobrevivência dos filhos.”*<sup>129</sup>

Os trabalhadores vão responder com diferentes acções e vai-se desenrolar neste período uma acirrada disputa sindical dentro da Lisnave que opõe a tendência dirigida pela UDP (maoísta), que propunha a acção direta e a permanência do modelo basista de discussão e acção entre os trabalhadores; uma tendência liderada pela CGTP, próxima do PCP, que defendia o controlo da discussão e da infor-

---

<sup>125</sup>Hermes Augusto Costa (1994). «A construção do pacto social em Portugal». Em: *Revista Crítica de Ciências Sociais* 39, pp. 119–146, p. 133.

<sup>126</sup>Marinús Pires de Lima et al. (1990). «Desenvolvimento das relações sociais de trabalho nas indústrias navais – um estudo sociológico de casos». Em: *Atas do I Congresso Português de Sociologia, A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*. Vol. II, pp. 75 –96.

<sup>127</sup>“De acordo com o sociólogo Hermes Augusto Costa, a derrota dos operários da Lisnave, que se saldou no acordo de empresa, foi fundamental, do ponto de vista político, para instituir o Pacto Social em Portugal e levar a CGTP, depois da derrota da Lisnave, a aderir ao CPCs.” Varela, *op. cit.*, p. 360.

<sup>128</sup>Lima, *op. cit.*

<sup>129</sup>Entrevista realizada a Fernando Figueira, trabalhador da Lisnave Margueira, Janeiro de 2009. In: Varela, *op. cit.*, p. 349.

mação, para realizar negociações com a administração. E, finalmente, uma tendência da UGT (social-democrata), que progressivamente vai ganhando espaço, de acordo com Marinús Pires de Lima, porque os trabalhadores viam nesta tendência uma maior proximidade com o poder e, por outro lado, porque a militância real dos trabalhadores tende a diminuir neste período, acompanhando uma diminuição geral da mobilização dos trabalhadores no período pós-revolucionário<sup>130</sup>.

Inicialmente, a ideia de solucionar a conflitualidade da Lisnave na mesa de negociações parecia incompatível com a conflitualidade registada - particularmente por esta empresa ser uma referência para o movimento sindical, nomeadamente para a sua base. Como refere Hermes Augusto Costa, *“tornou-se mais ou menos consensual que o pacto social envolve um acordo regular (ou periódico), realizado à escala nacional, entre as associações de interesses do trabalho e do capital sob a égide do Estado, e no qual se pretende sempre assegurar uma relativa paz social. A obtenção desta paz social dependeria em boa medida da convergência possível de interesses em vários domínios, como o da legislação laboral, da política de emprego, ou sobretudo, como tem sido mais usual, da política de rendimentos e preços.”*<sup>131</sup>

Em meados da década de 80, a combatividade expressa, simbolicamente, na imagem dos operários vestidos de fato-macaco e capacete rumo à Praça de Londres, parecia incompatível com a ideia do pacto social. Neste período, esta referência está ainda demasiado presente para ser ignorada. Sobretudo num momento em que, como condição de adesão de Portugal à CEE, existia uma enorme pressão sobre o governo para reestruturar todo o tecido industrial do país. No caso da indústria da construção naval, assim como de muitos outros sectores, exigia-se uma intervenção pública que não implicasse aumento no volume de produção.

Em 1986 a comissão de trabalhadores, dirigida pela UGT, assina o primeiro contrato social, que “previa uma cláusula de paz social” e a aceitação por parte dos trabalhadores de alguns compromissos, nomeadamente a garantia de que não se realizavam mais greves e se renunciava às férias.

---

<sup>130</sup>Lima, *op. cit.*, p. 543.

<sup>131</sup>Costa, *op. cit.*

As acções de luta, nomeadamente as greves, deixam de existir, o que por si é revelador – dados os conflitos ao longo dos anos, de 1974 a 1986, entre a administração e os trabalhadores.

Entre 1981 e 1985 a comissão de trabalhadores era maioritariamente ligada à CGTP. Depois de 1986 a lista maioritária será a da UGT, até 1994. Aí será novamente a CGTP (pela primeira vez com membros do PCP, UDP e outros) a voltar a ganhar a comissão de trabalhadores.

No entanto, é importante salientar que este contexto não é hegemónico. Apesar dos acordos, existem focos de resistência que intervêm através de manifestações, acções de rua e sensibilização. São distribuídos panfletos e comunicados apelando à nacionalização da Setenave<sup>132</sup>. Criam-se, por vezes, antagonismos e até situações de conflito entre posições de maior desmoralização e acções de revolta e desespero por parte dos trabalhadores.

Na década de 90, a reestruturação do sector naval ganha um novo impulso devido a um conjunto de acções propostas pelo Grupo Mello e que ficariam conhecidas pelo “Plano de Reestruturação da Indústria Naval para a península de Setúbal”<sup>133</sup>. Em 1992<sup>134</sup>, observa-se uma acentuada queda na produção da Lisnave. A empresa contava com 3.623 trabalhadores que passam a 3.472 em 1993 (ver figura IV.1, página 67). No ano seguinte (1994) a Lisnave contará com apenas 2.129 trabalhadores, ou seja, menos 1.343 que no ano anterior. Antes disto, a Lisnave só viveu duas vezes perdas superiores a mil efectivos por desemprego. Em 1985 perdeu 2.030 trabalhadores em relação a 1984, e em 1979. Este processo de reestruturação é também marcado por outras variáveis que teremos oportunidade de discutir mais adiante. E esta reestruturação só foi possível ao Grupo Mello e aos credores da Lisnave graças à transferência para o Estado do custo desse processo.

---

<sup>132</sup>Lima, *loc. cit.*

<sup>133</sup>Em 1993 o Grupo Mello apresenta um plano complexo, e de grande envergadura, que ficou conhecido como “Plano de Reestruturação da Indústria Naval”. Este plano envolveu a Lisnave, a Setenave (que se passará a chamar Solisnor), quatro ministérios, centrais sindicais, os trabalhadores do estaleiro e empresas associadas, um conjunto de bancos credores, a União Europeia, entre outros. Figueira, *op. cit.*

<sup>134</sup>Lima, Pires e Silva, *op. cit.*, p. 872.

Uma vez que o Grupo Mello solicitou um plano de reestruturação, o governo aproveitou a ratificação do orçamento, para incluir a reestruturação da Lisnave. O artigo 11º da Lei nº 71/93, de 26 de Novembro<sup>135</sup> (reestruturação da Lisnave) é dedicado a esta empresa. O número 1 deste artigo autoriza o governo, através do Ministério da Economia, a pagar a indemnização prevista no já citado Decreto-lei nº 44708<sup>136</sup>. No caso, o Estado compromete-se a ficar com os terrenos por até 43 milhões de contos, a preços de 1993 (ou seja, cerca de 215 milhões de euros, actuais<sup>137</sup>). É importante referir que o número 3 do artigo previa incluir como forma de pagamento da indemnização a assunção de passivos da empresa, o que podia abranger a dívida à banca, ou a transmissão de activos na posse do Estado. O número 4 supunha que o Ministério das Finanças ficaria incumbido de alienar o património da Lisnave a favor do Estado pelo valor da indemnização e, se necessário, com a garantia de o Estado assumir as menos-valias resultantes da sua posterior transacção. O número 5 autoriza o governo, através do Ministério das Finanças, a viabilizar o plano social de racionalização de efectivos, previsto para a LISNAVE, SOLISNOR e SETENAVE no valor de 12 milhões de contos -

---

<sup>135</sup>Aprova o orçamento suplementar ao orçamento do estado para 1993. Assembleia da República (1993). «Lei nº 71/93, de 26 de Novembro». Em: *Diário da República*. 1º Suplemento, Série I-A Nº 277 (26 de nov. de 1993), 6664(2)–6664(71).

<sup>136</sup>Decreto-lei nº 44708, de 20 de Novembro de 1962, que autoriza o Governo, através do Ministério da Economia, a conceder à sociedade Lisnave – Estaleiros Navais de Lisboa, S. A. R. L., licença para construir e explorar um estaleiro naval de construção e reparação de embarcações nacionais e estrangeiras na área do Porto de Lisboa, e estabelece uma zona de construção e de expansão do referido estaleiro, demarcada em planta anexa. O art. 7º previa que “*se esta reversão tiver lugar depois de decorridos dez anos de exploração do estaleiro, o Estado, através do Ministério das Comunicações, indemnizará a Lisnave por todas as obras portuárias fixas, edifícios e equipamentos, uns e outros indispensáveis ao funcionamento das docas existentes nos locais revertidos. A indemnização será estabelecida pelo justo valor dessas obras, edifícios e equipamentos à data da reversão, consideradas as amortizações técnicas normais. § único. A avaliação desses bens será efectuada por uma comissão composta por três peritos, sendo um nomeado pelo Ministro das Comunicações, outro pela Lisnave e o terceiro por acordo entre os dois e, na falta de acordo, pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça.*”. De acordo com o nº 1 da referida lei 71/93, “*no âmbito do plano de reestruturação e reconversão da LISNAVE - Estaleiros Navais de Lisboa, S. A., fica o Governo autorizado, através do Ministro das Finanças, que terá a faculdade de delegar, a pagar à empresa a indemnização prevista no Decreto-Lei nº 44 708, de 20 de Novembro de 1962, nos termos dos números seguintes.*”

<sup>137</sup>“*A indemnização referida no número anterior, decorrente da reversão para o Estado dos locais vendidos à LISNAVE, ao abrigo daquele diploma, poderá ser estabelecida até ao valor da avaliação efectuada pelo Banco Nacional Ultramarino, não podendo, no entanto, exceder o valor de 43 milhões de contos.*”

de acordo com a directiva nº 90/684/CEE, de 21 de Dezembro<sup>138</sup>.

Todo este plano dependia, por um lado, da capacidade do Estado convencer a Lisnave a pagar as suas dívidas à banca com a indemnização, e por outro, de os bancos credores se comprometerem a pagar pelos terrenos da Lisnave o montante pago pelo Estado em indemnização. Era precisamente o que previa o número 6 do artigo, para além do facto de esta transacção ser efectuada pela compra - por parte da banca, de um fundo de gestão de património imobiliário constituído para gerir os terrenos. O Estado ficaria com a garantia de suportar as menos-valias deste fundo, como se verifica no número 7 do artigo. O número 8 (juntamente com o 7) contornava os artigos 6º e 7º do Decreto-lei nº 316/93<sup>139</sup>, que procurava impor limites às perdas do Estado nestas operações - tanto no montante mínimo das perdas, como no montante máximo da responsabilidade do Estado. Não há limites. Estes valores são determinados pela obrigatoriedade de pareceres técnicos e financeiros, segundo o nº 2 do artigo 2 do Decreto-lei nº 316/93, e o número 1 do artigo 28º do Decreto-lei 229-C/88, de 4 de Julho<sup>140</sup>. De resto, todo este procedimento está de acordo com a directiva nº 90/684/CEE (relativa aos auxílios à construção naval) que, no nº 1 do artigo 6ª do capítulo III (auxílios à reestruturação), deixa claro que esta só será possível se daí não resultar um aumento da capacidade produtiva da indústria naval<sup>141</sup>. Esta operação resultará em avultadas perdas para o

---

<sup>138</sup>Conselho das Comunidades Europeias (1990). «Directiva nº 90/684/CEE, 21 de Dezembro». Em: *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* Nº L 380 (21 de dez. de 1990), pp. 27–36.

<sup>139</sup>Estabelece o regime dos fundos de gestão do património imobiliário – FUNGEPI, definindo a sua constituição e funcionamento. Os FUNGEPI são fundos abertos de investimento imobiliário, cujo património se destina a ser aplicado na aquisição de bens imóveis de empresas que pretendam concretizar projectos de investimento de reestruturação, racionalização ou conversão tecnológica ou financeira, ou de internacionalização. Ministério das Finanças (1993). «Decreto-lei nº 316/93, de 21 de Setembro». Em: *Diário da República*. Série I-A Nº 222 (21 de set. de 1993), pp. 5160–5162.

<sup>140</sup>Define o regime dos fundos de investimento, mobiliário ou imobiliário, abertos ou fechados. Ministério das Finanças (1988). «Decreto-lei nº 229-C/88, de 4 de Julho». Em: *Diário da República*. 1º Suplemento, Série I Nº 152 (4 de jul. de 1988), 2732(4)–2732(9).

<sup>141</sup>Os auxílios ao investimento, quer sejam específicos quer não, não podem ser concedidos para a criação de novos estaleiros navais nem para investimentos em estaleiros existentes, a menos que se encontrem relacionados com um plano de reestruturação que não implique nenhum aumento da capacidade de construção naval desse estaleiro ou, em caso de expansão, que se encontrem directamente relacionados com uma redução irreversível correspondente da capacidade de outros estaleiros do mesmo Estado-membro durante o mesmo período. Conselho das Comunidades Europeias, *op. cit.*, p. 30.



Estado, através da transferência quase integral do valor da indemnização aos credores e sem a possibilidade de reaver quase nada - além de umas propriedades imobiliárias que já se sabia não valerem mais que uma pequena fracção do valor assumido pelo governo na constituição do fundo imobiliário.

A transferência dos terrenos é feita através da criação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Margueira de Capital<sup>142</sup>. De acordo com o Relatório e Contas de 2014<sup>143</sup>, em 2008, todas as unidades que estivessem na posse da banca credora seriam resgatadas pelo Estado, pelo valor da constituição do fundo. No entanto, ainda de acordo com o relatório citado, cada unidade estaria avaliada em 0,0289 euros. Lembramos que o valor do reembolso das mesmas seria de cerca de 4,99 euros. O prejuízo para o erário público devido à transferência de dinheiros públicos para privados é gritante. Dos 215 milhões de euros que o governo pagou para saldar as dívidas do Grupo Mello (em indemnização), ficará com 6 milhões, que seriam o valor real dos terrenos. Ou seja, 79 hectares de terreno da Margueira<sup>144</sup>, mais os custos de os tornar urbanizáveis.

Como parte do projecto de concentração da reparação naval nos estaleiros da Mitrena, e de dispensa da mão-de-obra excedentária, o Ministério das Finanças aprovará a Portaria nº 173/94<sup>145</sup>. De acordo com esta portaria, estando a Lisnave ao abrigo do Decreto-lei nº 251/86, de 25 de Agosto<sup>146</sup> devia beneficiar-se do

---

<sup>142</sup>É constituído pela Portaria nº 264/95, de 11 de Agosto, pelo Ministério das finanças. O fundo é subscrito pelo Estado em 45 milhões de unidades 1 conto cada, ou seja, cerca de 4,99 euros cada unidade. Destes, 43 milhões foram entregues aos bancos credores.

<sup>143</sup>*Relatório e Contas de 2014* (2014). Relatório anual. Fundo Investimento Imobiliário Fechado Margueira Capital.

<sup>144</sup>7,6 euros o metro quadrado.

<sup>145</sup>Estabelece medidas de apoio ao plano social de racionalização de efectivos nas empresas Lisnave, Solisnor e Setenave, em fase de reestruturação e reconversão, nomeadamente as previstas no número 1 do artº 12º do Decreto-lei nº 261/91, de 25 de Julho (que aprova o regime jurídico das situações de pré-reforma) e na Portaria nº 1324/93, de 31 de Dezembro, que estabelece medidas especiais de prevenção e combate ao desemprego. Esta portaria vigora até 31 de Dezembro de 1996, ou até à conclusão do Plano de Reestruturação e Reconversão, se esta ocorrer primeiro. Ministérios das Finanças, da Indústria e Energia e do Emprego e da Segurança Social (1994). «Portaria nº 173/94, de 28 de Março». Em: *Diário da República*. Série I-B Nº 73 (28 de mar. de 1994), pp. 1516–1517.

<sup>146</sup>Que cria o Regime de Apoio à Reestruturação de Sectores Industriais Ministério da Indústria e Comércio (1986). «Decreto-lei nº 251/86, de 25 de Agosto». Em: *Diário da República*. Série I Nº 194 (25 de ago. de 1986), pp. 2166–2169.

nº 1 do artigo 12º do Decreto-lei nº 261/91, de 25 de Julho, que aprova o regime jurídico das situações de pré-reforma<sup>147</sup>. Ou seja, uma vez que o acordo de pré-reforma se enquadre em medidas de recuperação, a Lisnave (bem como a Solisnor e a Setenave) podia requerer: a equivalência à entrada de contribuições para os trabalhadores na pré-reforma por 1 ano, a comparticipação no pagamento das prestações de pré-reforma até metade desse valor por 6 meses, prorrogável por um ano e, no caso de o trabalhador ter completado 60 anos, requerer a reforma nas condições legais. Finalmente, o número 3 da Portaria nº 173/94 previa que *“os trabalhadores abrangidos pelo referido plano social de racionalização de efectivos serão beneficiários, com prioridade, das medidas especiais de prevenção e combate ao desemprego previstas na Portaria nº 1324/93*<sup>148</sup>.” Esta portaria refere-se com uma variedade de programas de formação e ajudas que, na sua essência, procuram relocalizar o trabalhador no mercado, tendo como efeito externalizar os custos das horas “mortas” dos trabalhadores da Lisnave. Este custo torna-se assim suportado pelo conjunto dos trabalhadores, através da Segurança Social.

Em 1996, o Grupo Mello reclama um reajustamento no programa de reestruturação. A 3 de Outubro de 1996 o governo negoceia um projecto de acordo que permitisse a prossecução do plano de reestruturação da Lisnave em condições de estabilidade e de efectiva superação dos atrasos e dificuldades verificados na

---

<sup>147</sup>Ministério do Emprego e da Segurança Social (1991). «Decreto-lei nº 261/91, de 25 de Julho». Em: *Diário da República*. Série I-A Nº 169 (25 de jul. de 1991), pp. 3712–3715.

<sup>148</sup>Estabelece medidas especiais de prevenção e combate ao desemprego – designadamente apoios à formação profissional, programas de emprego/formação, apoios à criação de emprego ou de empresa, fomento da ocupação de desempregados e medidas de base. As referidas medidas têm como objectivo facilitar a inserção, ou reinserção, no mercado de emprego dos desempregados actuais ou previsíveis, oriundos de sectores de actividades em reestruturação, ou de actividades ou zonas geográficas afectadas pelo impacto económico e social das reestruturações ou de empresas em situação económica difícil, ou de trabalhadores em situação de emprego precário. Determina o apoio técnico, nos termos da Portaria nº 469/93, de 4 de Maio (cooperação entre universidades, centros de investigação, empresas e associações no apoio técnico às pequenas empresas), com vista a permitir o acesso às medidas de emprego e formação. Incumbe ao Instituto do Emprego e Formação Profissional a execução do disposto neste diploma, bem como o acompanhamento e avaliação, em conjunto com a Direcção Geral do Emprego e Formação Profissional. Este diploma produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 1993 e até 31 de Dezembro de 1994, à excepção do disposto no número 16 do capítulo IV, que produz efeitos entre 1 de Janeiro de 1994 e 31 de Dezembro de 1994. Ministério do Emprego e da Segurança Social (1993). «Portaria 1324/93, de 31 de Dezembro». Em: *Diário da República*. Série I-B Nº 304 (31 de dez. de 1993), pp. 7251–7255.

execução do referido plano aprovado em 1993. A empresa e as instituições credoras teriam que desocupar o terreno e edifícios e retirar os bens móveis instalados na Margueira no prazo de dois anos. Por outro lado, haveria a aplicação de um plano social de racionalização de efectivos, recorrendo a apoio estatal.

Este reajuste é no sentido de sanear financeiramente a empresa e o Grupo Mello, recorrendo a benefícios do Estado, através de dinheiros públicos, como por exemplo o negócio dos terrenos. Por outro lado, procurava-se externalizar os custos da força de trabalho sedentária, flexibilizando a mão-de-obra activa e consequentemente reduzindo os encargos associados. Assim, o Estado cria uma empresa de gestão da força de trabalho (Gestnave) que passa a aglutinar toda a força de trabalho que não interesse à Lisnave incluir nos seus quadros: trabalhadores desqualificados e mais velhos, em período de pré-reforma. Num paralelismo com o processo recente de reestruturação da banca, o Estado criaria uma espécie de “Lisnave má”: uma empresa de gestão de força de trabalho em que, entre os seus quadros trabalhadores, ficavam os que fossem menos necessários à Lisnave. No entanto, a Lisnave comprometia-se a ir buscar trabalhadores a esta empresa sempre que precisasse. O custo de pôr esta mão-de-obra de lado é todo do Estado. Por outro lado, o Estado cria uma outra empresa subsidiada.

A 4 de Novembro de 1996 o governo dá luz verde para que os ministros das finanças, António Sousa Franco, e da economia, Augusto Mateus, negociem com o Grupo Mello um acordo que permita a prossecução do Plano de Reestruturação da Lisnave, através de uma Resolução do Conselho de Ministros<sup>149</sup>. Constatam-se dificuldades na gestão dos aspectos sociais do Plano de Reestruturação e de Investimento e Financiamento da empresa. O Grupo Mello terá apresentado uma proposta de ajustamento que, basicamente, saneava financeiramente as estruturas produtivas. Paralelamente, introduzia a flexibilização da mão-de-obra para a compatibilizar “*com as flutuações conjunturais da procura e da gestão dos pro-*

---

<sup>149</sup>Resolve mandar o Ministro das Finanças para estudar e implementar as condições de apoio à reforma do empréstimo obrigacionista que a Lisnave terá de efectuar, e mandar os Ministros das Finanças e da Economia para negociar com o Grupo Mello um projecto de acordo global, que permita a prossecução do Plano de Reestruturação da Lisnave. Presidência do Conselho de Ministros (1996). «Resolução do Conselho de Ministros 181/96, de 4 de Novembro». Em: *Diário da República*. Série I-B Nº 255 (4 de nov. de 1996), p. 3900.

*blemas sociais envolvidos.*”<sup>150</sup> Por outras palavras, a Lisnave seria uma empresa resolvida à custa das finanças públicas, tanto dos compromissos financeiros que a asfixiavam até aí, como de uma boa parte do custo do trabalho, oriundo das flutuações conjunturais, e que seria externalizado também para o Estado. O Plano de Reestruturação tinha previsto gastar 55 milhões de contos na Lisnave: 43 milhões dos terrenos para remunerar os credores, e 12 milhões essencialmente para apoios sociais. Seria de novo a inclusão formal da flexibilização da força de trabalho.

O artigo 11º da Lei nº 71/93, explicita que o Plano de Reestruturação só se efectiva caso os *“bancos credores da empresa se comprometam a adquirir, pelo valor da indemnização a pagar, o património que reverte para o Estado, através de uma sociedade ou fundo de investimento a constituir em conjunto com aquele e, eventualmente, com outras entidades”*. Esta condição está permanentemente a ser colocada em causa devido ao baixo valor dos terrenos e dos custos de um projecto de urbanização que não está orçamentado. Para ultrapassar esta situação, o Governo aceita negociar a referida proposta e submeter o acordo, que viesse a ser celebrado, à Comissão Europeia como o ajustamento necessário ao Plano em Curso. No dia 11 de Janeiro de 1997, o Governo prorroga o cumprimento das obrigações da Lisnave (entre o Estado, a empresa e as instituições credoras) de aplicar o plano social de racionalização de efectivos<sup>151</sup>.

O plano traçado tem duas vertentes<sup>152</sup>: social e industrial. A primeira passou por mudar o nome da Lisnave para Gestnave, ficando esta como uma empresa de recursos humanos. A ideia era ser uma empresa de gestão da força de traba-

---

<sup>150</sup> *Ibid.*

<sup>151</sup> Resolução do Conselho de Ministros nº 4/97, de 11 de Janeiro. Aprova as medidas necessárias à conclusão das negociações relativas à revisão do plano de reestruturação da Lisnave. Prorroga o cumprimento das obrigações da Lisnave, decorrentes da cláusula 10ª, do contrato assinado a 31 de Dezembro de 1993, entre o Estado, a empresa e as instituições credoras e a aplicação do plano social de racionalização de efectivos que decorre do artigo 11º da Lei nº 71/93 de 26 de Novembro. Mandata os Ministros das Finanças e da Economia para nomearem, por despacho conjunto, a equipa negocial que deverá concluir as negociações com o Grupo Mello, como maior accionista da Lisnave.

<sup>152</sup> Estabelece as medidas necessárias para desencadear o processo conducente à celebração de um protocolo entre o Estado e o Grupo Mello para a reestruturação da Lisnave, no seguimento da Resolução 4/97, de 11 de Janeiro. Presidência do Conselho de Ministros (1997). «Resolução do Conselho de Ministros 4/97, de 11 de Janeiro». Em: *Diário da República*. Série I-B Nº 9 (11 de jan. de 1997), p. 3900.

lho excedentária, de acordo com o estipulado. Esta solução permitiria criar um mercado de trabalho de modo a servir a Lisnave, através da Gestnave, e de forma a financiar a parcela excedentária protegida por direitos. Mas esta flexibilização permitia a convivência de dois tipos de trabalhadores: com direitos e sem direitos.

A vertente industrial, por outro lado, que passaria a chamar-se Lisnave, deterá o direito de exploração do estaleiro da Mitrena e integrará nos seus quadros um mínimo de 1500 trabalhadores. Também estava previsto que a Lisnave celebrasse, com a Gestnave, um contrato de prestação de um mínimo de um milhão e quatrocentas mil horas de trabalho por ano. Ainda em 1998, o então Ministro da Economia, Pina Moura, referia: *“pode dar-se como exemplo o caso Lisnave-Gestnave em que muitos consideravam a criação da Gestnave como a de um armazém de quadros e trabalhadores à espera da pré-reforma e hoje esses mesmos trabalhadores não são suficientes para as tarefas que desenvolviam e para novas áreas de actividade onde a sua experiência e qualificação se tornaram uma clara vantagem competitiva.”*<sup>153</sup> No entanto, menos de 4 anos depois, o governo acciona o processo de encerramento da Gestnave, suportado por um fundo de pensões criado para financiar os custos das pré-reformas não cobertas pela Segurança Social e que já tinha insuficiências de 140 milhões de euros, além de 180 milhões de capitais próprios negativos<sup>154</sup>.

O Estado e o Grupo Mello vão assinar um protocolo, no dia 1 de Abril de 1997, para a segunda fase de reestruturação da Lisnave, de onde resulta a Portaria nº 706/97, de 12 de Novembro<sup>155</sup>, que reconhece aos trabalhadores da empresa Gestnave o direito à pensão de reforma antecipada. Os encargos decorrentes do

---

<sup>153</sup>Pina Moura (1998). «Intervenção do Ministro da Economia». Em: *Colóquio o Plano Nacional de Emprego*. Conselho Económico e Social.

<sup>154</sup>«Governo dissolve Gestnave» (2003). Em: *Público* (4 de mar. de 2003).

<sup>155</sup>Reconhece aos trabalhadores da empresa Gestnave, Prestação de Serviços Industriais, S.A. (nova designação social da empresa Lisnave - Estaleiros Navais de Lisboa, S.A) o direito à pensão de velhice antecipada, nos termos estabelecidos na alínea c) do número 1 do artº 12º do Decreto Lei 261/91, de 25 de Julho - desde que reúnam qualquer dos requisitos subjectivos enunciados neste diploma. Esta portaria vigora até 31 de Dezembro de 2007, ou até à conclusão do plano de reestruturação, se esta ocorrer primeiro. Ministério das Finanças, Ministério da Economia, Ministério para a Qualificação e o Emprego e Ministério da Solidariedade e Segurança Social (1997). «Portaria nº 706/97, de 12 de Novembro». Em: *Diário da República*. Série II Nº 211 (12 de nov. de 1997), p. 11307.

financiamento da presente medida são suportados pelo orçamento da Segurança Social. No âmbito do processo de reestruturação da Lisnave, cujo início remonta a 1993, a intervenção do Estado tem sido diversa, designadamente ao nível da Segurança Social – no sentido de atenuar os efeitos sociais negativos decorrentes da execução do referido processo que, atendendo ao universo de pessoas envolvidas, adquire uma dimensão de relevo.

As principais consequências deste plano: a Gestnave assume a gestão e os custos dos trabalhadores não escolhidos pela nova Lisnave, ficando estes a cargo do Estado – que nomeia uma administração com gestores públicos; é criada uma nova Lisnave, para aproveitar o nome comercial, com as contas limpas e que assume a produção, com um número mais reduzido de efectivos; é desactivado o estaleiro da Margueira (Cacilhas) e abandonada a exploração na Rocha (Lisboa), com a devolução deste estaleiro à APL, concentrando a actividade na antiga Setenave (Mitrena), que passa a ser o novo estaleiro Lisnave. São construídas três novas docas no estaleiro da Mitrena com dinheiros públicos; o Estado assume todas as dívidas e o espaço e toda a área geográfica da Margueira é oferecida aos bancos credores como compensação das dívidas. É garantido por um período de 10 anos (até 2007) a passagem à pré-reforma dos trabalhadores que atinjam os 55 anos, e o seu posterior acesso à reforma; a nova Lisnave devia manter um total de 1339 trabalhadores e promover o rejuvenescimento do efectivo do estaleiro. Para garantir os compromissos e o funcionamento da Gestnave é nomeada pelo governo uma administração que cria e mantém uma organização e estrutura paralelas à Lisnave, funcionando dentro dos estaleiros. A Gestnave funciona como empreiteiro preferencial, num compromisso “*Take or pay*” em que se compromete a fornecer à nova Lisnave 1.400.000 horas de trabalho/ano a troco de um valor horário reduzidíssimo e em que a mais-valia da Lisnave é de 1 para 5 (paga 1 à Gestnave e recebe pelo trabalho executado 5, dos armadores dos navios).

Da apresentação deste plano (1993) até ao início da sua aplicação (Janeiro de 1997), passando pelo seu encerramento (Dezembro de 2007), assiste-se a um longo e complexo conjunto de discussões, envolvências e pressões económicas, políticas e sociais: o Grupo Mello alegava que a situação e organização da

empresa agravava a enorme dívida. De acordo com este grupo económico seria insustentável manter o volume de postos de trabalho com a legislação laboral da época, e muito menos aumentar o número de efectivos com os mesmos direitos que possuíam os antigos trabalhadores.

O Governo, que assumiu as dívidas e os trabalhadores considerados excedentários pelo Grupo Mello, foi obrigado a criar um fundo de pensões, de forma a garantir as verbas necessárias para pagar os salários da Gestnave, as pré-reformas dos trabalhadores que iam saindo e outros compromissos. Assume ainda encerrar a Gestnave em 2008, depois de recusar e/ou de não conseguir negociar várias propostas (feitas pelos trabalhadores) de integração na Lisnave, provocando rescisões e despedindo os 200 trabalhadores que não atingiram os 55 anos até Dezembro de 2007, quando terminou o chamado Plano de Reestruturação.

Joaquim Aguiar<sup>156</sup>, refere que *“a reestruturação acarretou um problema social. Os trabalhadores tinham uma curva de desaparecimento que terminava em 2012, sendo necessário um plano social que permitisse que isso acontecesse mais cedo, sem constituir um encargo insuportável”*, acrescentando que *“também nisso Bruxelas foi importante. Porque compreendeu, apoiou e concordou. E isso permitiu ter um plano social particularmente generoso, mas basicamente para que trabalhadores que iam entrar na idade da reforma pudessem sair mais cedo”*. Segundo Joaquim Aguiar, *“a reestruturação foi feita por uma dupla via: reestruturação financeira e reestruturação laboral”*.

Bruxelas apoia através da transferência de fundos comunitários destinados ao plano de reestruturação da Lisnave. Cria-se, assim, um fundo que garantiu as pensões durante 10 anos, ou seja, intervenção do Estado e da CEE na estabilização dos conflitos sociais e gestão dos recursos humanos.

---

<sup>156</sup>Varela e Fontes, *op. cit.*

## **IV.2 O processo de reestruturação laboral: do direito ao trabalho à precarização**

Assim, a partir de 1992, como foi referido, avança um plano de reestruturação da indústria de construção e reparação naval que, simultaneamente, remunera os capitais privados aí investidos, através de dinheiros públicos, e assegura aos trabalhadores que se mantinham na empresa amplos direitos. Finalmente, os trabalhadores que saem, terão direito a indemnizações e/ou salários até 10 anos. Isto será garantido a mais de 5000 trabalhadores que podem ser estimados a partir dos Censos de 1981 a 2011 e dos Balanços Sociais da Lisnave. No final deste processo, em 29 de Fevereiro de 2008<sup>157</sup>, restaram 209 trabalhadores da Gestnave que não alcançaram a idade da pré-reforma e são demitidos<sup>158</sup>. A Lisnave, por outro lado contaria, nessa altura, com 291 trabalhadores.

Entre os capitais favorecidos encontra-se o Grupo Mello. Este, em condições normais, teria que assumir os custos da desmontagem de uma indústria que os tinha beneficiado por três décadas. Também a banca foi favorecida pelo Estado. Sem a indemnização, a banca veria o seu rendimento comprometido com a dívida do Grupo Mello - incapaz de pagar o montante em causa. Assim, recorre ao Estado, como explicado anteriormente, que transforma terrenos desvalorizados em terrenos altamente valorizados, através da garantias de remuneração às menos-valias dadas ao fundo imobiliário - criado para o efeito e distribuído pela banca. Finalmente, e como já verificámos, o Estado usou o poder legislativo, tanto através do governo, por via de decretos-lei, portarias e resoluções, como através do próprio parlamento. A lei nº 71/93 é disso exemplo: a sua concretização implicaria 43 milhões de contos de remuneração de capitais privados, aos quais se somam mais 12 milhões para financiar a diferença entre os rendimentos dos trabalhadores em pré-reforma e em desemprego interno, recorrendo, por exemplo, a acções de formação. Este plano de reestruturação tem eco na imprensa, como por exemplo,

---

<sup>157</sup>esquerda.net (2010). *O caso da Lisnave. Entrevista a Fernando Figueira*. 8 de mai. de 2010. URL: <http://www.esquerda.net/dossier/o-caso-da-lisnave> (acedido em 29/03/2016).

<sup>158</sup>«Gestnave: Trabalhadores que querem ser integrados na Lisnave têm apoio da CGTP, PCP e Bloco de Esquerda» (2008). Em: *LUSA* (11 de jan. de 2008).



a divulgação do relatório do Fundo Imobiliário Margueira Capital<sup>159</sup> e o Fundo de Pensão da Gestnave (criado para financiar o diferencial da pré-reforma, pago pela Segurança Social e que, entretanto, fica descapitalizado e é integrado na Caixa Geral de Aposentações).

Segundo a historiadora Raquel Varela, este modelo – de usar o fundo dos trabalhadores para precarizar os próprios trabalhadores – será virtualmente aplicado a todos os sectores da classe trabalhadora portuguesa, entre 1993 e 2013<sup>160</sup>. Os sindicatos terão força para garantir as reformas na sua totalidade, mas aceitam em troca a precarização e subcontratualização dos novos trabalhadores – o que a médio prazo erodiu as próprias reformas, porque os trabalhadores precários não conseguem descontar tanto para a Segurança Social que, num sistema de repartição, se vê assim descapitalizada. Ainda segundo esta historiadora e o historiador Jorge Fontes, a Lisnave serve muito como um laboratório de experimentação deste modelo<sup>161</sup>.

Desde 1997 que o número de trabalhadores fixos decresce, ao mesmo tempo que aumenta exponencialmente a subcontratação. Em função do processo de precarização da mão-de-obra é difícil saber o número exacto de trabalhadores envolvidos nesta indústria. Um número de referência pode ser consultado nos Censos de 1981, 1991, 2001 e 2011<sup>162</sup>. O Censo de 1981 apenas fornece o número de trabalhadores envolvidos na construção de meios de transporte. Para Setúbal,

---

<sup>159</sup>Os terrenos serão avaliados em 6 milhões de euros a preços de mercado. Em 2008, o Estado absorve os títulos dos terrenos na posse da banca no valor equivalente a 43 milhões de contos (cerca de 215 milhões de euros) com juros e correções. *Relatório e Contas de 2014; Relatório e Contas de 2011* (2011). Relatório anual. Fundo Investimento Imobiliário Fechado Margueira Capital.

<sup>160</sup>Varela, «A «eugénização da força de trabalho» e o fim do pacto social. Notas para a história do trabalho, da Segurança Social e do Estado em Portugal».

<sup>161</sup>*Idem*, «A «eugénização da força de trabalho» e o fim do pacto social. Notas para a história do trabalho, da Segurança Social e do Estado em Portugal»; Jorge Fontes (2016). «História do Movimento Operário na Setenave (1974-1989)». Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

<sup>162</sup>INE (1984). *XII Recenseamento geral da população e II recenseamento geral da habitação (1981)*. Instituto Nacional de Estatística; INE (1996). *XIII Recenseamento geral da população e III recenseamento geral da habitação (1991)*. Instituto Nacional de Estatística; INE (2002). *XIV Recenseamento geral da população e IV recenseamento geral da habitação (2001)*. Instituto Nacional de Estatística; INE (2011). *XV Recenseamento geral da população e V recenseamento geral da habitação*. Vol. I. Instituto Nacional de Estatística.

este número é de 18 mil trabalhadores. Supomos que a maioria esteja associada à construção e reparação naval. Lisboa teria mais 12,5 mil trabalhadores. Neste caso, a construção e reparação naval parecem minoritárias. Assim, podemos adiantar, com uma margem de erro significativa, que 20 mil trabalhadores estariam vinculados à construção e reparação naval. Para os Censos seguintes, o INE apresenta os valores discriminados para a construção e reparação naval: 9.689, 4.922 e 2.335 trabalhadores, de acordo com os Censos de 1991, 2001 e 2011, respectivamente. Isto significa que, entre os anos de 1990 e 2011, a saída líquida de trabalhadores tenha sido de mais de 7 mil. Ainda, no Censo de 2011, o número de pessoas empregue pela construção naval, no distrito de Lisboa, é de 2.548 indivíduos. Destes, 92% são por conta de outrem. Neste ano, a taxa de desemprego foi 19%. A Lisnave é, na prática, a principal empregadora. Dos 2300 trabalhadores, a Lisnave contaria com apenas 291 trabalhadores fixos<sup>163</sup>. Este terá sido um dos principais resultados da reestruturação na Lisnave e da indústria da construção e reparação naval.

A evolução do número de trabalhadores efectivos na Lisnave pode ser visto na figura IV.1. Ao analisar o número de trabalhadores efectivos na Lisnave, veri-

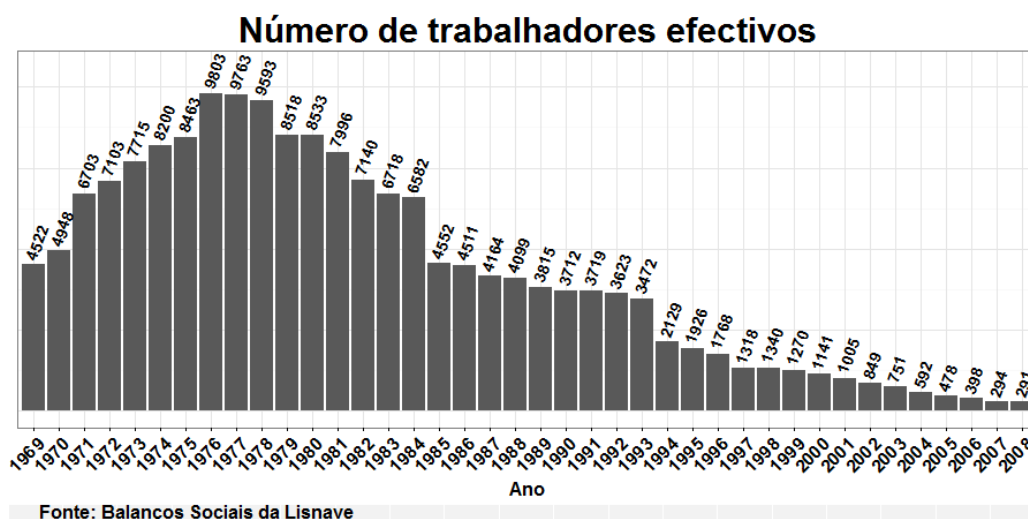


Figura IV.1: Número de trabalhadores na Lisnave entre 1969 e 2008.

<sup>163</sup>Estes valores são pouco precisos mais dá uma ideia bastante fiel do modelo de laboração da Lisnave actual. *Balanços Sociais da Lisnave*.

ficamos que o seu máximo é alcançado em 1976, com 9,8 mil trabalhadores. A partir deste ano, o número diminuirá sempre. Em 1981 serão quase 8 mil trabalhadores, ou seja, quase metade do número de trabalhadores na construção naval, por nós estimado anteriormente. Em 1991, a Lisnave terá 3.719 trabalhadores, ou seja, 38,3% dos trabalhadores do ramo. Em 2001, esta proporção cairá para 20,4% e, finalmente, se compararmos o número de trabalhadores da Lisnave em 2008 com o Censo de 2011, esta proporção será de 12,4%. Esta evolução corresponde à substituição de trabalhadores fixos por precários, de acordo com os objectivos do plano de reestruturação.

Neste período de decréscimo no número de trabalhadores, há três anos que se distinguem pela queda no número de trabalhadores superiores a mil: 1979, 1985 e 1994. Os dois primeiros anos coincidem com o período de intervenção do FMI (1977 e 1983) e o último com a reestruturação da Lisnave. Assim, na fase de reestruturação, iniciada em 1992, o ano de 1994 é a referência no que se refere à dispensa de mão-de-obra.

Para esta fase de reestruturação da empresa, interessa salientar a queda de mais de 1300 efectivos, nos anos de 1993 e 1994. Em 1993, a Lisnave contava com quase 3500 trabalhadores. Destes, 58% saíram por mútuo acordo, sobretudo entre 1993 e 1996. A saída de trabalhadores tem o seu máximo em 1994, como podemos verificar na figura IV.2 e que coincide com a primeira parte do plano, com indemnizações e recolocações de contingentes na Mitrena. A segunda parte

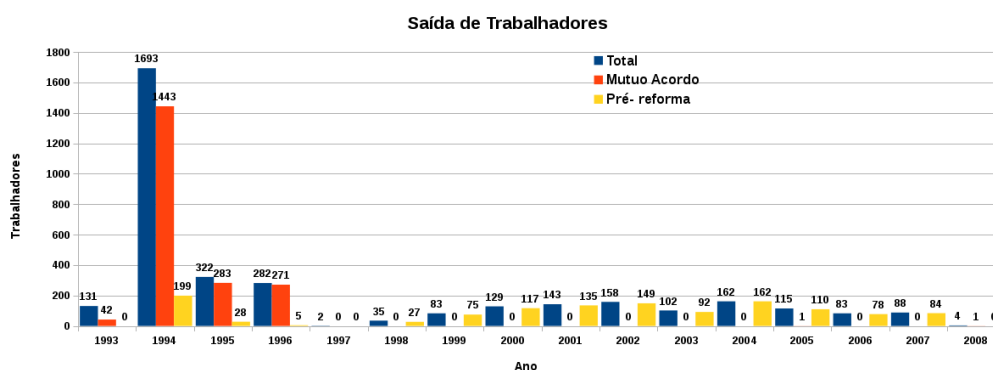


Figura IV.2: Saídas de trabalhadores da Lisnave entre 1993 e 2008.

do plano na Lisnave é conseguida por pré-reformas, em todo o período posterior a 1994, com pequenos interregnos, sobretudo entre 1996 e 1997, em função das indecisões e contingências relativas à activação do plano.

Contrariamente ao esperado, não houve um rejuvenescimento dos efectivos da Lisnave, como podemos verificar na figura IV.3. A Lisnave dispensou trabalhadores mas, paradoxalmente, fê-lo aumentando a média etária, de 47 anos em 1992, a 50 anos em 2009.

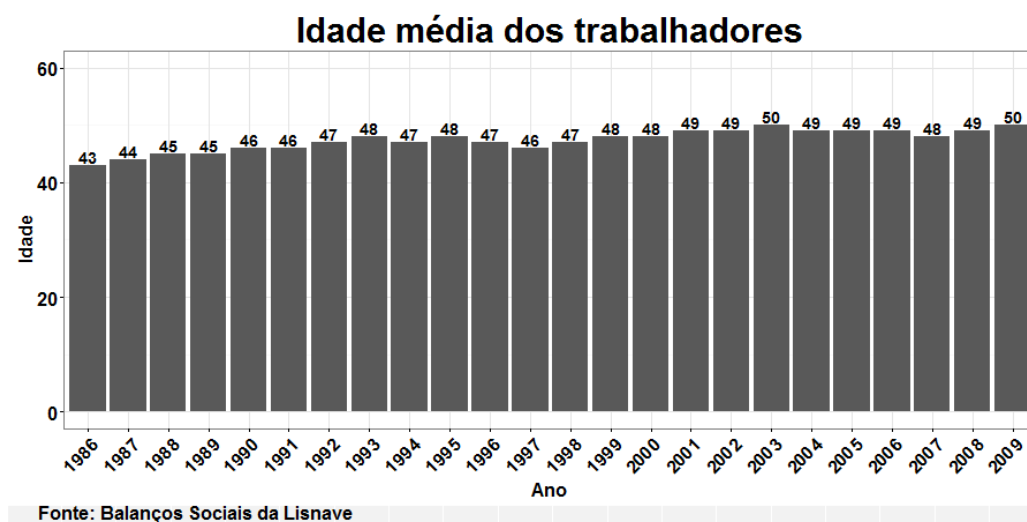


Figura IV.3: Nível etário na Lisnave entre 1986 e 2009.

Um dos impactos da precarização é o aumento das horas não trabalhadas que, no caso da indústria naval, atinge valores bastante significativos. A oscilação no uso da mão-de-obra é uma característica desta indústria, sendo este custo extra parte do custo normal da mão-de-obra.

A reestruturação da Lisnave começa em 1992. Neste ano e no seguinte, esta empresa ainda conta com um número de trabalhadores bastante elevado. Como observamos, em 1994, há uma grande dispensa de trabalhadores. No que diz respeito às horas não trabalhadas por formação profissional, salientamos um custo suportado, em grande parte, pela Segurança Social, através de programas de formação profissional, como se pode verificar na figura IV.4. Em 1991, 1992,

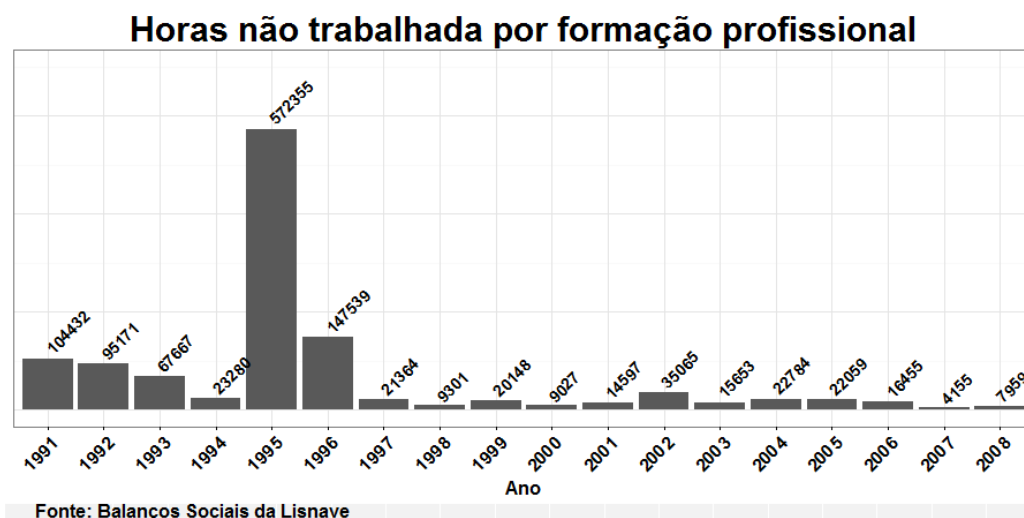


Figura IV.4: Horas não trabalhadas por formação profissional na Lisnave entre 1991 e 2008.

1993 e 1994 há um decréscimo do número de horas não trabalhadas por formação profissional. No entanto, em 1995, precisamente quando se dá a reestruturação da empresa, há um pico que chega às 572.355 horas – correspondendo a uma externalização dos custos com os trabalhadores pela Segurança Social e pelo Fundo Social Europeu. A partir do momento em que a empresa é reestruturada, o número de horas mantêm-se sensivelmente constante, havendo um aumento ligeiro em 2002. Em 2001 há uma crise cíclica que tem um impacto no número de encomendas na Lisnave, o que significa um aumento do número de horas não trabalhadas em 2002. É interessante observar ainda o comportamento do chamado desemprego interno, visível na figura IV.5. Assistimos a dois picos em meados da década de 1980 e início da década de 1990 relacionados com os dois períodos de reestruturação da empresa. Posteriormente haverá uma quebra acentuada, o que significa que a empresa – não diminuindo a produção – externalizou os custos.

A precarização e flexibilização laborais têm como consequência: a queda do custo do trabalho, do total de salários directos e, em oposição, o aumento do lucro – como se pode constatar na figura IV.6, - onde essas grandezas são expressas deflacionadas a valores de 2005.

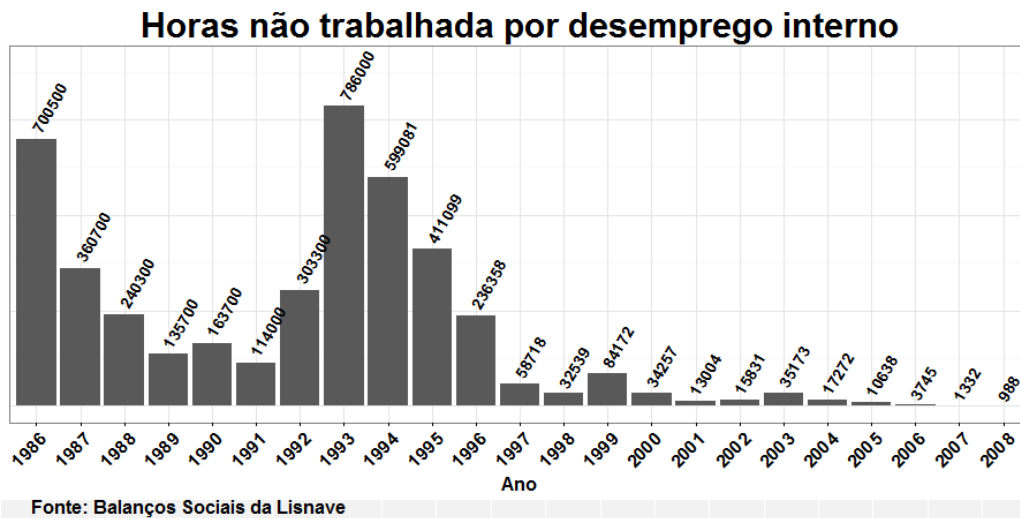


Figura IV.5: Horas não trabalhadas por desemprego interno na Lisnave entre 1986 e 2008.

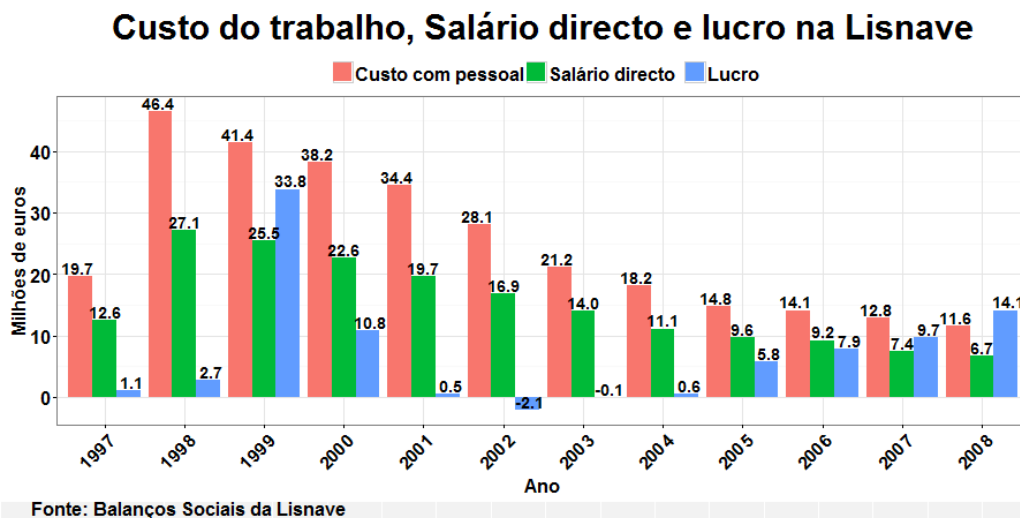


Figura IV.6: Custo do trabalho, salário directo e lucro na Lisnave entre 1997 e 2008.

Relativamente aos salários, verificamos que houve um aumento no seu volume até 1999. A partir daí, assistimos a uma queda constante até 2008. No entanto, os lucros atingem dois picos – um em 1999 e outro em 2008. De 1999 a 2004 há uma descida dos lucros, mas posteriormente dá-se uma recuperação até 2008. A flexibilização do trabalho é acompanhada do aumento dos lucros e

diminuição da massa salarial, como referimos.

A figura IV.7 mostra a evolução do custo médio do trabalho por trabalhador e o salário directo médio por trabalhador. Em primeiro lugar, nota-se que o

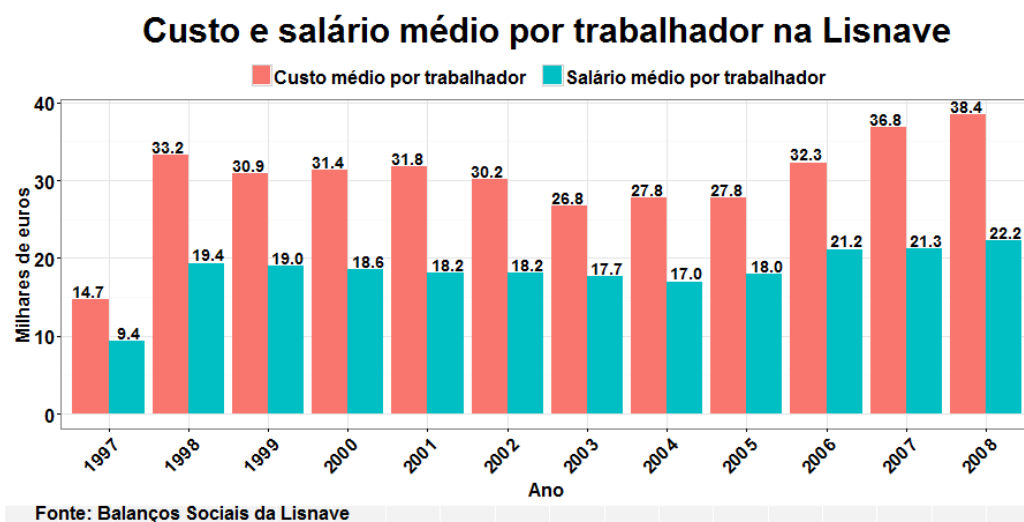


Figura IV.7: Custo e salário directo médio por trabalhador na Lisnave entre 1997 e 2008.

ano de 1997 esteve bastante abaixo dos valores dos anos seguintes. De facto, esse comportamento já era perceptível na figura IV.6. Em função do processo de reestruturação, a laboração esteve bem aquém dos anos posteriores. Tirando este ano de 1997, o custo do trabalho oscilará entre os 26,8 mil euros em 2003 e os 38,4 mil euros em 2008. Já o salário directo oscilará entre os 17 mil euros em 2004 e os 22,2 mil euros em 2008. Este comportamento explica-se pelo número de horas trabalhadas, visível na figura IV.8. Assim, em 1997 trabalhou-se cerca de metade do segundo pior ano, 2006, ou seja, 664 horas e 1244 horas, respectivamente. De facto, é importante notar que os valores de horas trabalhadas em média por trabalhador entre 1998 e 2008 é surpreendentemente alto.

Menos trabalhadores e menos contratos a termo não significa, porém, menos produtividade (ver figura IV.9<sup>164</sup>). Depois de uma estagnação em 1997 e 1998, e até uma descida em 1999, assistimos a um aumento constante da produ-

<sup>164</sup>Trata-se da razão entre o valor acrescentado bruto e o número de horas trabalhadas.

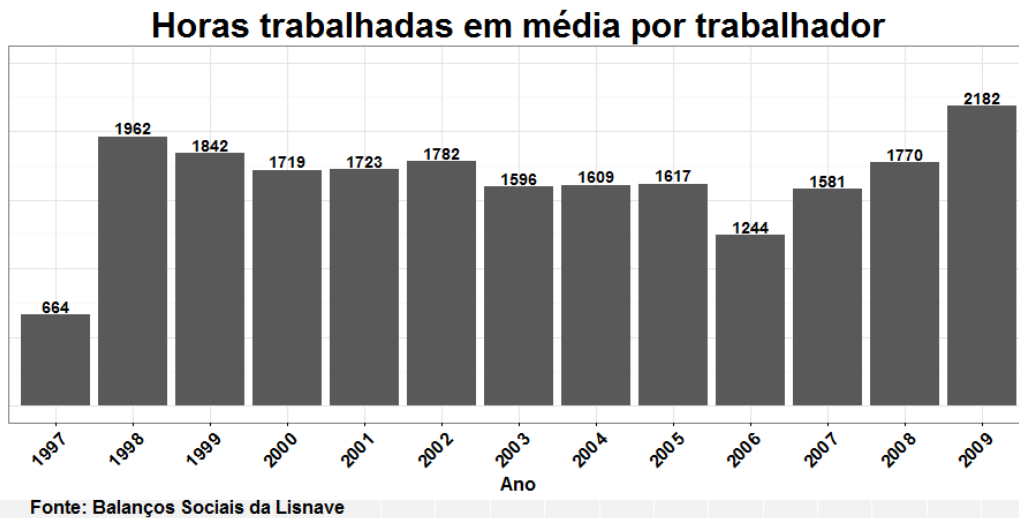


Figura IV.8: Horas trabalhada em média por trabalhador na Lisnave entre 1987 e 2009.

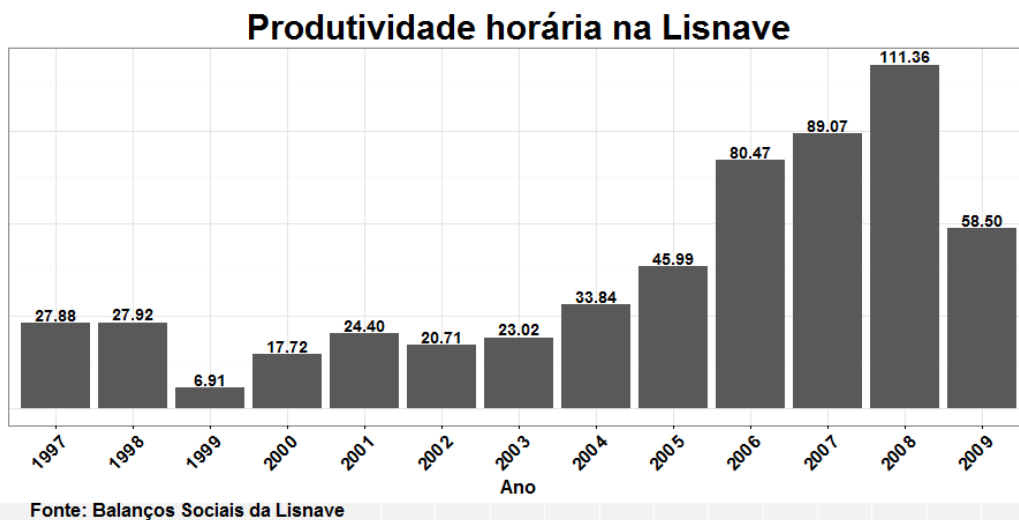


Figura IV.9: Produtividade horária na Lisnave entre 1997 e 2009.

tividade até 2008 – o que se explica não por uma maior racionalização produtiva ou desenvolvimento tecnológico, uma vez que neste período nada mudou ao nível tecnológico e ao nível da racionalização produtiva, mas por um aumento de produtividade que se dá em simultâneo com uma redução drástica do custo unitário do trabalho (CUT). Sobretudo devido à queda decorrente do recurso ao trabalho precário, o custo da hora trabalhada terá caído, em 2008, para quase 78% do seu



valor, em 1998. Valor semelhante é encontrado quando comparado com o valor do salário directo.

Parece, neste caso, haver uma correlação, mas não necessariamente uma relação causa-efeito, entre a redução do número de greves e a quebra do valor da hora de trabalho de acordo com a figura IV.10. Há um claro aumento de greves

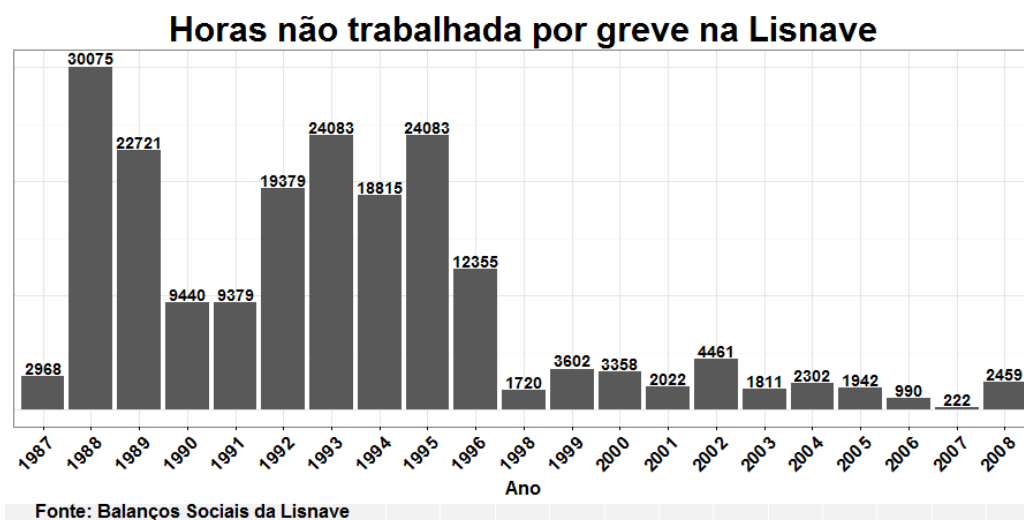


Figura IV.10: Horas não trabalhada por greves na Lisnave entre 1987 e 2008.

nos dois períodos de reestruturação da empresa, em finais de 1980 e primeira metade da década de 90. Em 1997 – início da laboração da nova empresa, com novos trabalhadores precários, há uma diminuição significativa do número de greves - ou seja, a flexibilização laboral não foi acompanhada de capacidade reivindicativa por parte dos trabalhadores. O número de greves influi nos salários, mas este não se deve exclusivamente a haver, ou não, precariedade – uma vez que os trabalhadores poderiam fazer greves sendo precários, como historicamente fizeram antes do 25 de Abril, e mesmo em regime ditatorial.

Há uma relação directa entre a redução do número absoluto de trabalhadores na empresa e o número de trabalhadores sindicalizados, expresso pela constância verificada pela relação entre estas duas grandezas, como podemos observar na figura IV.11. Aliás, todo este processo tem como consequência uma redução de trabalhadores sindicalizados. Argumentamos porém que este facto não constitui

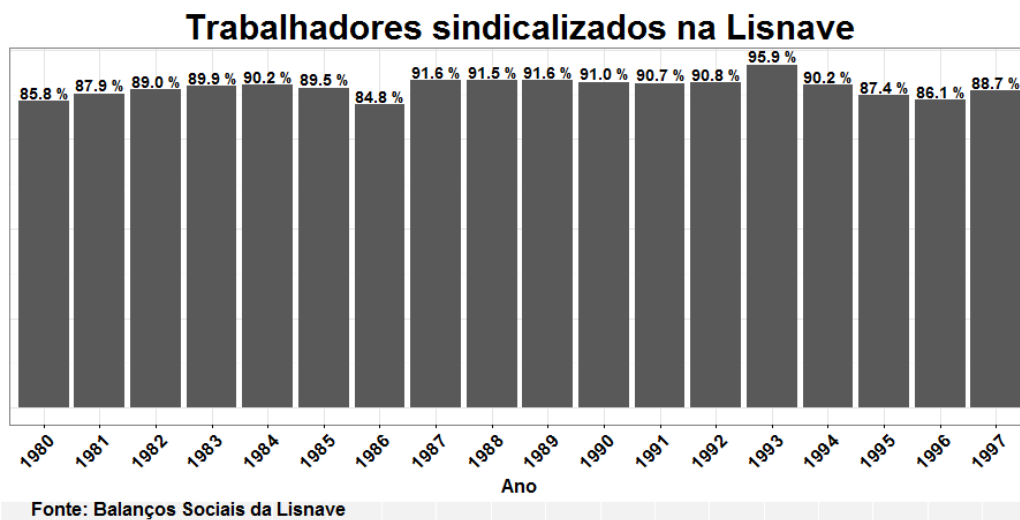


Figura IV.11: Trabalhadores efectivos e sindicalizados na Lisnave entre 1980 e 1997.

a causa, mas a consequência da precarização, porque são os próprios sindicatos a assinar os acordos de rescisão voluntária e pré-reforma, tendo força suficiente então – em 1997 – para que quase 5000 trabalhadores tivessem ido para casa com 55 anos a receber a totalidade do salário, mais uma indemnização.

## Conclusão

Os anos oitenta foram o culminar dos problemas do sector de construção e reparação naval, associados às crises económicas internacionais e à fase final dos benefícios fiscais. De forma a retomar as taxas de lucro, a Lisnave intensificou a exploração de mão-de-obra e externalizou os seus encargos. A flexibilização foi a fórmula escolhida para aumentar a produtividade. Os dinheiros públicos serviram para a aplicar. A ajuda crucial do processo de integração europeia foi determinante. Neste contexto iniciou-se na Lisnave, entre 1982 e 1986, um dos momentos mais difíceis da empresa, em que os trabalhadores tentarão manter os seus postos de trabalho, apesar dos salários em atraso. Estes defendem que a administração criou esta situação para os dissuadir de lutarem. A Lisnave tornou-se assim, na década de 80 do século XX, um laboratório das relações de força entre capital e trabalho. Em Setembro e Outubro de 1982, os trabalhadores ainda promoveram algumas acções combativas, mas já era um período de forte mudança na relação de forças entre a administração e os operários. Em 1983 a polícia intervém e os trabalhadores, saturados e sem o pagamento dos salários, recuam organizados. A Lisnave é classificada como empresa em situação económica deficitária. Do ponto de vista do interesse do capital e da reprodução do lucro, a Lisnave já não se mostrava atractiva. Mesmo assim, o Estado interveio, como se constatou no capítulo IV, não tanto para proteger os direitos laborais dos trabalhadores mas, sobretudo, para “salvar” o Grupo Mello de um investimento sem futuro. Assim, este estudo dos operários da Lisnave é mais um contributo para aprofundar a investigação deste sector, ligado à indústria pesada e que, por si, merece um registo historiográfico mais recente. A sua importância na produção nacional, a impor-

tante concentração de trabalhadores, o seu grau de qualificação, e as diferentes perspectivas abordadas merecem o seu estudo exaustivo.

Do ponto de vista da organização dos operários, enquanto agentes que actuam em consonância, não só na linha de produção quotidiana, mas também enquanto corpo que procura concretizar um interesse corporativo comum, os operários da Lisnave foram muito mais do que uma importante concentração de operários da indústria pesada, bem organizados sindicalmente. Tentámos, ao longo deste trabalho, enfatizar que estes operários constituíram, pelo seu exemplo, uma referência para todo o movimento operário: *“um modelo de organização dos trabalhadores com um efeito de arrastamento para toda a sociedade.”*<sup>165</sup> Uma força de pressão que se manifesta através da força física, protagonizada por uma vanguarda operária com uma considerável tradição de organização e combatividade, nascida de um operariado jovem na década de 60 e que protagonizaram importantes lutas contra a ditadura, de acordo com o capítulo II desta tese. Como refere Raquel Varela: *“os primeiros operários da Lisnave são homens jovens e mantêm-se sensivelmente os mesmos entre 1960 e 1990, o que acrescenta possibilidades de investigação a este estudo, na medida em que poderemos a partir destes estaleiros estudar a evolução de um conjunto de trabalhadores, que se mantêm grosso modo inalterados, em momentos políticos, económicos e sociais muitos distintos.”*<sup>166</sup>

Esta tradição, acumulada na década de 60 do século XX, será determinante para as lutas desenvolvidas na década de 70 no pós 25 de Abril, em que estes trabalhadores reafirmaram a sua ascendência junto do conjunto do movimento operário, como vimos no capítulo II, em particular no biénio 74-75.

As décadas de 60 e 70 do século XX, foram anos de ouro em termos de produção na Lisnave. Terminado este período, a deslocalização verificada na reparação naval para a Ásia, foi para o Estado uma oportunidade. Na lógica de um projecto europeísta encaminharia a reestruturação e os conflitos sociais para a concertação social. Contrariando um sector do operariado industrial cuja única força era a sua organização, idêntica a um exército – o que ia contra o novo paradigma

---

<sup>165</sup>Varela, «Os operários da Lisnave - do conflito à negociação», p. 342.

<sup>166</sup>*Ibid.*, p. 342.

da concertação social da década de 80, do século XX.

A luta dos trabalhadores da Lisnave, na década de 80, foi uma oportunidade de questionar a concertação social. Os operários da Lisnave sabiam que o que estava em causa era a relação de forças entre o capital e o trabalho. Por outro lado, o movimento operário sindical pode não o ter compreendido. Provavelmente, esta terá sido a batalha que determinou o desfecho da guerra. O período de reorganização e flexibilização da Lisnave, iniciado na década de 80, já se apresentava com o fim das garantias de rentabilidade, fornecidas pelos benefícios fiscais – concedidos aquando da sua instalação, na década de 60. A este cenário objectivo juntaram-se várias subjectividades, oriundas das peculiaridades características da organização política destes trabalhadores. Politicamente, esta influência exercia-se através de vários grupos maoistas, do PCP e PS que, sindicalmente, se expressaram nas centrais sindicais (CGTP e UGT) em diferentes momentos. Tanto o sindicalismo vertical, como o de empresa, estiveram presentes. No entanto, as comissões de trabalhadores afirmaram-se como a força mais dinâmica até à total reestruturação da empresa. Como já foi referido, a resposta dos trabalhadores da Lisnave ao processo de reestruturação da década de 90 criou um enfrentamento entre: o direito a uma organização independente dos trabalhadores, e a negociação por via da concertação social – como meio de resolução dos conflitos. Para o resultado, expresso pela derrota dos trabalhadores, contribuiu a falta de compreensão, do conjunto do movimento sindical, que estava em jogo mais que o destino dos trabalhadores desta empresa. Ou seja, o que estava em causa era a capacidade de resposta geral dos trabalhadores, em função da sua organização e combatividade sindical. Esta falta de compreensão, e o isolamento relativo que os trabalhadores da Lisnave tiveram que enfrentar, fragilizou uma luta já por si muito difícil. Em parte, esta incompreensão foi sobretudo devido ao acordo estratégico que se firmou em volta da concertação social – em primeiro lugar com a UGT e, em seguida, com a CGTP. Por outro lado, a participação activa do Estado, como parte interessada e em sintonia com os interesses do Grupo Mello, beneficiou o projecto de reestruturação – tanto nos momentos cruciais da luta, como através da saída dos trabalhadores para “enxugar” a empresa dos seus custos mais elevados. Os encargos com a mão-de-obra foram assumidos pelo Estado, através de

vários programas de pré-reformas e formação, recorrendo a dinheiros públicos, nomeadamente da Segurança Social, como verificámos no capítulo IV.

Finalmente, é preciso reconhecer que o período em que decorreu a reestruturação da Lisnave aconteceu em paralelo com uma conjuntura de crescimento económico e de aumento do poder de consumo dos trabalhadores – juntamente com um grande volume de capitais oriundos da CEE. Com o objectivo de, precisamente, reestruturar as indústrias – como as de reparação naval, com níveis de produção bastante abaixo dos que se realizavam no final da década de 70, como podemos constatar no capítulo IV.

Finalmente, ao longo do capítulo IV recorreremos ao estudo da legislação que operacionalizou a reestruturação da Lisnave na década de 90, na tentativa de clarificar o processo pelo qual o Estado utilizou verbas públicas para, por um lado, remunerar o capital do Grupo Mello, por outro, o da banca - credora deste grupo. Também podemos verificar como esta mesma verba pública foi utilizada para precarizar a mão-de-obra. Para ilustrar esse processo, contruímos uma base de dados com as informações oriundas dos Balanços Sociais da Lisnave, entre os anos de 1986 e 2009, (ver ilustração de uma entrada na base de dados na figura IV.12). Aqui, podemos seguir a quebra no número de trabalhadores efectivos (figura IV.1), o seu processo de afastamento (figura IV.2), a gestão da força de trabalho – tanto pelas horas não trabalhadas (figura IV.4 e IV.5), assim como as horas trabalhadas (figura IV.8). Verificamos também a evolução negativa do custo desta força de trabalho, acompanhada pelo consequente aumento da produtividade e do lucro (figuras IV.6 e IV.9).

Uma linha de investigação que parece promissora para o futuro seria determinar em que medida a reconversão da Lisnave foi determinante para moldar a reconversão noutros sectores industriais.

## Conclusão

The screenshot displays the Microsoft Access interface with a database named 'BDEstados-2 actual'. The table 'BDEstados-2 actual.acdb' is open, showing a list of financial data for the years 1986 to 2009. The table has columns for 'Ano' and various financial categories. The data is organized in a grid with alternating blue and white rows.

| Ano  | NDirigentes | NDirigentes | NDirigentes | NDirigentes | NDirigentes | QSup11Des | QSupContr1 | QSupContr1 | QSupContr1 | QSupOutros | QSupMedio | QMed11Des | QMedContr | GM  |
|------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----------|------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----|
| 1986 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 18        | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 238       | 0         | 0   |
| 1987 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 17        | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 235       | 0         | 0   |
| 1988 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 18        | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 236       | 0         | 0   |
| 1989 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 18        | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 239       | 0         | 0   |
| 1990 | 16          | 0           | 0           | 0           | 0           | 16        | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 230       | 0         | 0   |
| 1991 | 3           | 0           | 0           | 0           | 0           | 19        | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 237       | 0         | 0   |
| 1992 | 3           | 0           | 0           | 0           | 0           | 16        | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 230       | 0         | 0   |
| 1993 | 5           | 0           | 0           | 0           | 0           | 15        | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 205       | 0         | 0   |
| 1994 | 5           | 0           | 0           | 0           | 0           | 14        | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 139       | 0         | 0   |
| 1995 | 5           | 0           | 0           | 0           | 0           | 20        | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 118       | 0         | 0   |
| 1996 | 5           | 0           | 0           | 0           | 0           | 32        | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 203       | 0         | 0   |
| 1997 | 7           | 7           | 0           | 0           | 0           | 14        | 12         | 2          | 0          | 0          | 7         | 173       | 143       | 0   |
| 1998 | 7           | 7           | 0           | 0           | 0           | 7         | 24         | 21         | 3          | 0          | 0         | 26        | 192       | 12  |
| 1999 | 7           | 7           | 0           | 0           | 0           | 7         | 23         | 22         | 1          | 0          | 0         | 25        | 163       | 143 |
| 2000 | 6           | 6           | 0           | 0           | 0           | 7         | 22         | 21         | 1          | 0          | 0         | 22        | 145       | 127 |
| 2001 | 7           | 6           | 1           | 0           | 0           | 7         | 20         | 18         | 2          | 0          | 0         | 21        | 132       | 122 |
| 2002 | 6           | 5           | 1           | 0           | 0           | 6         | 15         | 13         | 2          | 0          | 0         | 17        | 118       | 111 |
| 2003 | 6           | 5           | 1           | 0           | 0           | 6         | 11         | 10         | 1          | 0          | 0         | 13        | 103       | 97  |
| 2004 | 6           | 5           | 1           | 0           | 0           | 6         | 10         | 9          | 1          | 0          | 0         | 10        | 86        | 83  |
| 2005 | 6           | 5           | 1           | 0           | 0           | 6         | 10         | 9          | 1          | 0          | 0         | 10        | 72        | 69  |
| 2006 | 6           | 5           | 1           | 0           | 0           | 6         | 9          | 8          | 1          | 0          | 0         | 9         | 67        | 66  |
| 2007 | 5           | 5           | 0           | 0           | 0           | 5         | 5          | 4          | 1          | 0          | 0         | 4         | 48        | 47  |
| 2008 | 6           | 5           | 1           | 0           | 0           | 5         | 5          | 4          | 1          | 0          | 0         | 5         | 49        | 48  |
| 2009 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 1988 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 16        | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 220       | 0         | 0   |
| 1989 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 1990 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 1991 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 1992 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 1993 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 1994 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 1995 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 1996 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 1997 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 1998 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 1999 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 2000 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 2001 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 2002 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 2003 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 2004 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 2005 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 2006 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 2007 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 2008 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |
| 2009 | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0         | 0          | 0          | 0          | 0          | 0         | 0         | 0         | 0   |

Figura IV.12: Base de dados em Access com as informações dos Balanços Sociais da Lisnave para os anos de 1986 a 2009.

# Bibliografia

## Fontes consultadas: legislação e outros documentos

- Assembleia da República (1993). «Lei nº 71/93, de 26 de Novembro». Em: *Diário da República*. 1º Suplemento, Série I-A Nº 277 (26 de nov. de 1993), 6664(2)–6664(71).
- Balanços Sociais da Lisnave* (1986, 1988, 1990, 1994, 1997, 1998 e 1999). Relatório anual. Lisnave.
- Balanços Sociais da Lisnave* (2000 - 2011). Relatório anual. Lisnave.
- Centro de Documentação e Informação da Universidade Popular do Porto (2002). *Cronologia Ano de 183*. URL: <http://cdi.upp.pt/cgi-bin/cronologia.py?ano=1983> (acedido em 29/03/2016).
- Conselho das Comunidades Europeias (1990). «Directiva nº 90/684/CEE, 21 de Dezembro». Em: *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* Nº L 380 (21 de dez. de 1990), pp. 27–36.
- Fernandes, Paulo (1999a). «As Relações Sociais de Trabalho na Lisnave: crise ou redefinição do papel dos sindicatos». Vol. II (Anexo I - Balanços sociais da Lisnave de 1986 à 1996). Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE.
- INE (1984). *XII Recenseamento geral da população e II recenseamento geral da habitação (1981)*. Instituto Nacional de Estatística.
- (1996). *XIII Recenseamento geral da população e III recenseamento geral da habitação (1991)*. Instituto Nacional de Estatística.



- INE (2002). *XIV Recenseamento geral da população e IV recenseamento geral da habitação (2001)*. Instituto Nacional de Estatística.
- (2011). *XV Recenseamento geral da população e V recenseamento geral da habitação*. Vol. I. Instituto Nacional de Estatística.
- Ministério da Indústria e Comércio (1986). «Decreto-lei nº 251/86, de 25 de Agosto». Em: *Diário da República*. Série I Nº 194 (25 de ago. de 1986), pp. 2166–2169.
- Ministério das Finanças (1988). «Decreto-lei nº 229-C/88, de 4 de Julho». Em: *Diário da República*. 1º Suplemento, Série I Nº 152 (4 de jul. de 1988), 2732(4)–2732(9).
- (1993). «Decreto-lei nº 316/93, de 21 de Setembro». Em: *Diário da República*. Série I-A Nº 222 (21 de set. de 1993), pp. 5160–5162.
- Ministério das Finanças, Ministério da Economia, Ministério para a Qualificação e o Emprego e Ministério da Solidariedade e Segurança Social (1997). «Portaria nº 706/97, de 12 de Novembro». Em: *Diário da República*. Série II Nº 211 (12 de nov. de 1997), p. 11307.
- Ministério do Emprego e da Segurança Social (1991). «Decreto-lei nº 261/91, de 25 de Julho». Em: *Diário da República*. Série I-A Nº 169 (25 de jul. de 1991), pp. 3712–3715.
- (1993). «Portaria 1324/93, de 31 de Dezembro». Em: *Diário da República*. Série I-B Nº 304 (31 de dez. de 1993), pp. 7251–7255.
- Ministério do Trabalho (1983). «Decreto-lei nº 201/83, de 19 de Maio». Em: *Diário da República*. Série 1 Nº 115 (19 de mai. de 1983), pp. 1853–1854.
- Ministérios das Finanças, da Indústria e Energia e do Emprego e da Segurança Social (1994). «Portaria nº 173/94, de 28 de Março». Em: *Diário da República*. Série I-B Nº 73 (28 de mar. de 1994), pp. 1516–1517.
- Presidência do Conselho de Ministros (1996). «Resolução do Conselho de Ministros 181/96, de 4 de Novembro». Em: *Diário da República*. Série I-B Nº 255 (4 de nov. de 1996), p. 3900.
- (1997). «Resolução do Conselho de Ministros 4/97, de 11 de Janeiro». Em: *Diário da República*. Série I-B Nº 9 (11 de jan. de 1997), p. 3900.
- Relatório e Contas de 2011* (2011). Relatório anual. Fundo Investimento Imobiliário Fechado Margueira Capital.

*Relatório e Contas de 2014* (2014). Relatório anual. Fundo Investimento Imobiliário Fechado Margueira Capital.

Varela, Raquel e Jorge Fontes (2012). *Entrevista com Joaquim Aguiar*. 11 de dez. de 2012.

## Fontes consultadas: jornais

«Aos trabalhadores da Lisnave, Comunicado da Célula do PCP da Lisnave, 11 de Setembro de 1974» (1974). Em: *A Capital* (12 de set. de 1974).

«Comunicado da Administração Interna» (1974). Em: *A Capital* (12 de set. de 1974).

«Dos trabalhadores da Lisnave à população, comunicado dos trabalhadores da Lisnave (21/09/1974)» (1974). Em: *Revolução* (21 de set. de 1974).

«Editorial» (1974). Em: *Revolução* (21 de set. de 1974).

esquerda.net (2010). *O caso da Lisnave. Entrevista a Fernando Figueira*. 8 de mai. de 2010. URL: <http://www.esquerda.net/dossier/o-caso-da-lisnave> (acedido em 29/03/2016).

«Gestnave: Trabalhadores que querem ser integrados na Lisnave têm apoio da CGTP, PCP e Bloco de Esquerda» (2008). Em: *LUSA* (11 de jan. de 2008).

«Governo dissolve Gestnave» (2003). Em: *Público* (4 de mar. de 2003).

«Lisnave: A necessidade do Partido» (1974). Em: *Luta Popular* 30 (12 de set. de 1974).

«Lisnave, Entrevista com um camarada operário» (1974). Em: *Revolução* (21 de set. de 1974).

«Os operários da Lisnave dão o exemplo» (1974). Em: *Voz do Povo* (17 de set. de 1974).

«Os trabalhadores e a Intersindical» (1974). Em: *Avante!* (17 de mai. de 1974).

«Perigo à Direita» (1974). Em: *Avante!* (13 de set. de 1974).

«Plano de organização e condução da manifestação» (1974a). Em: *Revolução* (21 de set. de 1974).

- «Plano de organização e condução da manifestação» (1974b). Em: *Revolução* (21 de set. de 1974).
- «Prefácio» (1967). Em: *Jornal do Comércio* 30 (24 de jun. de 1967).
- «Trabalhadores da Lisnave manifestam-se por saneamento» (1974). Em: *A Capital* (13 de set. de 1974).
- «Viva a Grande e Histórica Manifestação Política dos Operários da Lisnave!» (1974). Em: *Luta Popular* 30 (12 de set. de 1974).

## Obras citadas

- Arcary, Valério (2013). «Os Limites da Estabilidade Social. Até quando irá a sociedade ‘aguentar’ ‘o Estado a que isto chegou’?» Em: *A segurança social é sustentável*. Ed. por Raquel Varela. Bertrand Editora, jun. de 2013, pp. 365–430.
- Baganha, Maria Joannis e José Carlos Marques (2001). «População». Em: *Estatísticas históricas portuguesas*. Ed. por Nuno Valério. Instituto Nacional de Estatística. Cap. 2, pp. 31–126.
- Baglioni, G. e C. Crouch (1990). *European Industrial Relations. The Challenge of Flexibility*. Londres: Sage.
- Barreto, António. «Mudança Social em Portugal: 1960-2000». Em: *Portugal Contemporâneo*. Ed. por Costa Pinto.
- (2002). «Mudança Social em Portugal, 1960/2000». Working paper. URL: [www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2002/WP6-2002.pdf](http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2002/WP6-2002.pdf).
- Brito, José Maria Brandão de (1989). *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra. O Condicionamento Industrial*. Lisboa: D. Quixote.
- Castro, Eduardo Anselmo, José Manuel Martins e Carlos Jorge Silva (2015). *A Demografia e o País. Previsões Cristalinas sem Bola de Cristal*. Lisboa: Gradiva.
- Clemente, Eloy Fernández. «Problemas y Ritmos de la Modernización Económica Peninsular en el Siglo XX». Em: *Portugal Y España Contemporáneos, Ayer, Madrid: Marcial*. Ed. por Hipólito de la Torre GÓMEZ.

- Costa, Hermes Augusto (1984). «A Construção do Pacto Social em Portugal». Em: *Revista Crítica de Ciências Sociais* 39, pp. 119–146.
- (1994). «A construção do pacto social em Portugal». Em: *Revista Crítica de Ciências Sociais* 39, pp. 119–146.
- Eleições, Comissão Nacional de (2016). *Eleições para a Assembleia Constituinte 1975*. URL: <http://www.cne.pt/content/eleicoes-para-assembleia-constituente-1975> (acedido em 31/03/2016).
- Faria, Miguel Figueira de. «Mudança Social em Portugal: 1960-2000. Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal». Em: *Portugal Contemporâneo*. Ed. por Costa Pinto.
- Fernandes, Paulo (1999b). «As Relações Sociais de Trabalho na Lisnave: crise ou redefinição do papel dos sindicatos». Vol. I. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE.
- Figueira, Fernando (2014). *Nascimento e evolução da Lisnave*. URL: <http://www.acomuna.net/index.php/contra-corrente/4554-nascimento-e-evolucao-da-lisnave> (acedido em 29/03/2016).
- Freitas, Gualberto (2014). *1969 Revolução Ressaca*. URL: <http://1969revolucaoressaca.blogspot.pt/2014/09/1974-09-19-comissoes-de-trabalhadores-1.html> (acedido em 31/03/2016).
- Fátima Patriarca, Maria de (1978). «Os operários portugueses na revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974». Em: *Análise Social* 56, pp. 695–727.
- Harman, Chris (2002). *A People's History of the World*. Bookmarks.
- Jorge Fontes (2012). «Greves e conflitos sociais na Lisnave». Em: *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*. Ed. por Raquel Varela, Ricardo Noronha e Joana Dias Pereira. Edições Colibri, pp. 189–197.
- (2016). «História do Movimento Operário na Setenave (1974-1989)». Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Lima, Marinús Pires de (1977). «A acção operária na Lisnave: análise da evolução dos temas reivindicativos». Em: *Análise Social* XIII.52, pp. 829–899.
- (1986). «Transformações das relações de trabalho e acção operária nas indústrias navais (1974-1984)». Em: *Revista Crítica de Ciências Sociais* 18/19/20, pp. 537–546.

- Lima, Marinús Pires de (1991). «Relações de Trabalho, Estratégias Sindicais e Emprego (1974-90)». Em: *Análise Social* 114, pp. 905–943.
- (1992). *Acção sindical e Desenvolvimento*. Lisboa: Salamandra.
- Lima, Marinús Pires de, Maria Leonor Pires e Paulo Silva (1995). «Transformações das relações laborais em três sectores: os casos das indústrias automóvel, siderúrgica e naval». Em: *Análise Social* XXX.134, pp. 857–879.
- (1996). «Sistemas e relações sociais de trabalho: Transformações Recentes em Três Sectores (Indústrias Automovel, Siderurgica e Naval)». Em: *Actas do III Congresso Português de Sociologia - Práticas e processos da Mudança Social*, pp. 1 –10.
- Lima, Marinús Pires de et al. (1990). «Desenvolvimento das relações sociais de trabalho nas indústrias navais – um estudo sociológico de casos». Em: *Atas do I Congresso Português de Sociologia, A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*. Vol. II, pp. 75 –96.
- Lourdes Santos, Maria de, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira (1976a). *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Vol. I. Porto: Afrontamento.
- (1976b). *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Vol. II. Porto: Afrontamento.
- (1977). *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Vol. III. Porto: Afrontamento.
- Miguel Figueira de Faria, ed. (2001). *Lisnave. Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*. Inapa.
- Miguel Pérez (2008). «Contra a Exploração Capitalista. Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-75)» Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX». Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Moura, Pina (1998). «Intervenção do Ministro da Economia». Em: *Colóquio o Plano Nacional de Emprego*. Conselho Económico e Social.
- Oliveira, Paulo (2001a). «O arranque do estaleiro da Margueira e a afirmação da Lisnave no mercado internacional». Em: *Lisnave. Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*. Ed. por Miguel Figueira de FARIA. Inapa. Cap. IV.

- Oliveira, Paulo (2001b). «O processo para um grande estaleiro no porto de Lisboa. O nascimento da Lisnave. Projecto e construção do estaleiro da Margeira». Em: *Lisnave. Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*. Ed. por Miguel Figueira de FARIA. Inapa. Cap. III.
- Oliveira, Paulo e Paulo Fernandes (2001a). «A década de 80: crise e recuperação». Em: *Lisnave. Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*. Ed. por Miguel Figueira de FARIA. Inapa. Cap. VII.
- (2001b). «A Lisnave no início da década de 70. Dos grandes investimentos às vésperas do 25 de Abril de 1974». Em: *Lisnave. Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*. Ed. por Miguel Figueira de FARIA. Inapa. Cap. V.
- (2001c). «Do 25 de Abril de 1974 a crise do segundo choque petrolífero». Em: *Lisnave. Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*. Ed. por Miguel Figueira de FARIA. Inapa. Cap. VI.
- (2001d). «Os anos 90: a conclusão de um ciclo». Em: *Lisnave. Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*. Ed. por Miguel Figueira de FARIA. Inapa. Cap. VIII.
- Rosas, Fernando (1994). «O Estado Novo (1926-1974)». Em: *História de Portugal*. Ed. por José Matoso. Vol. 7º. Lisboa: Círculo de Leitores. Cap. Merce-lismo: A Liberalização Tardia (1968-1974), pp. 545–558.
- Rosas, Fernando e Pedro Aires Oliveira, eds. (2004). *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo 1968-1974*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Saiote, Vânia e Paulo Espírito Santo (2001). «A Construção Naval no Grupo CUF. Do Barreiro aos Estaleiros da Rocha». Em: *Lisnave. Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*. Ed. por Miguel Figueira de Faria. Inapa. Cap. I.
- Sena Júnior, Carlos Zacarias (2007). «Frentes Populares». Em: *Revista História especial*, pp. 54–61.
- Silva Lopes, José da, ed. (1999). *A economia portuguesa desde 1960*. Gradiva.
- Stoleroff, Alan (1988). «Sindicalismo e Relações Industriais em Portugal». Em: *Sociologia* 4.
- (1990). «O Padrão de relações industriais emergentes em Portugal: Uma abordagem sistémica». Em: *Organizações e Trabalho* 2.

- Stoleroff, Alan (2012). *All's fair in love and (class) war*. URL: [http://www.snesup.pt/htmls/\\_dlds/All\\_is\\_fair\\_in\\_love\\_and\\_class\\_war\\_Stoleroff.pdf](http://www.snesup.pt/htmls/_dlds/All_is_fair_in_love_and_class_war_Stoleroff.pdf) (acedido em 29/03/2016).
- Strath, Bo (1989). *La Política de Desindustrialización. La Contracción de la industria de la construcción naval en Europa Occidental*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.
- Tudela, Ana Paula (2001). «O Estaleiro da Rocha no período da Segunda Grande Guerra Mundial». Em: *Lisnave. Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*. Ed. por Miguel Figueira de FÁRIA. Inapa. Cap. II.
- Valente, José (2001). «O Movimento Operário e Sindical (1970-1976): entre o Corporativismo e a Unicidade». Em: *O País em Revolução*. Ed. por J.M. Brandão BRITO. Editorial Notícias.
- Valério, Nuno (2001). «Contas nacionais». Em: *Estatísticas históricas portuguesas*. Ed. por Nuno Valério. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Cap. 6, pp. 505–536.
- Varela, Raquel (2010). «Os operários da Lisnave - do conflito à negociação». Em: *Cad. AEL* 17.29, pp. 339–362.
- (2011). *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand Editora.
- (2012). «Ruptura e Pacto social em Portugal. Um Olhar sobre as crises económicas, conflitos políticos e direitos sociais em Portugal (1973-1975, 1981-1986)». Em: *Quem paga o estado social em Portugal?* Ed. por Raquel Varela. Bertrand Editora, pp. 109–118.
- (2013). «A «eugeniização da força de trabalho» e o fim do pacto social. Notas para a história do trabalho, da Segurança Social e do Estado em Portugal». Em: *A segurança social é sustentável*. Ed. por Raquel Varela. Bertrand Editora, jun. de 2013, pp. 23–85.
- (2014). *História do povo na revolução portuguesa: 1974-1975*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Varela, Raquel, António Simões do Paço e Joana Alcântara (2013). «O controlo operário na Revolução Portuguesa 1974-1975». Em: *Marx e o Marxismo* 2.2, pp. 140–168.

### *Bibliografia*

---

Ventura, António. «O Papel das Forças Sócio-políticas na Mudança Democrática. O Caso Português». Em: *Portugal y España en el Cambio Político (1958-1978)*. Ed. por Hipólito TORRE.